UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LUIZ GONZAGA CAMARGO NASCIMENTO

A Relação entre a Liberdade e a Moral na Filosofia Prática de Kant

Versão Corrigida

São Paulo

2017

Luiz Gonzaga Camargo Nascimento

A Relação entre a Liberdade e a Moral na Filosofia Prática de Kant

Versão Corrigida

(Versão original encontra-se na unidade que aloja
o Programa de Pós-graduação)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Cardoso Keinert

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho,
por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo
e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N244r Nascimento, Luiz Gonzaga Camargo A relação entre
a liberdade e a moral na filosofia prática de Kant /
Luiz Gonzaga Camargo Nascimento ; orientador
Maurício Cardoso Keinert. - São Paulo, 2017.
117 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Filosofia.

1. Filosofia, Filosofia Moderna, Criticismo. 2.
Filosofia, Ética, Moral. I. Keinert, Maurício
Cardoso, orient. II. Título.

Luiz Gonzaga Camargo Nascimento.

A Relação entre a Liberdade e a Moral na Filosofia Prática de Kant.

Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em: 25 de outubro de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fernando Costa Mattos

Instituição Universidade Federal do ABC (UFABC)

Julgamento Aprovado

Prof. Dr. Bruno Nadai

Instituição Universidade Federal do ABC (UFABC)

Julgamento Aprovado

Prof. Dr. Maurício Cardoso Keinert

Instituição Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento Aprovado

Dedico este trabalho ao prof. Ricardo Terra e a
seus discípulos.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e colegas dos grupos de estudos coordenados pelo Professor Maurício Keinert e pelo professor Luiz Sérgio Repa, pelo aprendizado do trabalho em grupo. Em especial a Rodrigo Tumolo, pelos proveitosos comentários escritos e Jecson Girão, pelo inestimável apoio com as normas acadêmicas.

Ao trabalho metódico da revisora Maria Luiza Xavier Souto, que permitiu uma versão corrigida com menos erros. Os que permanecem são de minha lavra.

Aos professores Fernando Mattos e Bruno Nadai pelos recados dados no processo de qualificação.

À minha irmã, pelas conversas, aos meus filhos, críticos primeiros, e ao neto, pela inspiração.

RESUMO

NASCIMENTO, Luiz Gonzaga Camargo. **A Relação entre a Liberdade e a Moral na Filosofia Prática de Kant**. 2017. 117 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

É consensual entre os comentadores, que Kant muda a sua estratégia argumentativa na passagem entre a *Fundamentação da metafísica dos costumes* e a *Crítica da razão prática*. Só há divergências quanto ao grau, ou radicalismo, desta mudança. Esta dissertação procura analisar esta mudança, sob uma temática específica: a relação entre a liberdade e a lei moral. Esse estudo foi despertado por um debate recente envolvendo Schönecker, Wood e Allison. O ponto de apoio para o estudo, será o esforço de Kant para estabelecer um paralelismo entre as duas primeiras Críticas, procurando ampliar ou adaptar conceitos apresentados no campo teórico, para o campo prático, como será analisado para a causalidade. Para facilitar a compreensão das posições de Kant nas duas obras, será utilizada a metáfora de um fio condutor. Este se apresentará como duas inferências encadeadas, no caso da *Fundamentação* e como *rationes essendi* e *cognoscendi* no caso da segunda *Crítica*. São ressaltadas as limitações da primeira explicação e confirmada, na segunda parte da dissertação, a mudança da estratégia, através da configuração de um novo fio condutor. Uma proposta adicional é apresentada para caracterizar a mudança estratégica: as *rationes*, no campo prático, devem ser necessariamente **gêmeas** e fortemente **recíprocas**. Essas características são apresentadas, em contraste com o uso das *rationes* no campo teórico.

Palavras-chave: Kant, autonomia, lei moral, liberdade, crítica.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Luiz Gonzaga Camargo. **Freedom and moral law in Kant's practical philosophy**. 2017. 117 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

It is not controversial, among the scholars, that Kant changes his justification strategy in the passage from the *Groundwork for the metaphysics of morals* to the *Critique of practical reason*. What is not consensual is the degree or radicality of this change. This dissertation aims to understand this change, under a specific subject matter: the relationship between freedom and the moral law. This work was triggered by a recent debate set up by Schönecker, Wood and Allison. A stronghold for the presented arguments relies on Kant's struggle to build up a parallelism between the first two Critiques, looking for an extension, or an application of concepts developed in the theoretic field, to the practical one. This will be specifically treated when analyzing causality. To enable an easier learning curve to Kant's position in the referred two works, a metaphor of a guiding thread will be used. This metaphor will turn out, either as two chained inferences, regarding the Groundwork, or, as *ratio essendi* and *ratio cognoscendi*, as in the second Critique. The limitations of the first metaphor are explored and the change of strategy breaks through as a new guiding thread. An additional point is presented to deepen the understanding of the *rationes*: they must be twins and strongly reciprocal. These new features are presented comparing the theoretical use of reason with the practical one.

Keywords: Kant, autonomy, moral law, freedom, critique.

Sumário

Introdução	10
<i>I – Duas inferências como fio condutor entre a liberdade e a moral</i>	16
1 – A importância da Fundamentação	18
2 – Breve resenha do debate recente	21
2.1 A Tese da analiticidade	22
2.2 A Tese da reciprocidade	24
2.3 Temas importantes: método e proposição	26
3 – A suspeita de raciocínio circular e a pressuposição da liberdade	33
3.1. Os tipos de falácia e a reação dos comentadores	36
3.2 A pressuposição da liberdade e a autonomia	41
4 – A saída do círculo e as duas inferências	45
4.1 O tema do interesse e a saída do círculo	46
4.2 Situação da relação entre a liberdade e lei moral	55
<i>II – Liberdade e moral como ratio essendi e ratio cognoscendi</i>	57
5 – A passagem para a segunda Crítica	58
6 – O contexto da ratio essendi e da ratio cognoscendi	66
6.1 A Metafísica de Baumgarten	69
6.2 Correspondências entre a crítica e a metafísica escolar	71
7 – A causalidade sob o crivo da crítica	75
7.1 Os quatro títulos das tábuas usadas por Kant	76
7.2 Um conceito geral para compreender a causalidade	78
8 – A causalidade na Crítica da razão prática	82
8.1 Faculdade de desejar, sentimento de prazer e vontade	86
8.2 Causalidade e legislação moral	90
9 – O novo fio condutor: rationes gêmeas e recíprocas	102
9.1 A caracterização como rationes gêmeas	104
9.2 A caracterização como rationes fortemente recíprocas	107
<i>Considerações finais</i>	111
<i>Bibliografia</i>	115

Introdução

A liberdade é um dos pilares da filosofia de Kant, seu estudo pode ser uma boa porta de entrada para o conjunto da obra do autor. Além disso, as grandes questões tratadas por Kant e o próprio método crítico utilizado continuam exercendo grande influência, sendo o estudo de sua obra uma boa forma de inserção no debate filosófico das últimas décadas. Kant desenvolveu, principalmente a partir de sua fase crítica, um importante acervo de obras que tratam da liberdade; é necessário, no entanto, escolher alguma parte desta trajetória para poder, passo a passo, acompanhar a evolução de seu pensamento neste tema.

Uma das passagens mais importantes, para este estudo, é a que vai da *Fundamentação da metafísica dos costumes* para a *Crítica da razão prática*. Nessa transição, Kant efetua uma relevante mudança na estratégia argumentativa e até mesmo conceitual. Que há mudanças significativas é ponto pacífico para a maioria dos comentadores; a polêmica que persiste está no grau destas mudanças e se algum tipo de continuidade se mantém. Mesmo que haja diferenças entre as duas obras, é preciso, também, chamar a atenção para as semelhanças, como, por exemplo, a importância que o conceito de liberdade exerce nas obras citadas.

Uma boa maneira de reconhecer a importância do conceito de liberdade é observar a sua presença desde o Prefácio da *Fundamentação*¹. No primeiro parágrafo, Kant aceita, basicamente, a divisão da filosofia feita pelos antigos gregos: Lógica, Física e Ética. No entanto, considera que essa divisão carece de um princípio organizador. A reflexão sobre matéria e forma fornece o primeiro princípio, ou critério, e estabelece uma grande divisão entre a parte formal e a parte material da filosofia. O sentido dessa classificação está na relação com os objetos em estudo. A parte **formal** trata das formas do entendimento e da razão, incluindo as regras universais do pensamento em geral; nesse contexto, os objetos não são determinados ou especificados. A parte **material**, segundo Kant, tem a ver “com objetos determinados e com as leis a que estão submetidos e tem caráter dúplice. Pois essas leis, ou são leis da natureza, ou são leis da liberdade (KANT, AAIV, 387)²”.

¹ As citações da *Fundamentação* são da tradução de Guido Almeida (KANT; ALMEIDA, 2009), com a notação da Edição da Academia.

² As citações das obras de Kant seguem a notação de volume e de páginas da Edição da Academia. Com exceção da *Crítica da razão pura*, que segue a notação A/B.

A liberdade tem, portanto, um papel tão relevante que gera um dos dois campos da parte material da filosofia. Além disso, há um aspecto de legislador no papel representado pela liberdade através de suas próprias leis. Não se trata de um papel de coadjuvante, mas de protagonista, como será ainda mais reforçado na *Crítica da razão prática*.

Logo no Prefácio³ da *Crítica da razão prática*, Kant destaca o papel da liberdade: “O conceito de liberdade, na medida em que sua realidade é provada por uma lei apodíctica da razão prática, constitui agora a pedra angular de todo o edifício de um sistema da razão pura, até mesmo da razão especulativa [...] (Kant, AAV, 3)”. É importante notar que mesmo para o campo especulativo é destacada a influência da liberdade, e mais uma vez a questão das leis, ou de uma legislação da razão, é apresentada em vinculação com o conceito de liberdade.

Ao mesmo tempo que fica bem claro o protagonismo da liberdade, é preciso ressaltar que sempre esse papel é exercido em conjunto com as leis morais, como foi observado nas citações dos dois prefácios. É justamente essa vinculação, ou relação, entre a liberdade e a lei moral que será o objeto principal desta dissertação.

Na sequência da citação – já apresentada acima – do Prefácio da *Fundamentação*, Kant define duas ciências que atuam, respectivamente, nas áreas da natureza e da liberdade: “A ciência da primeira chama-se Física, a da outra é a Ética; àquela também se dá o nome Doutrina da Natureza; a esta, Doutrina dos Costumes”. Portanto, toda a área dos costumes, ou do campo moral, tem sua fundação nas leis da liberdade. Logo adiante, Kant vai estabelecer a diferença entre as duas legislações: “[...] as leis da natureza, é verdade, enquanto leis segundo as quais tudo acontece; as leis da liberdade enquanto leis segundo as quais tudo deve acontecer, mas também levando em conta as condições sob as quais muitas vezes não acontece”. Pode-se concluir que temos dois tipos de legislação completamente diferentes: aquele onde as coisas **acontecem necessariamente** (leis da natureza) e aquele onde as coisas **devem acontecer** (lei moral). O verbo dever joga, desde o início, o papel central no campo moral e representa uma quebra do determinismo absoluto da legislação da natureza e uma possibilidade aberta pela liberdade. Ao mesmo tempo fica revelada uma relação complexa e original entre a liberdade e a lei moral.

Voltando ao Prefácio da *Crítica da razão prática*, onde essa relação fica ainda mais destacada e ainda mais complexa:

[...] todos os outros conceitos (aqueles de Deus e de imortalidade), que, enquanto meras ideias, permanecem sem apoio na razão especulativa, são

³ As citações da *Crítica da razão prática* são da tradução de Hulshof (KANT, 2016), salvo indicação em contrário.

agora anexados a esse conceito, recebendo com ele e por ele consistência e realidade objetiva, isto é, a sua possibilidade é provada por ser efetiva a liberdade; pois essa ideia se manifesta mediante a lei moral (KANT, AAV, 4).

Nesta citação ocorrem dois movimentos argumentativos fundamentais para a razão prática: o papel da liberdade como efetivadora das ideias transcendentais, que dá “consistência” e “realidade objetiva” às ideias de Deus e da imortalidade da alma, e o papel revelador da lei moral, que permite a “manifestação” da liberdade. Essa dualidade, efetivação/manifestação, precisa ser tratada com muito cuidado; afinal, surgem perguntas inevitáveis: qual polo dessa relação entre liberdade e lei moral é o verdadeiro ponto de partida? Há alguma “relação lógica” entre os polos? Há alguma relação de causalidade entre os polos?

Se a resposta for restrita à lógica geral, ficará comprometida, pois, no campo da metafísica não é suficiente o tratamento de objetos em seu aspecto puramente formal, como já apresentado acima. Há sempre um aspecto material vinculado à doutrina dos costumes. Por outro lado, se a resposta for pelo lado da causalidade - conforme o estudo feito na doutrina da natureza- também ficará comprometida, pois no campo moral entra em ação a doutrina da liberdade, que foge do determinismo intrínseco à ciência da Física.

Antes do mergulho no estudo da relação entre a liberdade e a moral, é preciso destacar uma diferença fundamental entre as duas doutrinas ou metafísicas, que permitirá a identificação clara do campo moral. Kant, ao comentar que a lógica não tem nenhuma parte empírica, explica que a parte material na divisão da filosofia sempre envolve uma parte empírica:

Ao contrário, tanto a Filosofia natural quanto a Filosofia moral podem ter cada qual sua parte empírica, porque aquela tem de determinar as leis da natureza enquanto objeto da experiência; esta, porém, as da vontade do homem, na medida em que ela é afetada pela natureza [...] (KANT, AAIV, 387).

Portanto, na parte material será necessária uma separação entre as partes empíricas e as partes puras, já que está sendo investigada uma metafísica. Passa a ser central a necessidade de separar a parte empírica da parte prática da filosofia moral. É a relação entre a razão e a vontade do ser racional que configura o campo prático; a determinação da vontade é a grande questão a ser tratada. Pode a razão determinar a vontade sem influências empíricas? Existe uma razão prática pura? Por que nos sentimos obrigados a um comportamento moral, mesmo podendo não exercê-lo?

As considerações apresentadas até este ponto da Introdução sugerem a escolha de um método de abordagem para facilitar o estudo dessa complexa relação entre liberdade e lei moral. Será utilizada, para esse fim, a analogia ou metáfora de um fio condutor, que, de certa forma, foi também utilizada por Kant em sua obra. Não há discordância entre os comentadores de que Kant se refere, nessa referência, à mitologia grega, em especial ao fio de Ariadne: um estratagema para livrar Teseu do Labirinto. Isso ocorre quando intitula o primeiro capítulo da *Analítica dos conceitos*, na *Crítica da razão pura*, como: “Do fio condutor para a descoberta de todos os conceitos puros do entendimento” (KANT, B91). Kant procura, neste ponto, construir a tábua das categorias e para executar essa tarefa utiliza a tábua dos juízos como um fio condutor. É preciso tomar cuidado com a metáfora, pois usar uma tábua para construir outra não implica um processo de geração, mas de auxílio ao entendimento.

Kant não usa essa metáfora nos casos que estão sendo analisados na filosofia prática; no entanto, um uso semelhante, inspirado nessa metáfora, pode auxiliar bastante a compreensão da estrutura argumentativa, subjacente às estratégias usadas na *Fundamentação* e na *Crítica da razão prática*.

Esta dissertação será dividida em duas grandes partes, correspondentes às duas obras citadas. Um dos objetivos principais é acompanhar a mudança na estratégia do autor quanto à forma de explicar a relação entre a liberdade e a moral, o que se configura, na abordagem proposta, na mudança do fio condutor atribuído a Kant em cada caso.

No caso da *Fundamentação*, o ponto de partida será um debate recente entre três autores que dão destaque para o estudo da relação entre a liberdade e a moral: Schönecker e Wood, com seu comentário introdutório de 2001, e Henry Allison, dez anos depois, com um comentário bastante completo, que, em alguns aspectos, contesta a posição dos outros dois autores. Essas obras visam a uma análise compreensiva sobre a *Fundamentação* e não apenas ao estudo da relação entre a liberdade e a moral. No entanto, os dois comentários propõem uma tese central para explicar a argumentação kantiana e se estruturam a partir da relação que está sendo estudada nesta dissertação. Schönecker e Wood apresentarão uma Tese da analiticidade e Allison uma Tese da reciprocidade. Será feito um breve estudo dessas teses para esclarecer alguns conceitos que permitem, ao final desta primeira parte da dissertação, e com a contribuição desses autores, chegar a uma sugestão de fio condutor para o argumento de Kant na *Fundamentação*.

O fio condutor usado por Kant na terceira seção da *Fundamentação*, segundo a leitura apresentada, está relacionado a um grande problema, identificado pelo próprio autor: a

suspeita de um raciocínio circular. Afinal, a moral é uma decorrência da liberdade? Ou é a moral que estabelece a liberdade? Ou seja, no campo argumentativo, há uma implicação ou inferência que parte da liberdade ou parte da moral? Será que a argumentação não está dando como certo o que ela mesma quer provar?

Se essa suspeita fosse revelada como verdadeira, cairia por terra toda a argumentação apresentada, revelando-se então uma falácia. Nesse momento, a dissertação faz, ao lado dos argumentos dos três comentadores mencionados, um breve estudo das falácias na lógica. Esse estudo permite chegar a uma proposta de fio condutor: as duas inferências citadas por Kant, quando, após sua complexa argumentação, o autor considera que conseguiu escapar do círculo. Surgem, no entanto outras dúvidas: o que seriam exatamente essas duas inferências? O que significa dizer que a liberdade implica a autonomia, ou que a autonomia pode ser inferida da liberdade? O que significa dizer que a autonomia implica a lei moral, ou que esta é inferida a partir daquela?

Algumas respostas são dadas na primeira parte da Dissertação; as restantes, bem mais complexas, aparecem na segunda parte. Kant tomará um outro caminho na *Crítica da razão prática*, mudando sua explicação sobre a relação entre a liberdade e a moral, não usando mais as inferências como um fio condutor e propondo o *factum* da razão e a expansão do conceito de causalidade. A segunda parte procura, portanto, aprofundar a explicação da relação pesquisada, a partir da expansão da categoria da causalidade para o campo prático. Utilizará os conceitos de *ratio essendi* e *ratio cognoscendi*, mostrando a conexão entre a *ratio cognoscendi* e o *factum* da razão. A análise desses elementos em conjunto facilita a compreensão melhor do *factum*, que muitas vezes é prejudicada pelo seu tratamento isolado.

A questão do paralelismo entre a *Crítica da razão pura* e a *Crítica da razão prática*, salientado insistentemente por Kant ao longo da segunda *Crítica*, é um dos pontos de partida para esta análise. Outro ponto-chave, designado como mão dupla de percurso, está nas diferenças entre o sentido de percurso da liberdade para a moral e o sentido inverso. Para o esclarecimento desse ponto será reafirmada a pressuposição da liberdade. Esse tema foi tratado cuidadosamente por Kant na *Fundamentação* e retomado na segunda *Crítica*, onde fica claramente determinado um sentido de percurso (liberdade–moral) como *essendi* e o inverso como *cognoscendi*.

Para compreender as inovações introduzidas por Kant, estudadas na segunda parte desta dissertação, é feito um breve estudo sobre as fontes das *rationes essendi* e *cognoscendi* em seu ambiente da metafísica do século XVIII alemão. Será usada a sua apresentação na

Metafísica de Baumgarten, considerada um paradigma acadêmico da época. Em seguida é apresentada uma abordagem mais generalizada da causalidade, ainda nos marcos da *Crítica da razão pura*. Procura-se mostrar que, além da categoria da causalidade, que se localiza na tábua das categorias, há conceitos semelhantes que também se encontram nas mesmas posições, nas outras tábuas utilizadas por Kant: juízos, esquemas e princípios. Esta análise permite partir para um conceito mais ampliado de **Konsequenz**, inspirado numa leitura do texto de Longuenesse⁴ sobre a tábua dos juízos e a tábua das categorias.

Com o trabalho realizado até esse ponto já é possível aprofundar a investigação do novo fio condutor, que Kant utiliza na *Crítica da razão prática*, para expor a relação entre a liberdade e a moral. O primeiro passo está na compreensão da faculdade de desejar e na sua articulação com o sentimento de prazer e desprazer. É preciso responder à pergunta central da moral: pode a razão prática pura determinar a vontade? O segundo passo procura entender como Kant está expandindo a causalidade e propondo uma causalidade suprassensível, o que leva ao aprofundamento das *rationes*, de sua articulação com o *factum* da razão e com a vontade. Na parte final, a Dissertação aprofunda a aplicação das *rationes* no campo prático, caracterizando-as como gêmeas e fortemente recíprocas, ficando assim bem completa a metáfora de um fio condutor na segunda *Crítica*. Essa caracterização, valendo aqui como um auxílio para o entendimento, permite explicar melhor a determinação da vontade e o efeito que a decisão moral tem sobre a autoconsciência.

⁴ LONGUENESSE, 1998.

I – Duas inferências como fio condutor entre a liberdade e a moral

Kant começou suas atividades filosóficas através das ciências naturais e, a partir da primeira edição da *Crítica da razão pura*, em 1781, o peso das questões ligadas à liberdade e à filosofia moral aumenta significativamente. Tão importante foi a sua contribuição que até hoje, passados mais de dois séculos, seu trabalho é uma referência quase obrigatória no debate filosófico nesse campo. Três obras principais estão entre as mais comentadas: a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, a *Crítica da razão prática* e a *Metafísica dos costumes*. Esta dissertação procura investigar a mudança na argumentação de Kant na passagem da *Fundamentação* para a *Crítica da razão prática*. Além da relação entre a liberdade e a moralidade, que constitui o tema central desta dissertação, a continuidade do pensamento do autor e as mudanças na estratégia argumentativa são também questões tratadas neste estudo.

O tema da filosofia moral é extremamente complexo e a quantidade de material escrito sobre a posição de Kant é abundante. Esse quadro exige, portanto, a seleção criteriosa de um eixo de análise e de uma abordagem adequada. Para esse fim será considerada a relação entre a liberdade e a moral, conforme já apresentado na Introdução. O estudo dessa relação, nas duas obras citadas, permitirá romper um pouco a barreira inicial encontrada por todos que se aproximam do estudo das questões ligadas à razão prática.

Uma vez definida essa relação como matéria principal da análise proposta, resta procurar uma forma específica que permita explicar a argumentação kantiana nas duas obras escolhidas. A solução utilizada se configura como um fio condutor, apresentado na Introdução, que deve ser entendido apenas como um método de abordagem, uma espécie de esquema formal, visando facilitar a compreensão da relação estudada nas duas obras. Não se trata de uma prova ou demonstração e não constitui a única maneira possível de revelar a relação entre a liberdade e a moral.

Será utilizado como fio condutor da argumentação de Kant, na *Fundamentação*, o conceito de uma **dupla inferência**⁵, ou **duas inferências encadeadas**: a primeira vai da

⁵ Inferência, neste caso, não está se referindo à questão da lógica formal, mas buscando uma compreensão mais abrangente de que a liberdade gera ou implica autonomia. Não significa, no sentido estrito, que as duas inferências encadeadas se refiram a uma inferência imediata da lógica. Essa ampliação do conceito de inferência não é detalhada por Kant. Na leitura apresentada, a ideia de inferência serve como um fio condutor.

liberdade para a autonomia e a segunda, da autonomia para a lei moral. Não se trata, aqui, de reconstruir toda a estrutura da *Fundamentação*, mas de estudar a relação entre a liberdade e a lei moral, principalmente nas três primeiras subseções da terceira seção da obra.

Espera-se que este estudo possa contribuir para facilitar a abordagem de outros temas bastante comentados no debate atual sobre a *Fundamentação*, como, por exemplo, a dedução do imperativo categórico e o estabelecimento do princípio supremo da moral.

Na *Crítica da razão prática*, a partir das *rationes*, será apresentado um novo fio condutor, que explica melhor a relação estudada.

1 – A importância da *Fundamentação*

A *Fundamentação da metafísica dos costumes* é o primeiro texto de Kant com dedicação exclusiva às questões morais e representa um passo intermediário para seu projeto de longo prazo – a *Metafísica dos costumes*. Essa *Metafísica* estava nos planos de Kant desde o começo da década de 1760, chegando a ser prometida para os seus editores desde 1768.⁶ No entanto, o projeto ainda levaria muitos anos para se realizar e Kant apresenta em 1785 a sua *Fundamentação*. Logo após esta obra, Kant considera que o terreno para a *Metafísica dos costumes* ainda carecia de um tratamento anterior, num paralelo com a questão teórica, e lança sua *Crítica da razão prática* em 1788. A *Metafísica*, tão esperada por seus editores, só apareceria no final da década de 1790. Mesmo como uma obra de transição, a *Fundamentação* teve um papel decisivo, como o próprio Kant vai comentar no Prefácio e na Analítica da *Crítica da razão prática*.

Apesar de ser uma espécie de passagem para a *Crítica da razão prática*, é impressionante o volume de comentários sobre a *Fundamentação*. Mesmo os que se opõem a suas teses centrais são unânimes em reconhecer seu valor. A introdução do comentário de Schönecker e Wood é taxativa: : “A *Fundamentação da metafísica dos costumes* de Kant pertence aos textos extraordinários da história da filosofia, sobre a qual novos comentários nunca serão demais”.⁷ O mesmo respeito é manifestado por Guido Almeida⁸:

Das obras de Kant sobre a filosofia moral, a *Fundamentação da metafísica dos costumes* é a mais conhecida e talvez a mais influente entre os textos clássicos da filosofia moral, tão bem-sucedida que se tornou, no plano acadêmico, parte integrante da formação filosófica de nossos estudantes.

Esse sucesso, tão citado na literatura filosófica, representa um forte estímulo para o estudo da *Fundamentação* e o debate no campo moral; por outro lado, é necessário levar em conta as limitações de escopo e de objetivos apresentadas pelo próprio autor. Kant afirma numa passagem do Prefácio da *Crítica da razão prática*:

⁶ Para entender melhor a inserção da *Fundamentação* no conjunto da obra de Kant são úteis as informações da introdução à *Fundamentação* de Kraft e Schönecker (KANT; SCHÖNECKER; KRAFT, 1999).

⁷ SCHÖNECKER; WOOD, 2011, p. 7, trad. nossa.

⁸ KANT; ALMEIDA, 2009, p. 11.

Deixo aos conhecedores de uma obra desse gênero que julguem se um sistema, como o da razão prática pura, aqui desenvolvido mediante a crítica desta última, se empenhou muito ou pouco, principalmente para não perder o ponto de vista correto, a partir do qual o todo dessa razão pode ser traçado de maneira certa. Esse sistema pressupõe certamente a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, mas apenas na medida em que oferece um conhecimento provisório do princípio do dever e fornece e justifica uma fórmula determinada desse dever; no mais, ele se **sustenta por si mesmo** (KANT, AAV, 8, grifo nosso).

No começo da citação, o autor defende os resultados obtidos com a *Crítica da razão prática*, ou seja: chegar à “totalidade” de um sistema a partir de um “ponto de vista correto”. Ao final da citação, Kant reconhece que o trabalho realizado na *Fundamentação* é um pressuposto necessário, mas, logo a seguir, destaca a necessidade de aprofundar a crítica no campo moral. No final da citação, Kant afirma que a *Crítica da razão prática* é, de certa forma, autossuficiente com relação ao sistema definido e ao problema tratado.

Para analisar a relação entre a liberdade e a moralidade, neste momento da *Fundamentação*, é preciso levar em conta o caráter de transição em que se encontrava o autor com relação à filosofia moral. A *Fundamentação* suscita grandes polêmicas. Para alguns comentadores, Kant fracassou e fez a segunda *Crítica* para corrigir seu erro. Já para outros comentadores, a *Crítica da razão prática* confirma integralmente o que foi exposto na *Fundamentação*. Uma questão mais geral se apresenta: há ou não uma continuidade entre as duas obras citadas?

Para responder a essa indagação é necessário compreender bem os objetivos que Kant perseguiu quando escreveu a *Fundamentação*.

Isso já fica bem claro ao final de seu Prefácio:

A presente *Fundamentação*, porém, nada mais é do que a busca e o estabelecimento do **princípio supremo da moralidade**, constituindo por si só uma ocupação que quanto ao seu objetivo é completa e a ser separada de toda outra investigação moral (KANT, AA IV, 392, grifo nosso).

Portanto, o resultado obtido pela *Fundamentação* só pode ser considerado completo, ou resolvido, dentro da própria limitação que foi colocada como objetivo. Nesse sentido, pode-se concluir que, por ter estabelecido o princípio supremo da moralidade, fica também estabelecido que há uma legislação própria na investigação moral. Para romper as limitações da *Fundamentação* é necessária uma nova etapa crítica.

Um dos objetivos desta dissertação é analisar melhor essa transição para a *Crítica da razão prática*, mas sempre se atendo ao escopo definido pelo estudo da relação entre a liberdade e a moral.

2 – Breve resenha do debate recente

O grande mérito de Dieter Schönecker e de Allen Wood foi apresentar um novo ângulo para o secular debate sobre a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, com seu comentário de 2001⁹. Apesar de “comentário introdutório” vir enunciado no título, o livro aprofundou o estudo da obra e disparou um debate importante. Outro polo desse debate, que continua até hoje, foi marcado pelo comentário¹⁰ de Henry Allison, de 2011. Nessa obra, o autor, além de apresentar algumas objeções importantes sobre o trabalho de Schönecker e Wood, aprofunda a análise do texto kantiano, dando origem a uma obra de referência para o estudo da *Fundamentação*. A leitura que será apresentada nesta dissertação sofre grande influência desse debate, principalmente pelo foco das teses dos autores na relação entre a liberdade e a lei moral.

Uma das ideias principais do comentário de Schönecker e Wood é apresentar uma tese que seria central para o próprio Kant, mesmo que este não a tenha explicitado. Os autores propõem uma Tese da analiticidade como núcleo da justificação usada na *Fundamentação*. Dez anos depois, utilizando-se de um mecanismo semelhante, Allison propõe uma outra tese como fundamental, designada como Tese da reciprocidade, desta vez não apenas para a *Fundamentação*, mas abrangendo também a *Crítica da razão prática*. Num certo sentido, as duas teses se opõem e configuram o ponto central do debate entre os autores. A leitura que está sendo apresentada dialoga com essas duas teses; no entanto, ao invés de propor uma tese central para o pensamento de Kant, será utilizada a metáfora de fio condutor, que, ainda segundo esta leitura, se encontra, sem explicitação no texto da *Fundamentação*. Essa abordagem permitirá deslocar o debate do terreno da análise de conceitos recíprocos e de proposições sintéticas ou analíticas, tal como se apresenta nas duas teses citadas, para o terreno das inferências duplas, trilhado por Kant na terceira seção da terceira parte da *Fundamentação*. Considerando que houve uma mudança na estratégia utilizada pelo autor entre as duas obras, o fio condutor utilizado na *Fundamentação* será bem diferente do utilizado na *Crítica da razão prática*. Para o estudo que está sendo proposto, a grande importância das duas teses está em chamar a atenção para a relação entre a liberdade e a moralidade.

⁹ Será utilizada A *Fundamentação da metafísica dos costumes de Kant* – um comentário introdutório (SCHÖNECKER; WOOD, 2011, 4ª edição, trad. nossa).

¹⁰ A *Fundamentação da metafísica dos costumes de Kant* – um comentário (ALLISON, 2011), trad. nossa do inglês.

2.1 A Tese da analiticidade

A análise desta tese se concentrará no quarto capítulo do comentário de Schönecker e Wood (2011), dedicado à terceira parte da *Fundamentação*. A segunda seção deste capítulo, intitulada “Liberdade e moral”, apresenta a Tese da analiticidade e começa citando a *Fundamentação*: “[...] portanto, uma vontade livre e uma vontade sob leis morais constituem uma e a mesma coisa. Se a liberdade da vontade é, pois, pressuposta, daí se segue, por mera análise de seu conceito, a moralidade, juntamente com seu princípio” (KANT, AAIV, 447). Schönecker e Wood consideram, principalmente a partir desta curta passagem, que Kant está apresentando uma tese assim descrita:

Chamamos a isto Tese da analiticidade de Kant. Temos que lê-la à luz dos repetidos avisos dados por Kant, de que a lei moral para os seres com razão pura não é um imperativo, porque estes seres sempre agem moralmente. Nada mais é considerado como fundamento da Tese da Analiticidade; entra em jogo também o pensamento da liberdade. Até este momento, encontra-se Kant ainda na “análise dos conceitos”. A “análise” aqui presente é a do conceito de liberdade. Tudo o que Kant quer dizer é o seguinte: Se há uma vontade livre, então é uma vontade sob a lei moral. Se de fato há uma vontade livre, é uma questão que só será respondida mais tarde (SCHÖNECKER; WOOD, 2011, p. 175).

Os autores conferem grande importância à diferença entre uma vontade finita e uma vontade infinita ou pura, tirando daí a conclusão sobre a necessidade do imperativo para os seres finitos. Já para os seres infinitos, o comportamento moral seria praticamente automático e, portanto, analítico. Ainda na introdução de sua tese, Schönecker e Wood apresentam uma conclusão parcial para reforçar o que estão designando como ligação analítica ou “analiticidade”: “Portanto a Tese da analiticidade nos diz: uma vontade que sempre se baliza apenas pela razão e pela liberdade é uma vontade que sempre quer o bem e nesse sentido é ligada analiticamente com a lei moral” (SCHÖNECKER; WOOD, 2011, p. 175). Dois temas são centrais para a posição defendida pela Tese da Analiticidade: a questão do método utilizado por Kant na *Fundamentação* e o complexo tema da proposição sintética, *a priori* e prática. No caso do método, é preciso tomar cuidado com a diferença entre “método” de exposição/justificação e “tipo” de proposição, como será visto mais adiante. Quanto ao caráter sintético ou analítico

da proposição, que representa a lei moral, está em curso, na *Fundamentação*, uma extensão desta determinação para o terreno da prática¹¹.

Para Schönecker e Wood, a moral, para os seres puramente racionais, está ligada analiticamente à liberdade, e nesse sentido, todo o trabalho de Kant seria mostrar que para os seres racionais sensíveis, ao contrário, essa ligação é sintética e imperativa. Para entender melhor a posição dos autores é preciso, inicialmente, tratar do método de exposição e de justificação. Schönecker e Wood contestam Kant, colocando em contraposição aos *Prolegômenos*:

Pois Kant enfatizou nos *Prolegômenos* (1785) que “o método analítico é totalmente diferente de um conceito geral (*Inbegriff*) de proposição analítica”. Mas a parte que tem um significado analítico da GMS no fundo nada mais é do que um conceito geral de proposição analítica, e, portanto, “decomposição dos conceitos” na GMS I/II é totalmente diferente de um método analítico [...] (SCHÖNECKER; WOOD, 2011, p. 15).

Pode ser detectada, nessa passagem, a origem de uma parte dos questionamentos levantados sobre a obra de Kant que se configuram como uma discordância metodológica. Pois os autores consideram que há uma incongruência entre a *Fundamentação* e os *Prolegômenos* quanto ao método de justificação. A dupla tarefa da *Fundamentação*, segundo a definição de Kant, apresentada no Prefácio, é a de “busca” e de “estabelecimento” do princípio supremo da moralidade. Essa duplicidade se apresenta também como uma questão de método de abordagem, o que, por sua vez, leva ao uso de métodos diferentes nas partes da obra. O tema do método apresenta extrema complexidade; o próprio termo é carregado de ambiguidades (método da filosofia ou apenas da argumentação?). Será apresentada, depois da seção sobre a Tese da reciprocidade, uma seção especialmente dedicada a esse tema.

¹¹ Kant fará várias comparações com o que acontece na *Crítica da razão pura* e na *Crítica da razão prática*. Alguns autores consideram que Kant está usando analogias; no entanto, mesmo que haja utilização de metáforas ou analogias, o que está em jogo é a construção de um novo terreno filosófico. A ideia *mater* perseguida por Kant é a unidade da razão.

2.2 A Tese da reciprocidade

Henry Allison, também inspirado no trabalho de Schönecker e Wood, apresenta em seu comentário uma contraposição, que exerceu bastante influência no debate atual sobre a filosofia moral de Kant. Um de seus objetivos é apresentar uma leitura da reciprocidade entre a liberdade e a moral, configurada numa Tese da reciprocidade. Essa posição é defendida a partir da mesma citação de Kant, usada por Schönecker e Wood. Mas a Tese da reciprocidade representa uma crítica direta à Tese da analiticidade, como explica Allison na segunda parte do Capítulo 10:

Esta seção contém o que eu chamei de “Tese da reciprocidade” de Kant, ou seja, que “uma vontade livre e uma vontade sob leis morais são uma e a mesma coisa (*einerlei*)”, (GMS 447). Além de analisar esta tese e defender a argumentação de Kant, eu farei o contraste do meu entendimento com o de Dieter Schönecker [...] (ALLISON, 2011, p. 274).

Mas, se as duas posições partem da mesma passagem e tratam da mesma relação citada anteriormente, qual, afinal, a grande diferença entre elas? Duas questões podem ser destacadas para explicar essa diferença: o conceito de método e de proposição, analítico ou sintético, e o tipo de relação entre a liberdade e a moralidade. É preciso agora aprofundar a visão crítica de Allison, em seu debate com Schönecker, começando pelo tema analítico-sintético:

O segundo ponto é a visão de que para Kant a lei moral ou o supremo princípio da moralidade, enquanto distinto do imperativo categórico, não necessita uma dedução, porque é uma proposição analítica. Para dar suporte a isto, Schönecker apela para a afirmação de Kant, “se a liberdade da vontade é pressuposta, a moralidade, juntamente com seu princípio, segue dela por mera análise de seu conceito” e textos similares. A isto Schönecker denomina “Tese da analiticidade” (*ibidem*, p. 275).

Allison considera, portanto, que o centro da Tese da analiticidade está na afirmação de Schönecker de que a lei moral é uma proposição analítica e, como tal, não precisaria de uma dedução; o imperativo categórico, no entanto, é uma proposição sintética e precisa ser deduzido. Esse é um ponto central na discórdia; para Schönecker só temos caráter sintético no caso dos seres finitos; já Allison vai desenvolver uma tese contrária: o princípio supremo da moral é sempre sintético. Nesse sentido, a leitura de Allison está mais próxima do texto de Kant,

conforme a leitura alternativa que está sendo apresentada. Allison é bem claro: “Argumenta-se que esta dedução inclui a lei moral tanto quanto o imperativo categórico, desde que, ao contrário do que é às vezes defendido, ambos são sintéticos *a priori*” (*Ibidem*, p. 274).

Como se pode observar, os dois autores estão se reportando a uma questão conceitual: se a ligação entre os dois conceitos, de liberdade e de lei moral, é analítica ou sintética, enquanto centro de suas divergências. As diferenças entre as duas posições são profundas e se encontram em todas as partes principais das obras. Nesta dissertação considera-se que o estudo da relação entre a liberdade e a moralidade pode começar pela relação entre conceitos e pela análise do caráter de uma proposição, mas é necessário aprofundar esse estudo, chegando ao encadeamento de inferências que envolvem a liberdade, a autonomia e a lei moral. Depois da *Fundamentação*, nenhum estudo profundo sobre a filosofia moral pode prescindir da autonomia; portanto, o que está sendo estudado nesta dissertação não envolve apenas a relação entre dois termos, mas uma complexa interação entre três termos. Antes desse passo, ainda restam alguns temas importantes, para entender o debate travado entre Schönecker, Wood e Allison que servirão como preparação para as próximas seções.

2.3 Temas importantes: método e proposição

O caráter analítico ou sintético da lei moral desempenha um papel muito importante no debate entre a Tese da analiticidade, de Schönecker e Wood, e a Tese da reciprocidade de Allison, como já foi identificado. Os primeiros posicionam a questão na diferença entre seres puramente racionais e seres racionais imperfeitos ou finitos: “Tudo aquilo que um ser puramente racional quiser, será um querer que nunca estará em contradição com a lei moral. Portanto a lei moral, para tal ser, não é nenhum imperativo, nenhum dever, mas sim uma proposição analítico-descritiva [...]”¹². Pela Tese da analiticidade, portanto, a proposição é analítica para os seres puramente racionais e sintética para os seres finitos.

Allison tem uma posição diferente. Ao comentar as suas diferenças com a Tese da analiticidade, ele primeiro a resume: “[...] é a visão de que para Kant a lei moral ou o supremo princípio da moralidade, enquanto distinto do imperativo categórico, não necessita uma dedução, porque é uma proposição analítica” (ALLISON, 2011, p. 274). Mais adiante conclui a explicação com a sua posição: “[...] mas, para o momento, eu me contento em tentar mostrar que a lei moral, assim como o imperativo categórico, é uma proposição sintética *a priori*.”

Este tema divide outros comentadores importantes – por exemplo, Guido de Almeida¹³ – num artigo para a revista *Analytica*:

Também não é difícil compreender por que a lei moral tem de ser caracterizada como uma proposição analítica. Com efeito, a lei moral liga ao conceito de uma vontade perfeita o conceito do modo de agir exigido pelo princípio moral (agir segundo máximas universalizáveis).

A leitura apresentada nesta dissertação, quanto a este tema, se aproxima da visão de Allison e considera haver uma confusão entre método e proposição na interpretação “analítica” da lei moral. Em primeiro lugar será analisado o tema do método e a seguir será tratada a desambiguação do termo “analítico”, que envolve o caráter analítico ou sintético de uma proposição.

Para Kant, a questão do método é central¹⁴, e a própria crítica é de certa forma um método também. É preciso distinguir entre método filosófico e método lógico, além de métodos

¹² SHÖNECKER; WOOD, 2011, p. 110.

¹³ ALMEIDA, 1999, p. 87.

¹⁴ Sobre a questão do método de Kant, a tese de doutorado de Diego Trevisan (TREVISAN, 2014) traz importantes contribuições. Em especial quanto ao fundamento histórico-jurídico da dedução das categorias.

específicos para cada disciplina, filosófica ou não. O método filosófico vai definir os procedimentos, atitudes e sistemáticas de um determinado pensamento filosófico, que pode ser, por exemplo: cético, dogmático, socrático, polêmico e tantos outros. Kant estrutura as três críticas em duas partes: elementos e método. No entanto, o método, apesar de ter um caráter geral para todas as críticas, apresenta uma especificidade para cada uma delas, levando em conta o uso diferente das faculdades superiores, seja o do entendimento, da capacidade de julgar ou da razão.

Mas qual o sentido de método que Kant está apresentando na *Fundamentação da metafísica dos costumes*? Por que os comentadores analisados discordam tanto na explicação do método utilizado por Kant? Schönecker e Wood, por exemplo, são severos nessa crítica:

Mas é difícil conciliar esta bipartição com as observações de Kant sobre o método utilizado [...] Kant parece diferenciar o método em uma parte analítica e uma parte sintética.[...] Mas isso não é assim tão simples. Pois Kant enfatizou nos *Prolegômenos* (1785) que o método analítico “é totalmente diferente de um conceito geral (*Inbegriff*) de proposição analítica”. Mas a parte que tem um significado analítico da GMS no fundo nada mais é do que um conceito geral de proposição analítica, e portanto “de composição dos conceitos” na GMS I/II é totalmente diferente de um método analítico[...] Mas isto significa que a bipartição utilizada na GMS não pode ser entendida no sentido que é descrito pelas observações metodológicas dos *Prolegômenos* [...] Lá (na GMS) onde Kant emprega o predicado “analítico” ou “sintético” não está se referindo ao método; muito mais está se referindo à parte de análise de significado (*bedeutungsanalytischen*) da GMS I/II (“decomposição de conceitos”) e à parte de fundamentação teórica da GMS III (Dedução) (SHÖNECKER;WOOD, 2011, p. 15).

Allison, por sua vez, considera que há uma discrepância no emprego do termo “método analítico” na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, pelo menos em relação ao que é feito nos *Prolegômenos*. Ele enfatiza principalmente a questão da regressão como essencial para definir o método analítico: “[...] apesar de Kant caracterizar os procedimentos, em cada uma das primeiras duas seções da *Fundamentação*, como analíticos, eles não constituem passos consecutivos de um argumento regressivo. Ao contrário parece que o tema muda e que começa do zero.”

Muitos comentadores manifestam essa perplexidade com o aparente desligamento entre a primeira e a segunda seção e, também, com as comparações com o método usado nos *Prolegômenos*. Uma forma de abrandar essa perplexidade pode ser uma leitura mais próxima do contexto metodológico da época em relação ao próprio texto de Kant. Um bom exemplo

para explicitar esse contexto está no trabalho dos importantes filósofos franceses Arnauld e Nicole.

Neste momento, não está sendo discutido o método filosófico e sim o método dentro da lógica, ou método de ordenação das ideias. Trata-se de uma das “operações do espírito” apresentada na quarta parte do *Arte de pensar* (NICOLE; ARNAULD, 1992). O título do segundo capítulo dessa parte é bastante esclarecedor: “Sobre os dois tipos de método: a análise e a síntese[...]”, vale a pena registrar os dois primeiros parágrafos:

Em geral podemos chamar de método a arte de ordenar corretamente uma sequência de vários pensamentos, e tanto para a **descoberta da verdade**, quando não a conhecemos, ou com o objetivo de **prová-la**, quando já a conhecemos.

A partir disto podem ser indicados dois métodos diferentes: um para a descoberta da verdade, o qual chamaremos de “Análise”, ou “método de decomposição” e que também pode ser chamado de método da descoberta. O outro trata de tornar compreensível a verdade deste, depois que foi encontrada. Este tipo designamos por “síntese” ou “método de composição”. Também pode ser chamado de “**método da apresentação da teoria**” (NICOLE; ARNAULD, 1992, p. 281, grifo nosso).

Esta definição, que foi muito utilizada na filosofia alemã do século XVIII, por exemplo, será apropriada por Georg Meier na sua *Doutrina da razão*¹⁵, obra muito importante para Kant nos seus cursos e também no momento de definição metodológica da *Fundamentação*. Na citação acima, de Arnauld e Nicole, é preciso ressaltar as palavras “**descoberta**” e “**prova**”, pois resumem bem a diferença entre método analítico e método sintético.

Kant define a estrutura metodológica da *Fundamentação* no parágrafo final do seu Prefácio:

Tomei o meu método neste escrito de maneira que ele fosse, como creio, o mais conveniente quando se quer tomar o caminho que vai analiticamente do conhecimento comum até a determinação do princípio supremo do mesmo e que volta, por sua vez, do exame deste princípio e das fontes do mesmo até o conhecimento comum, onde se encontra o seu uso (KANT, AAIV, 392).

¹⁵ MEIER, G. Friedrich, 1752.

Não há dúvida entre os comentadores de que Kant faz referência, não explícita, à presença de um método analítico nas duas primeiras partes da obra e de um método sintético na terceira parte. Nessa interpretação, Kant está tratando de dois momentos diferentes: no primeiro procura, num processo de descoberta, o princípio supremo da moralidade; no segundo momento, e a partir do resultado do momento anterior, Kant “estabelece” este princípio através de uma justificação ou prova. Estes são, afinal os dois momentos definidos por Arnauld e Nicole: uma busca ou descoberta, e uma prova ou justificação. Kant está combinando os dois métodos num processo duplo, que fica bem determinado como “investigação” e “justificação” ou “busca” e “estabelecimento”; as próprias palavras correspondentes em alemão, *Aufsuchung* e *Festsetzung*, reforçam essa interpretação. É bom lembrar que Kant está se referindo a um método de ordenamento das inferências, juízos e conceitos e não propriamente a um método filosófico. Apesar de serem conceitos muito imbricados, essa distinção é crucial.

Nos *Prolegômenos*, mesmo sendo uma obra anterior, pode-se encontrar a mesma perspectiva de método que na *Fundamentação*, só que no caso dos *Prolegômenos* foi usado somente o método analítico, como explica Kant: “Os procedimentos metodológicos dos *Prolegômenos*, especialmente aqueles que servem para preparar a futura metafísica, são, portanto, analíticos” (KANT, AAIV, 275). Para chegar a essa conclusão, Kant descreve esses procedimentos de uma forma que se enquadra na definição de Arnauld; até mesmo a palavra “descoberta” (*Entdeckung*) é utilizada por Kant.

Talvez o que alimente algumas objeções seja a nota de Kant (KANT, AAIV, 276), onde há certa ênfase em “regressivo” ou “progressivo”: “É melhor chamá-lo de método regressivo para distingui-lo do método sintético ou progressivo”. Mas, neste momento, Kant está preocupado com a ambiguidade da palavra “analítico” e quer separar o conceito de método do conceito de proposição. Quando se afirma que um método é analítico, nada impede que seu conteúdo seja pleno de proposições sintéticas, e o importante é que o objetivo principal do método analítico seja a descoberta, e não a apresentação ou justificação de uma teoria. Isso significa que, quando se parte de algo que é dado, existe ou é tido como conhecido e se chega aos princípios e sistemáticas, pode-se dizer que está em curso uma regressão. Outra forma de exprimir o mesmo tom geral é pensar em consequências e causas. Regressão seria partir das consequências e chegar às causas, ou tentar chegar às causas lembrando que é um processo de tatear e descobrir que não implica uma regressão rígida e única do ponto de vista da lógica geral.

Para aclarar melhor a polissemia de “analítico” ou “analítica” podem ser considerados três usos principais no contexto analisado: como **método**, **parte da lógica**, ou como **proposição**. Quanto ao **primeiro** uso já foi dito o suficiente sobre o método analítico e seu conceito oposto de método sintético. No **segundo** uso, como parte da lógica, a desambiguação é feita por Kant na mesma nota dos *Prolegômenos* citada acima: “Outra vez o nome ‘analítico’ é encontrado na divisão principal da Lógica, e neste caso é a lógica da verdade, em oposição à Dialética, sem estar se preocupando se os conhecimentos dessa lógica são analíticos ou sintéticos”.

O **terceiro** uso, no caso da proposição, é mais complicado, pois o conceito oposto também é “sintético”, como no caso do método; portanto, exige um tratamento especial. A distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos, e as suas consequências, são peças fundamentais na construção de uma via segura para a metafísica, especialmente a questão de sua possibilidade, no caso dos sintéticos *a priori*. Kant é enfático na *Crítica da razão pura*:

A explicação da possibilidade dos juízos sintéticos é uma tarefa com que a lógica geral não tem nada de preocupar-se, e não precisa sequer conhecer o seu nome. Em uma lógica transcendental, no entanto, ela é o assunto mais importante de todos, se não o único, como ocorre quando se discute a possibilidade de juízos sintéticos *a priori*, ou as condições e o alcance de sua validade (KANT, 2012, B193¹⁶).

Para compreender sua importância é valioso o comentário recente de Höffe¹⁷, no qual são destacados dois pares de conceitos que devem ser estudados simultaneamente: o par *a priori-a posteriori* e o par sintético-analítico. A grande contribuição de Kant, além do status conferido a esses pares, é considerar que a combinação de *a priori* com sintético, dando origem aos juízos ou proposições sintéticas *a priori*, se transforma na pergunta fundamental da filosofia: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?

Se responder a essa pergunta já é muito difícil no âmbito da razão teórica, a tarefa se complica ainda mais no campo da razão prática. Por ora, é necessário apenas um breve resumo sobre as características principais do par juízo sintético-juízo analítico. Serão utilizadas, principalmente, as definições de Kant apresentadas na *Crítica da razão pura*.

¹⁶ Todas as citações da *Crítica da razão pura* são da tradução de Fernando Mattos (KANT, 2012).

¹⁷ HÖFFE, 2011. Höffe apresenta uma abordagem criativa dessa parte da *Crítica da razão pura*, enfatizando pares de conceitos e ligações fundamentais entre os pares. O caso estudado é exposto no Capítulo 4, Seção 4.1, p. 53,

A diferença entre juízos sintéticos e juízos analíticos pode ser caracterizada por três propriedades dos sintéticos, distintas, mas encadeadas: **expansão** do conhecimento, **heterogeneidade** dos termos e a existência de um **terceiro elemento**. Essas propriedades são referidas a juízos ou proposições simples, nos quais um sujeito é conectado a um predicado; portanto, nesta abordagem inicial da matéria, trata-se de relações entre sujeito e predicado.

A primeira propriedade: **expansão do conhecimento**, coloca os juízos sintéticos como os portadores de conhecimentos novos; já os analíticos, no máximo, explicam melhor algum conceito, sem, no entanto, trazer nenhum conhecimento novo. Höffe, ainda na Seção 4.1 do seu livro, faz uma boa síntese: “Ao contrário do que acontece com os juízos analíticos, trazem os sintéticos um potencial de inovação, pois expandem o conhecimento contido no sujeito”.

A segunda propriedade: **heterogeneidade**, é decorrente da primeira. Pelo próprio fato de surgir um conhecimento novo, temos esferas de conceitos diferentes entre sujeito e predicado, ou, em outros termos, a ligação entre os dois conceitos traz elementos que não haviam sido pensados anteriormente no sujeito.

A terceira propriedade: a **existência de um terceiro elemento**, é decorrente da heterogeneidade, pois a necessidade de ligar dois elementos heterogêneos implica algum terceiro elemento ou capacidade, implica alguma mediação.

Essas três propriedades, quando aplicadas nos juízos sintéticos *a priori*: inovação, heterogeneidade e mediação, transportam o conhecimento para além da lógica geral ou puramente formal, pisando o terreno da filosofia transcendental e abrindo o caminho crítico para a metafísica. No caso da inovação, já não é mais possível utilizar apenas o princípio da contradição, pois não basta dizer se alguma nota está ou não contida no conceito do sujeito. No caso da heterogeneidade, não basta apenas extrair totalmente a matéria do conhecimento e apenas analisar sua forma, é indispensável, na filosofia transcendental, levar em conta a origem dos conhecimentos ou, melhor dizendo, as faculdades do conhecimento ou da alma envolvidas no juízo. Finalmente, a questão da mediação exige a descoberta de um terceiro elemento, o qual, atuando sobre um novo princípio, (que pode também ser entendido como um tipo de legislação) relaciona faculdades heterogêneas e permite o juízo sintético. Uma boa explicação para esse terceiro elemento está na *Crítica da razão pura*:

Admitido, pois, que se tem de sair de um conceito para compará-lo sinteticamente com algo diverso, então é necessário um Terceiro sem o qual não poderia engendrar-se a síntese de dois conceitos. Mas o que é esse Terceiro, que funciona como *medium* de todos os juízos sintéticos? Ele é

apenas o conjunto completo em que estão contidas todas as nossas representações, a saber, o sentido interno e a forma *a priori* do mesmo, o tempo (KANT, 2012, B194, p. 184).

Assim se configuram, de uma forma bem resumida, as proposições sintéticas *a priori* que nos levam ao conhecimento de objetos, a partir das afecções, e que determinam um processo de conhecimento científico, considerando aqui o âmbito da razão teórica.

Tendo analisado as duas teses, da analiticidade e da reciprocidade, e feito uma breve apresentação desses temas importantes, de método e de proposição, pode-se começar o tratamento específico da relação entre a liberdade e a moral. O próximo capítulo trata do momento importante da suspeita de um raciocínio circular.

3 – A suspeita de raciocínio circular e a pressuposição da liberdade

Após todo o trabalho com o método analítico, feito nas duas primeiras partes da *Fundamentação da metafísica dos costumes* e chegando na posição central da terceira seção da obra, Kant surpreende seu leitor ao afirmar: “Mostra-se aqui, é preciso confessá-lo com franqueza, uma espécie de círculo, do qual, ao que parece, não é possível sair” (KANT, AAIV, 450).

Essa suspeita de incorrer em raciocínio circular e, portanto, numa falácia inferencial, demonstra o cuidado que Kant está tomando nesta fase de justificação do princípio supremo da moral, encontrado no processo analítico desenvolvido nas duas primeiras partes. Ele leva a sério essa suspeita e procura, por sete parágrafos, afastar essa dúvida, desenvolvendo uma argumentação que iria marcar profundamente a sua filosofia moral e inseri-la definitivamente no seio da crítica. Nesse momento importante são introduzidos os dois aspectos ou pontos de vista: o mundo inteligível e o mundo sensível, suas legislações específicas e suas relações¹⁸ com a razão prática.

Mais adiante, mesmo depois de remover a suspeita de círculo e chegando ao final da preparação para a dedução, Kant ainda levanta uma segunda suspeita de falácia, desta vez um caso de *petitio principii*:

[...] a saber, a suspeita de que talvez tivéssemos tomado por fundamento a liberdade só por causa da lei moral, a fim de inferi-la, por sua vez, da liberdade; por conseguinte, de que não teríamos conseguido indicar qualquer razão para essa lei, mas que só poderíamos propô-la como petição de um princípio, que as almas de boa índole de bom grado hão de nos conceder, mas nunca como uma proposição passível de prova (KANT, AAIV, 453).

A petição de princípio também é um erro grave num processo de justificação, ainda mais que Kant está, de um ponto de vista geral da fase crítica, buscando uma via segura para a metafísica.

Essas dúvidas ou suspeitas levantadas pelo autor não são apenas truques retóricos, mas refletem um procedimento metodológico que conscientemente coloca em cheque o que vai sendo estabelecido, com o objetivo de testar as conclusões obtidas e dar-lhes robustez. Isso, no entanto, pode causar certa confusão, principalmente quando se tomam suspeitas como

¹⁸ Como ainda precisa ser detalhado, a razão prática está relacionada como uma certa subordinação entre os dois aspectos: inteligível e sensível.

assertivas, não respeitando o contexto metodológico. Os tipos de falácia utilizados por Kant fazem parte da tradição lógica do século XVII e XVIII. Antes do detalhamento desse contexto será apresentada uma breve descrição dos dois tipos citados.

No primeiro caso, Kant está se referindo a falácias de inferências do tipo *circulus in probando*¹⁹, ao suspeitar que a prova de A está levando a B, mas também B está sendo usado para provar A. No caso A como liberdade e B como lei moral:

[...] nos consideramos como livres na ordem das causas eficientes para nos pensar sob as leis morais na ordem dos fins, e pensamo-nos depois como submetidos a estas leis porque nos conferimos a liberdade da vontade, pois liberdade e legislação própria da vontade são ambas autonomia, por conseguinte conceitos recíprocos (KANT, AAIV, 450).

Essa citação marca bem o seu contexto: uma parte de uma suspeita de raciocínio circular, e que parece não ter saída. Kant não poderá, nesse contexto de prova²⁰, se limitar à consideração da liberdade e da moral como conceitos recíprocos, pois, em todo o processo de justificação que está sendo desenvolvido, fica bem claro que a relação é muito complexa e envolve três elementos: liberdade, autonomia e moralidade, **articulados por inferências combinadas**²¹. O que está em jogo é o resultado de um processo analítico que nos levou a considerar a vontade livre e a vontade sob leis morais como conceitos recíprocos. Mas o processo analítico não é suficiente para construir uma prova ou justificação, nem é esta a sua função principal.

É preciso ressaltar que, neste momento da *Fundamentação*, Kant está aplicando um método²² sintético, normalmente utilizado quando se necessita provar ou justificar princípios ou conhecimentos. No processo de justificação, em geral, é preciso estabelecer pressupostos que vão embasar o sentido do processo, e é necessário que fique bem claro o que é ponto de partida e o que é ponto de chegada da argumentação. Afinal, partimos da liberdade para a moralidade ou desta para aquela?

¹⁹ O termo *probando* é uma das formas de denominação da proposição que conclui um silogismo clássico. Ora, a conclusão deveria ser um ponto de chegada, mas, se há um círculo, será que o ponto de chegada é também usado como ponto de partida? Este é um dos problemas que serão estudados.

²⁰ Quando está sendo usado o método analítico, como foi feito nas duas primeiras partes da *Fundamentação*, pode-se chegar a comparações conceituais que encobrem uma estrutura de justificação.

²¹ Este é um ponto central da dissertação; o que está em jogo, neste momento do pensamento de Kant, é a relação entre a liberdade e a moralidade como inferências combinadas.

²² O tema do método já foi brevemente analisado no Capítulo 2; não se trata aqui do método de uma disciplina filosófica, sempre presente nas três críticas, mas de método de argumentação e de justificação.

O segundo tipo de falácia apresentado é uma petição de princípio. Significa pedir aos filósofos que aceitem uma premissa provisória – por exemplo, a própria pressuposição da liberdade – apenas para validar uma inferência da lei moral. Se assim fosse, todo o edifício argumentativo seria muito frágil, dependendo de “almas de boa índole”. O autor demonstra um cuidado rigoroso com a estrutura de sua justificação, que será concluída na subseção da dedução propriamente dita. Neste trabalho, não será apreciada a etapa de dedução; nosso objetivo é entender a relação entre a liberdade e a moral, que é revelada a partir das suspeitas de raciocínio circular e de petição de princípio, principalmente na saída do círculo²³.

A importante contribuição dessas suspeitas de Kant é justamente chamar a atenção para a complexidade da relação entre a liberdade e a moral, e para o duro trabalho filosófico necessário para a sua compreensão. Antes de analisar a solução que Kant apresenta para sair do raciocínio circular, é preciso detalhar mais o tema das falácias e o respectivo posicionamento dos comentadores analisados.

²³ É justamente ao final da argumentação sobre o círculo que Kant se refere às duas inferências que estão sendo estudadas, como fio condutor para entender a relação entre a liberdade e a moral, nesta obra.

3.1. Os tipos de falácia e a reação dos comentadores

Como a suspeita de falácia, levantada por Kant, é crucial para a investigação da relação entre a liberdade e a moralidade, é necessário tratar, com algum detalhamento, dos tipos de falácia e de sua interpretação. Afinal, foi para remover essa suspeita que Kant introduziu uma visão de mundo, considerando-a sob dois aspectos: sensível e inteligível. É também nesse momento que Kant caracteriza as inferências que, pelo seu ordenamento, estruturam esta etapa de justificação da lei moral. As posições tomadas pelos comentadores analisados, quanto aos tipos de falácias, contribuem para o estudo de suas teses.

Apesar de Kant ser absolutamente explícito quanto à suspeita de *circulus in probando*, e este ser um tema da lógica inferencial já bastante estabelecido no século XVIII, os três comentadores citados não concordam com Kant e não reconhecem a existência do *circulus in probando*. Schönecker e Wood, ao resumirem o quarto e último capítulo do “Comentário”, apresentam uma síntese de suas posições quanto à ocorrência de falácias:

A suspeita de um círculo que aparece na discussão sobre a liberdade não é a suspeita de um círculo vicioso²⁴ (portanto Kant não está inferindo da liberdade à moral e reciprocamente). Trata-se de duas petições de princípio: a suspeita de círculo torna preciso que, até aquele momento (até a Seção 2), a liberdade da vontade humana ainda não foi provada; e torna preciso que a ligação do que já foi provado com a Tese da analiticidade não permite de forma alguma que decorra a validade da lei moral como imperativo. Portanto, Kant precisa indicar que o homem livre é capaz de ação moral: mas tem ainda que indicar que sua ação deve ser moral (SCHÖNECKER; WOOD, p. 208).

Para Schönecker e Wood, portanto, não há um *circulus in probando* e Kant errou ao atribuir esse tipo de circularidade; afirmam, ao contrário, que há na argumentação duas petições de princípio, às quais os autores estão considerando também como um tipo de círculo. Para estudar bem essa questão é necessária uma breve referência à teoria lógica da época, mas, antes de repassar essa teoria, é oportuno também verificar a posição de Allison. Assim como Schönecker e Wood, Allison não concorda com Kant e considera que não se trata de um caso de raciocínio circular:

²⁴ Kant não está usando, neste momento, a expressão completa da falácia, apenas usa o termo “círculo”. Schönecker e Wood estão usando o termo “vicioso” por sua própria interpretação. Na leitura que está sendo proposta trata-se de um “*in probando*” como aparece em Meier e nas lições de lógica. Seria mais indicado usar o qualificativo “vicioso” para processos morais ou físicos, como oposição a “virtuoso”. Kant usa “vicioso” raras vezes e o “*in probando*” está em todas as lógicas já citadas.

Podemos, numa visão geral do tema, dizer que mesmo sendo logicamente dúbio o procedimento que Kant descreve, não é um caso de raciocínio circular, pelo menos no entendimento padrão de que neste tipo de argumento a conclusão já está contida na premissa [...] A partir destas definições, parece evidente que esta falácia, à qual Kant se refere, está aludindo a uma *petitio* e não a um *circulus in probando* (argumento circular) (ALLISON, 2011, p. 314).

Como alternativa a essas objeções dos comentadores, esta seção será completada com uma breve passagem pela teoria lógica das falácias, antes do estudo da argumentação de Kant.

A “revolução copernicana” deflagrada por Kant no campo filosófico não só causou uma reviravolta na investigação da relação entre o pensamento e a sensibilidade como também transformou a lógica, acrescentando-lhe uma esfera transcendental. A maior parte das fontes do pensamento lógico dos séculos XVII e XVIII se assenta em Aristóteles. No entanto, a partir do trabalho dos lógicos de Port-Royal, Arnauld e Nicole, com sua obra *A arte do pensar* (NICOLE; ARNAULD, 1992), surgem alguns paradigmas novos que serão usados por Kant e seus contemporâneos. Seu estudo é imprescindível como requisito para o tema das falácias. Em primeiro lugar, é preciso determinar em que **ponto da lógica** surgem as falácias.

Uma contribuição importante de Arnauld e Nicole está na divisão da ciência da lógica. Note-se que, por enquanto, está sendo tratada a lógica geral e não entram em cena questões transcendentais. Arnauld e Nicole estabelecem as divisões, considerando que sua fonte está nas **operações do espírito**, como apontam nos dois primeiros parágrafos da obra citada²⁵:

A lógica é a arte de bem conduzir a razão no conhecimento das coisas, tanto para instruir a si mesmo como para instruir os outros.

Esta arte consiste nas reflexões que os homens têm feito sobre as quatro principais operações de seu espírito: conceber, julgar, raciocinar e ordenar (tradução nossa).

Essa concepção de “operações do espírito” causou grande impacto na filosofia do século XVIII, dando origem aos correlatos: ideias, juízos, raciocínios e método. Charles Jourdain, que organizou a edição dessa obra pela Gallimard, adiciona uma nota²⁶ muito interessante sobre a possível “filtragem” da obra de Aristóteles:

O primeiro germe desta divisão nos parece se encontrar em Aristóteles que efetivamente trata das ideias, no livro *Das categorias*, formando a primeira

²⁵, NICOLE; ARNAULD, 1992, p. 30.

²⁶ *Ibidem*, nota 13, p. 337.

parte do *Organum*, de juízos e de proposições, no tratado *Sobre a Interpretação* e de raciocínios, nos *Primeiros* e nos *Segundos analíticos*.

Quem vai aproveitar essa divisão, incrementá-la e criar um instrumento de divulgação da lógica geral será Georg Meier, como será estudado na versão simplificada de sua *Doutrina da Razão* (MEIER, G. FRIEDRICH, 1752). Kant irá usar este texto, ministrando, por quatro décadas, cursos acadêmicos sobre lógica. A obra servirá de matriz para todas as anotações de aula de seus alunos, de Blomberg a Jäsche. Até a ordem dos capítulos das lições segue o livro de Meier e a questão das falácias, especialmente o *circulus in probando* e a petição de princípio, são sempre mencionadas e mantêm-se coerentes no decorrer de 40 anos. Portanto, a probabilidade de que Kant tenha se enganado e de que não tenhamos um caso de raciocínio circular na *Fundamentação* é pequena.

Afinal, onde se apresenta, na lógica de Meier, o tema das falácias? Para responder a isso é preciso entender a divisão da obra. O livro é dividido em quatro partes, a partir do núcleo básico de Arnauld e Nicole, mas com algumas diferenças. A primeira parte trata dos três elementos que aparecem na obra francesa: conceitos, juízos e inferências, em três capítulos principais, que são precedidos por critérios de perfeição ou precisão em lógica. A segunda parte trata da questão do método, que equivale aproximadamente à quarta parte tratada por Arnauld e Nicole. O livro ainda tem duas partes que tratam de retórica, gramática e partes psicológicas que ficam fora do escopo deste trabalho.

A questão das falácias aparece no capítulo que trata das inferências ou raciocínios. Portanto, quando Kant levanta uma suspeita de círculo, está preocupado com inferências, e não com conceitos²⁷ ou juízos, que apresentam outros tipos de problema, mas não erros inferenciais. No estudo sobre a argumentação de Kant, uma questão-chave para entender a *Fundamentação*, especialmente a sua terceira parte, é identificar precisamente quais são as inferências que compõem o processo de justificação da moralidade. Mas como Meier define as falácias que interessam neste momento?

Meier dedica o Capítulo X da primeira parte de sua obra exclusivamente às inferências da razão; são 61 parágrafos, basicamente divididos em duas partes: a primeira trata das inferências simples, suas formas e os erros que nelas ocorrem (sofismas, por exemplo, além de erros formais), e a segunda parte, ao final, com apenas seis parágrafos, trata das chamadas inferências compostas e também de seus erros. É justamente nessa parte final que se encontram os casos de raciocínio circular e de petição de princípio. Assuntos, portanto, relacionados com

²⁷ É importante constatar que conceitos recíprocos não têm nenhuma relação com circularidade em raciocínio.

inferências compostas, entendidas, na maior parte dos casos, como um encadeamento de inferências. Vale a pena reproduzir o § 411, que é extremamente compacto:

Quando uma conclusão é extraída de uma premissa, que é tão incerta como ela mesma, está o proponente pedindo aceitação (*petitio principii seu quaesiti*). No entanto, quando uma conclusão é tomada como sua própria premissa, denominamos o caso como erro do retorno da prova (*circulus in probando*).

Observe-se, mais uma vez, que esta parte da obra de Meier estuda os encadeamentos de inferências. As duas que interessam, neste trabalho, estão nesse mesmo parágrafo, mas são completamente distintas. Uma boa forma para mostrar que Kant está bastante consciente, tanto dessas definições como da parte da lógica à qual pertencem, é analisar as várias compilações feitas por seus alunos de lógica; um bom exemplo é o § 92 da Lógica Jäsche²⁸:

§ 92, *Petitio principii – Circulus in probando*.

Por *petitio principii* entende-se a admissão de uma proposição como argumento a título de uma proposição imediatamente certa, muito embora ainda careça de prova. E um círculo ao provar é o que se comete quando se toma a proposição que se queria provar como um fundamento de sua própria prova.

Estas são então as bases teóricas que explicam a origem das falácias levantadas por Kant, na terceira parte da *Fundamentação*; em resumo: dois tipos de falhas diferentes que podem ocorrer em inferências encadeadas. É difícil subestimar a importância dessas bases para o estudo da relação entre a liberdade e a moralidade, tema central desta dissertação. Pelo menos por dois motivos: a relação não pode ser restrita a uma relação entre conceitos, recíprocos ou não; em segundo lugar, não pode ser entendida como uma inferência direta entre a liberdade e a lei moral. Estamos no terreno das inferências encadeadas, no caso: liberdade, autonomia e lei moral.

No entanto, é preciso levar em conta que a relação entre a liberdade e a moral se dá no plano prático e não pode ser traduzida ou considerada como equivalente a uma relação da lógica formal. O uso da explicação por inferências está sendo interpretado como um fio condutor para a argumentação. Trata-se de uma analogia, mas não de uma aplicação da lógica; o que está em jogo são determinações da razão pela vontade.

²⁸ ,KANT; ALMEIDA,2003, p. 154.

Para se poder afirmar que, na *Fundamentação*, Kant está usando duas inferências como fio condutor de sua justificação da relação entre a liberdade e a lei moral, é preciso dar dois passos fundamentais e complementares: em primeiro lugar, estabelecer o que é partida e o que é chegada da relação e, em segundo lugar, definir qual é, afinal, o caminho entre os dois polos da relação. O primeiro tema será tratado na próxima seção, a partir da pressuposição da liberdade. O segundo tema será apresentado no próximo capítulo, que detalhará a solução do círculo pela dupla de inferências.

3.2 A pressuposição da liberdade e a autonomia

Depois da “descoberta” do princípio supremo da moralidade, realizada nas duas primeiras seções da *Fundamentação*, a partir de extenso trabalho sob método analítico, Kant se prepara para enfrentar a segunda tarefa: o “estabelecimento” do princípio descoberto, o que exige um método sintético, como já apresentado, por tratar-se de uma justificação. A estratégia de Kant, nesta terceira seção da *Fundamentação*, passa por uma cuidadosa preparação, constituída pelas três primeiras subseções, para, depois, concluir a justificação nas duas subseções finais. Nesta dissertação, não serão analisadas as duas subseções finais, uma vez que as primeiras três seções já permitem o estudo da relação entre a liberdade e a moralidade e ainda avaliar até que ponto Kant chegou, na elaboração dessa relação, na *Fundamentação da metafísica dos costumes*.

Os títulos usados por Kant, nessa etapa de preparação, já mostram o encadeamento da argumentação: “O conceito de liberdade é a chave para a explicação da autonomia da vontade”, “A liberdade tem que ser pressuposta como propriedade da vontade de todos os seres racionais” e, finalmente, “Do interesse que se prende às ideias de moralidade”. Uma breve análise dessas seções permite entender melhor o fio condutor que Kant está utilizando na *Fundamentação*.

Começando pela **primeira subseção**, onde a “chave” da questão está na liberdade, Kant vai estabelecer o papel fundador da liberdade em relação à autonomia. Esse papel de fundação ou geração da autonomia será apresentado por Kant na saída do círculo; com o termo “inferência”, a autonomia é inferida a partir da liberdade. Trata-se de uma inferência em sentido bem amplo, analógico, e não em um sentido estritamente lógico. O campo de atuação é prático, ou seja, sempre envolve a vontade e a sua determinação. O uso do termo “inferência” está sendo interpretado como uma analogia ou um fio condutor para explicar essa parte da relação. Kant irá substituir essa explicação pela *ratio essendi* na *Crítica da razão prática*, o que, segundo a leitura que está sendo apresentada, fornece uma explicação mais rica e adequada.

A autonomia é a protagonista dessa primeira seção e será um conceito fundamental para a remoção da suspeita de raciocínio circular; mais ainda: será a mediadora entre a liberdade e a moral, orientando sua relação. Assim como Kant coloca a liberdade como **chave** para a autonomia, pode ser afirmado, por sua vez, que a própria autonomia é a chave para entender a relação entre a liberdade e a moral.

A estrutura da argumentação dessa seção pode ser acompanhada em seis momentos principais:

1) Kant começa identificando vontade com causalidade independente, em resumo: todos os seres vivos estão sob as leis da natureza que atuam necessariamente; apenas uma parte deles, os seres vivos racionais, tem como propriedade diferenciadora uma vontade, ou seja, são capazes de uma causalidade que não depende de causas externas, “a liberdade seria aquela propriedade dessa causalidade na medida em que esta pode ser eficiente independentemente da determinação de causas alheias” (KANT, AAIV, 446,).

2) A explicação da liberdade explicitada acima é negativa e, por isso, infecunda para discernir a sua essência. Kant vai buscar uma forma positiva. O conceito de causalidade está necessariamente ligado ao conceito de legislação; os seres vivos não racionais, por exemplo, estão sob a ação das leis da natureza, ou de uma legislação natural, contingente e heteronômica.

[...] então a liberdade, embora não seja uma propriedade da vontade segundo leis naturais, nem por isso é de todo sem lei, mas, antes pelo contrário, tem de ser uma causalidade segundo leis imutáveis, porém de espécie particular; pois, de outro modo, uma vontade livre seria uma coisa absurda (KANT, AAIV, 446).

3) Se a liberdade é um tipo particular de causalidade, não heteronômica, “o que pode ser, então, a liberdade da vontade senão autonomia, isto é, a propriedade da vontade de ser para si mesma uma lei?”. Nesse momento, Kant dá uma indicação da **primeira inferência**, que será vital na compreensão do círculo: a que parte da liberdade e chega à autonomia.

4) Kant aborda, a seguir, a **segunda inferência**, que será tratada mais detalhadamente na terceira subseção, ligando a autonomia com a moralidade:

A proposição, porém: a vontade é em todas as ações uma lei para si mesma, designa apenas o princípio de não agir segundo outra máxima senão aquela que também possa ter por objeto a si mesma como uma lei universal. Mas isso é exatamente a fórmula do imperativo categórico e o princípio da moralidade: portanto, uma vontade livre e uma vontade sob leis morais é uma e a mesma coisa (KANT, AAIV, 447).

Com esse quarto passo, temos uma fusão dos resultados obtidos ao final da segunda parte da *Fundamentação*, com os primeiros três passos. Os caminhos da liberdade para a autonomia e

desta para a moralidade parecem estar bem pavimentados. Mas não é isso que Kant vai apresentar no último parágrafo dessa primeira seção; ele irá ressaltar os limites do método analítico e explicar por que ainda é necessário um árduo trabalho metodológico sintético para completar essa etapa de preparação.

5) Kant, nesse momento, indica que a análise de conceitos – essência do método analítico – está garantindo que, “se a liberdade da vontade é, pois, pressuposta, daí se segue, por mera análise de seu conceito, a moralidade juntamente com seu princípio”. Nesse caso, nem seria necessária uma dedução, mas, logo a seguir, Kant apresenta um fator complicador, parecido com problemas que já haviam ocorrido na *Crítica da razão pura*, na dedução das categorias: “No entanto, este último é sempre uma proposição sintética [...]”. O princípio da moralidade é representado, portanto, por uma proposição sintética *a priori*, o que exige um processo dedutivo, semelhante ao usado na *Crítica da razão pura*.

6) Como todo juízo sintético, também o sintético-prático necessita de um terceiro elemento, como já apresentado na seção sobre método e proposição. O caso dos juízos sintéticos *a priori* do entendimento já foi tratado na seção sobre método e proposição. Aqui no caso prático, Kant é bem claro:

Tais proposições sintéticas, porém, só são possíveis pelo fato de que ambas as cognições podem ser ligadas entre si mediante a conexão com um Terceiro[...] O conceito positivo da liberdade provê esse Terceiro que não pode ser, como no caso das causas físicas, a natureza do mundo sensível [...] (KANT, AAIV, 447).

O que é exatamente este terceiro elemento tem sido objeto de polêmica entre os comentadores; no entanto, para os propósitos desta dissertação, basta reconhecer que o que provê este elemento é o conceito positivo da liberdade, ou seja, a autonomia.

Com esses seis passos fica mais clara uma questão muito importante: o estabelecimento de um caminho ou um sentido de percurso que parte da liberdade e, através da autonomia, chega à moralidade. Como a autonomia é a parte positiva da liberdade, é, portanto, essa liberdade que possibilita²⁹ (é a “chave” para) chegar à moral. No entanto, ainda não está provado, num sentido teórico ou ostensivo de prova, que esse encadeamento funciona.

²⁹ Fica bem claro que Kant ainda não tem uma forma bem definida para o que a liberdade representa como causalidade. Falta neste momento o modelo da *ratio essendi*; também neste sentido, as inferências são uma exposição provisória.

A **segunda subseção**, “A liberdade tem que ser pressuposta como propriedade da vontade de todos os seres racionais”, tem como eixo a generalização da pressuposição da liberdade e, apesar de curta, tem fortes implicações para o tema em estudo. Kant considera que está tratando de uma complexa relação que envolve ideias transcendentais, as quais, a partir da razão, vão determinar a vontade. Além das complexidades que apareceram na crítica da razão especulativa, também se acrescentam as características da atuação prática da razão.

Ao colocar a liberdade, que é uma ideia transcendental, como pressuposição, Kant começa a deslocar a justificação para fora dos quadros da matemática e da lógica geral. Pois não é possível prová-la ostensivamente, nem usar o método geométrico ou simplesmente métodos inferenciais da lógica geral, pois são baseados em conceitos e em operações do entendimento ou em conceitos construídos a partir da intuição. Esta segunda subseção dá um passo importante nessa etapa de preparação: a generalização de tudo que foi visto na primeira seção para todos os seres racionais. Isso significa que tudo que levou ao juízo sintético *a priori* prático é também válido para todos os seres racionais, inclusive os seres puramente racionais (infinitos); portanto, para todos os seres racionais os três elementos estão em jogo: liberdade, autonomia e moralidade.

Na segunda parte da *Fundamentação*, Kant dá uma breve indicação de como funciona a autonomia para seres perfeitos ou para uma vontade santa: “A vontade cujas máximas se põem necessariamente de acordo com as leis da autonomia é uma vontade santa, absolutamente boa” (KANT, AAIV, 439).

Tendo analisado os seis momentos da **primeira subseção** e o tema da **segunda subseção**, já é possível estudar a **terceira subseção**. Isso será feito no próximo capítulo junto com a saída do círculo.

4 – A saída do círculo e as duas inferências

Na **terceira subseção**, “Do interesse que se prende às ideias de moralidade”, Kant termina a etapa de preparação, antes de se dedicar à parte final da obra, que compreende a dedução propriamente dita e uma última seção sobre as fronteiras do resultado obtido com a dedução. Nessa terceira subseção, de certa forma é feito um balanço de todo o trabalho realizado, tanto o trabalho sob o método analítico, de busca do princípio supremo da moralidade, como a primeira parte da preparação da dedução, que pode ser designada como etapa da pressuposição da liberdade. Na leitura que está sendo apresentada, essa seção é crucial para o estudo da relação entre a liberdade e a moral, segundo o grau de elaboração atingido na *Fundamentação*.

A questão central em jogo é o questionamento da pressuposição da liberdade, feita nas duas primeiras subseções, através de uma dúvida metódica, representada pela suspeita de um raciocínio circular. Esse questionamento vai deixar bem claro que, se for imposta uma camisa de força de métodos puramente formais, ou, se o procedimento ficar restrito ao método analítico, usado nas duas primeiras partes da *Fundamentação*, chega-se ao impasse de um raciocínio circular; portanto, a um tipo de falácia, conforme já apresentado na seção específica do capítulo anterior desta dissertação.

A partir do questionamento e da suspeita, Kant apresenta uma sugestão de saída ou de solução do círculo. Justamente essa sugestão de solução será uma das passagens mais comentadas desde 1785, sendo uma das fontes principais das posições dos comentadores que foram apresentadas: a Tese da analiticidade e a Tese da reciprocidade. Kant indica que dois aspectos diferentes estão em jogo na ação moral: o mundo inteligível e o mundo sensível. Nesse momento, a pergunta que atravessa toda a obra questiona especificamente a **obrigação** de agir sob a lei moral. Essa pergunta, naturalmente, leva à outra: quais os interesses que se prendem à ação moral?

4.1 O tema do interesse e a saída do círculo

Pode parecer estranho que Kant tenha focalizado esta terceira subseção na questão do interesse. Por que surge o tema neste momento? Na leitura que está sendo apresentada, o conceito de interesse aprofundará a suspeita de raciocínio circular e, ao mesmo tempo, será um fator-chave para a distinção entre os dois pontos de vista: sensível e inteligível. Essa distinção é uma fonte de inesgotáveis polêmicas e requer um tratamento cuidadoso.

Kant abre este caminho pelo interesse a partir de duas considerações: a primeira negando a influência empírica e a segunda lembrando que, mesmo assim, há necessidade de algum tipo de interesse para a obrigação moral:

Mas por que é que devo submeter-me a esse princípio, aliás, enquanto ser racional em geral, e desse modo, por conseguinte, também todos os outros seres dotados de razão? Estou disposto a conceder que nenhum interesse me impele a isso, pois isso não daria um imperativo categórico; mas tenho necessariamente de tomar um interesse nisso e discernir como isso se dá [...] (KANT, AAIV, 449).

Pode-se perceber que está em jogo a própria possibilidade do imperativo categórico, considerada a partir da motivação ou do interesse. Kant emprega, na citação acima, dois verbos bem diferentes para introduzir um conceito bipartido de interesse: o verbo “impelir (*treiben*)” e o verbo “tomar (*nehmen*)”. O primeiro representa o interesse em algum objeto ou fim empírico, originado no mundo sensível, que estaria **impelindo** o ser racional a agir. O segundo indica uma **tomada** de interesse, ou a **tomada** da consciência de um interesse, originada na atuação da própria razão pura, num processo independente de outras faculdades ou fatores externos. Essa interpretação do interesse, associado à consciência, será fundamental na introdução dos dois pontos de vista já citados: o sensível e o inteligível. Além de um interesse patológico, por assim dizer, que **impele** à ação, apresenta-se um interesse prático, que é **tomado** conscientemente.

Logo adiante, Kant retoma o tema e reformula a pergunta destacada no parágrafo anterior, mas, dessa vez, enfatizando o processo de universalização:

[...] porque, afinal, a universalidade de nossa máxima, tomada como lei, tem de ser a condição restritiva de nossas ações, e em que baseamos o valor que

conferimos a essa maneira de agir [...] que em lugar algum pode haver um interesse mais alto [...] (KANT, AAIV, 449).

Kant persegue todas as possibilidades para entender qual é o interesse que está em jogo: o que quer dizer “interesse mais alto”? A resposta envolve a articulação entre o interesse e o respeito à lei moral. Desde a primeira parte da *Fundamentação*, Kant estabelece uma ligação entre esses conceitos:

O respeito é propriamente a representação de um valor que faz derrogação ao amor-de-mim-mesmo [...] O objeto do respeito é, portanto, unicamente a lei e, na verdade, aquela que impomos a nós mesmos e, no entanto, como necessária em si [...] Todo o chamado interesse moral consiste **unicamente** no respeito pela lei (KANT, AAIV, 401 nota, grifo nosso).

Mas, se o interesse moral é tão poderoso, então pode ser que esta seja a resposta para explicar a obrigação moral para os seres finitos; nesse caso, Kant estaria aplacando a ira de seus críticos mais acerbos, que clamavam e clamam até hoje por uma motivação para o comportamento moral. No entanto, Kant corta drasticamente essa possibilidade, pois justamente tal consideração conduziria a um atoleiro de falácias inferenciais.

Para entender como essa consideração leva ao erro do círculo, basta lembrar a própria definição de respeito dada por Kant na mesma nota citada acima:

Todavia, ainda que o respeito seja um sentimento, nem por isso ele é um sentimento recebido por influência, mas um sentimento autoproduzido através de um conceito da razão e, por isso, especificamente distinto de todos os sentimentos de primeira espécie, que podem ser reduzidos à inclinação ou ao medo (KANT, AAIV, 401 nota).

Mas, se esse interesse, que é autoproduzido, fosse o causador da obrigação moral, isso representaria estar sendo pressuposta a própria lei moral, ou, como diz Kant, seria “apenas o efeito da pressuposta importância de leis morais”. No entanto, todo o trabalho até agora partiu da pressuposição da liberdade. Afinal, o que deve ser pressuposto, a liberdade ou a lei moral? Qual é o sentido das inferências? Trata-se de um raciocínio circular?

É oportuno, neste ponto, retomar a citação sobre a entrada no círculo, para responder a essas perguntas: “**Mostra-se** aqui, é preciso confessá-lo com franqueza, uma espécie de círculo, do qual, ao que **parece**, não é possível sair” (KANT, AAIV, 450, grifo nosso).

A primeira consideração importante está no uso dos verbos alemães *zeigen* (mostrar, usado de forma reflexiva) e *scheinen* (parecer) aplicados em duas situações diferentes: *zeigen* dá um caráter forte para a suspeita de raciocínio circular; portanto, não é apenas uma retórica ou uma analogia didática, e *scheinen* se refere à aparência de estar sem saída, tendo a função de piorar ainda mais a situação, pois, além de o círculo já ser um problema sério, a aparência de um caso perdido, sem saída, é, em qualquer argumentação, um agravante. A segunda consideração é a expressão “uma espécie de (*eine Art von*)”, que leva à pergunta: por que Kant é, aparentemente, tão impreciso ou evasivo quanto a afirmação do círculo?

O motivo desses cuidados está no próprio terreno da investigação prática; não se trata apenas de uma questão da lógica geral, ou de um caso clássico do *circulus in probando*. Há, neste caso, uma mistura complexa de ideias transcendentais, conceitos, princípios *a priori* e determinação da vontade, que exigem novas formas de abordagem para a relação entre a liberdade e a lei moral. Na *Fundamentação*, Kant chega a uma primeira versão, que explica, principalmente, o sentido de percurso da liberdade para a moralidade, e não o caminho oposto. Só na segunda *Crítica* será apresentada uma explicação mais completa, envolvendo *rationes* gêmeas e recíprocas e explorando os dois sentidos de percurso.

Logo no começo da argumentação sobre a suspeita de raciocínio circular, Kant introduz os dois aspectos, ou dois pontos de vista³⁰: “Nós nos consideramos como livres na ordem das causas eficientes para nos pensar sob leis morais na ordem dos fins, e pensamos-nos depois como submetidos a essas leis porque nos conferimos a liberdade da vontade [...]” (KANT, AAIV, 450).

Nessa passagem temos o cerne do círculo, mas muito compacto. Abrindo a argumentação e simplificando um pouco a suspeita, podem ser discernidos dois pensamentos que giram sobre si: nós nos consideramos como exercendo uma causalidade livre e nos entendemos como submetidos à lei moral, mas, no sentido inverso, nos entendemos sob leis morais para chegar a liberdade. Apesar de o texto ser bem difícil de interpretar, sua mensagem pode ser decifrada como: partimos de A para chegar a B e depois partimos de B para chegar a A. A grande pergunta é: qual conceito ou ideia está sendo pressuposto? É preciso reafirmar

³⁰ A polêmica neste caso é causada pela dúvida: Kant está considerando dois mundos, com conteúdo ontológico explícito, ou se refere a aspectos ou pontos de vista. Na leitura que está sendo apresentada, não se considera uma implicação ontológica nessa divisão.

que uma tarefa importante da *Fundamentação* é mostrar que a liberdade deve ser pressuposta³¹, e não a lei moral.

Kant faz, no entanto, uma afirmação que pode complicar a questão da pressuposição: “[...] pois liberdade e legislação própria da vontade são ambas autonomia, portanto conceitos recíprocos [...]” (KANT, AAIV, 450). Dois passos importantes são dados neste momento: a reafirmação da autonomia, que vai ter papel dominante nesta argumentação, e uma reforçada suspeita de circularidade, desta vez ligada a uma questão de definição que envolve conceitos recíprocos. Dois conceitos recíprocos têm a mesma esfera, que é apresentada de maneira diferente, mas se referem aos mesmos objetos. Nesse caso, liberdade e autonomia são suspeitas de ser formas diferentes de referenciar a mesma esfera do conhecimento conceitual.

Kant nos lembra, na sequência da citação, que para lidar com conceitos recíprocos basta um tratamento analítico, uma simples separação e esclarecimento dos conceitos. Mas, nesse caso, não haveria uma prova ou justificação, pois não há inferência lógica entre dois conceitos recíprocos (no caso, liberdade e autonomia). Além disso, no caso prático, não se trata de apenas dois elementos, pois estão em funcionamento três elementos: liberdade, autonomia e lei moral. Mas o que está em jogo então?

Até este momento, incluindo as duas primeiras partes da *Fundamentação*, foram feitos esforços para provar a realidade do imperativo categórico, culminando com a tentativa de justificá-lo pelo interesse. No entanto, desenhou-se um círculo que parece uma armadilha sem escape. Kant prepara então a virada crítica, apresentando os dois aspectos (sensível e inteligível) citados no começo desta seção, lançando mão de uma solução que ainda lhe restava: “[...] se nós, quando nos pensamos, pela liberdade, como causas eficientes *a priori*, não adotamos um outro ponto de vista do que quando nos representamos a nós mesmos segundo nossas ações como efeitos que vemos diante dos nossos olhos” (KANT, AAIV, 450).

O núcleo da solução apresentada por Kant ressalta um tema central de sua filosofia crítica: a investigação das capacidades próprias da alma. Um vínculo será construído entre as funções das capacidades e suas representações e objetos relacionados – a razão será colocada como protagonista da filosofia prática e será importante compará-la com o entendimento. Nesta etapa da argumentação, o foco se direciona para as características da razão. Este movimento começa pela questão da afecção e do fenômeno.

³¹ É preciso tomar extremo cuidado com a pressuposição da liberdade, pois ela não implica a pressuposição da autonomia.

[...] que todas as nossas representações que nos chegam sem o nosso arbítrio (como a dos sentidos) não nos dão a conhecer os objetos senão da maneira como eles nos afetam, permanecendo-nos desconhecido o que possam ser em si [...] só podemos chegar ao conhecimento dos fenômenos, jamais das coisas em si mesmas (KANT, AAIV, 451).

Nesta citação é fundamental pensar no verbo “conhecer” (*erkennen*) e na expressão “conhecimento dos fenômenos”. Pode parecer estranho que o conhecimento dos fenômenos seja possível e que as coisas em si mesmas escapem do nosso conhecimento. O verbo “conhecer” é usado para uma operação do entendimento que permite, pelos conceitos puros ou categorias, determinar os objetos da sensibilidade. Já o que está por traz daquilo que nos afeta, segundo Kant, não pode ser acessado pelo entendimento.

Isso tem de resultar numa distinção, mesmo grosseira, entre um mundo sensível e um mundo do entendimento, o primeiro dos quais também pode ser muito diverso, segundo a diversidade da sensibilidade nos vários espectadores do mundo, enquanto o segundo, que **subjaz a ele**, permanece sempre o mesmo (KANT, AAIV, 451, grifo nosso).

Mais um passo é dado para trabalhar com os dois pontos de vista já apresentados. Desta vez, Kant indica duas características que diferenciam esses pontos de vista. A primeira se apresenta na **diversidade** do mundo sensível e na **permanência** ou unidade do mundo do entendimento. A segunda na subordinação ou no alinhamento do mundo sensível ao mundo inteligível. Essa segunda característica exige um tratamento especial.

A expressão *zum Grunde liegt* (subjaz) tem que ser interpretada com muito cuidado. Uma leitura apressada pode alinhar Kant com um idealismo radical, pois poderia parecer que o mundo inteligível gera o mundo sensível, ou que as ideias é que realmente têm o poder de criar o mundo sensível. Na leitura que está sendo proposta, Kant está afirmando que o eu que acompanha todas as representações é sempre o mesmo e que esse eu parte para o mundo sensível com um conjunto de princípios *a priori*, com os quais determina ou constitui objetos. Nessa perspectiva, ou pela determinação dos objetos da experiência, como faz a razão teórica, ou exercendo uma causalidade livre, como faz a razão prática, esse mundo dos princípios *a priori* está, num certo sentido, “acima” do mundo sensível ou, como está expresso pela citação, o mundo sensível **subjaz** ao inteligível.

Nesse momento é ressaltado o papel da consciência e configurada uma peça estrutural da filosofia crítica; os dois pontos de vista já referidos são transportados para dentro do próprio eu. Em primeiro lugar, Kant detalha o aspecto ou mundo sensível:

Pois, visto que ele não se cria, por assim dizer, a si mesmo e recebe o seu conceito não *a priori*, mas empiricamente, é natural que ele também só possa buscar notícia de si mesmo pelo sentido interno e, conseqüentemente, apenas através da aparência de sua natureza e da maneira pela qual sua consciência é afetada, mesmo que ele tenha necessariamente de supor, além dessa qualidade de seu próprio sujeito, composta de meras aparências, ainda outra subjacente a ela, a saber, o seu eu, como quer que este possa ser em si mesmo, tendo, por conseguinte, de se considerar como pertencente ao mundo sensível no que concerne à mera percepção e receptividade das sensações [...] (KANT, AAIV, 451).

A percepção e a receptividade apresentam o mundo sensível, o eu imerso nos fenômenos. Mas há também um outro ponto de vista, uma nova forma de apresentar a consciência e o eu inteligível, referida na última parte desta citação:

[...] com respeito, porém, àquilo que possa ser nele pura atividade (àquilo que chega à consciência, não de modo algum pela afecção dos sentidos, mas imediatamente), como pertencente ao mundo intelectual, do qual, no entanto, nada mais conhece (KANT, AAIV, 451).

Esta é uma das propostas mais nucleares do pensamento prático de Kant: o conceito bipartido de autoatividade. Aqui começa a ser apresentada a “autoatividade pura”. Tanto o entendimento como a razão têm uma autoatividade, mas só a razão pode exercer uma autoatividade pura, pois não necessita de nenhuma recepção de afecções para produzir suas representações e exercer sua causalidade, e sendo assim pode ser realmente livre. A ligação entre a liberdade, enquanto ideia transcendental da razão, e o caráter de pura autoatividade da razão servirá de fundamento para a autonomia, e esta, por sua vez, servirá como fundamento para a lei moral. Ao mesmo tempo, vão se reafirmando elementos que permitirão entender melhor o papel da consciência na filosofia de Kant, neste caso, a partir da própria definição dessa autoatividade e da diferenciação entre a autoatividade pura da razão e a autoatividade, mais limitada, do entendimento.

Essa duplicidade da autoatividade exige um estudo cuidadoso. Um ser racional sempre espera que há algo por traz do que o afeta, algo que é ativo por si mesmo, mas corre sempre o perigo de tentar encontrá-lo usando a própria intuição, tentando determinar esse algo invisível como componente da intuição, o que não pode ser feito indo além da afecção. É a

partir dessa breve análise das limitações do entendimento que Kant abre espaço para um tipo de faculdade que não depende da intuição e, além disso, possui uma autoatividade pura (*reine Selbstätigkeit*). Essa argumentação tem como fundamento os dois tipos de atividade: a autoatividade que determina objetos da sensibilidade (entendimento) e a autoatividade pura. Esta última será vinculada **exclusivamente** à razão.

Kant afirma que há uma faculdade que é diferente do entendimento e que permite ao homem distinguir-se entre todos os seres vivos. Faz um resumo do funcionamento do entendimento e de sua vinculação necessária com a sensibilidade e, finalmente, define a razão em contraste com o entendimento:

[...] ao passo que a razão, ao contrário, mostra sob o nome das ideias uma espontaneidade tão pura que ela ultrapassa assim tudo o que a sensibilidade possa lhe oferecer, provando que sua ocupação principal consiste em distinguir um do outro o mundo sensível e o mundo inteligível, mas traçando assim para o próprio entendimento as suas barreiras (KANT, AAIIV, 452).

Kant, mais uma vez, reforça a autoatividade pura da razão, a sua condição de independência da sensibilidade, e avança para a definição da função principal que a razão exerce. Nesse sentido há uma fusão da autoatividade pura com a capacidade de distinguir os dois pontos de vista, ou dois mundos. A razão adquire, dessa forma, seu papel fundamental no próprio sentido transcendental, pois distinguir representações *a priori* e tratá-las, levando em conta suas origens, faculdades envolvidas e diferenças, é parte essencial do projeto transcendental de Kant. Tendo feito, portanto, uma amarração entre a autoatividade pura e a distinção entre os dois pontos de vista, Kant se prepara para fechar a argumentação, que lhe permitirá, finalmente, descartar a suspeita de círculo.

Ao afirmar que seres racionais devem considerar a si mesmos como membros do mundo inteligível, como uma Inteligência, Kant está colocando o próprio eu sob dois pontos de vista: o eu fenomênico, que percebemos pelo sentido interno e está ligado à apercepção originária, e o eu do mundo inteligível, chamado, em algumas passagens, de Inteligência, que pode ser entendido, no terreno prático, como um eu em si. É importante destacar que o mesmo eu está submetido a duas legislações (natureza e liberdade) que não se contradizem justamente por serem compreendidas sob dois pontos de vista. Também é preciso lembrar que a Inteligência tem um papel de unidade, pois esse mundo inteligível é uma espécie de ordenação do mundo sensível, o mesmo ser racional finito está sob heteronomias (inclinações, por exemplo) e sob uma autonomia (autoimposição da lei moral).

Esta última etapa, no fechamento do argumento do círculo, apresenta a fonte das inferências, que demonstrarão não haver nenhum tipo de circularidade, ou erro inferencial. No final do parágrafo, o texto fica um pouco obscuro e compacto e exige um esforço de interpretação. Os conceitos, ideias e princípios das inferências que determinam a relação entre a liberdade e a lei moral são apresentados:

Ora, à ideia da liberdade está inseparavelmente ligado o conceito da autonomia, a este, porém, o princípio universal da moralidade, o qual subjaz, na ideia, a todas as ações de seres racionais, do mesmo modo que a lei natural a todas os fenômenos³² (KANT, AAIV, 452).

Três são os elementos em jogo que no próximo parágrafo articularão duas inferências conjugadas: ideia de liberdade, conceito de autonomia e princípio supremo da moralidade. É muito importante notar a heterogeneidade desses elementos; mesmo que possam ser tratados, nos termos de um discurso filosófico, como conceitos, não é esta a sua originária ou sua rigorosa qualificação. Nesse momento se apresentam, claramente, as duas ligações como mediadas pela autonomia. Na primeira, a liberdade é ligada à autonomia e, na segunda, a autonomia é ligada ao princípio moral. Também o papel ordenador do ponto de vista inteligível é reafirmado pela mesma expressão já analisada, “subjaz (*zum Grunde liegt*)”. Nesse ponto da argumentação, já pode ser removida a suspeita de raciocínio circular, pois não há um círculo, mas sim um encadeamento complexo de três elementos (liberdade – autonomia – lei moral) num sentido definido.

Este fechamento da argumentação da terceira seção deve ser lido de forma articulada com o parágrafo da abertura do círculo. Além dos conceitos recíprocos e do *circulus in probando*, já discutidos na suspeita de raciocínio circular, Kant introduz mais uma suspeita de falácia: um possível caso de *petitio principii*. O primeiro caso, no campo dos conceitos, foi fácil descartar, pois há uma heterogeneidade entre ideias transcendentais, conceitos e princípios, o que elimina a hipótese dos conceitos recíprocos. Afinal, a relação entre a liberdade e a lei moral não pode ser reduzida a um simples tratamento de conceitos recíprocos. As duas suspeitas que restam se referem a inferências – portanto, a uma parte específica da lógica, como já foi analisado na seção sobre as falácias – e serão também removidas.

Retomando o fecho do círculo, Kant completa o argumento da remoção da suspeita: “Está removida agora a suspeita, que levantamos acima, de que um círculo oculto estaria

³² Alterando a tradução de Guido de Almeida, que utiliza a palavra aparência, ao invés de fenômeno.

contido em nossa inferência da liberdade à autonomia e desta à lei moral [...] (KANT, AAIV, 453).

Por haver claramente três elementos e duas inferências, com sentido definido, principalmente pela pressuposição da liberdade, a suspeita de raciocínio circular fica removida. Além disso, o uso de dois pontos de vista vai permitir responder à pergunta sobre a obrigação, pois seu fundamento leva a uma assimetria no sentido de percurso entre o mundo inteligível e o mundo sensível, o que, por sua vez, fundamenta o papel da liberdade como fonte da moralidade também para os seres finitos.

A petição de princípio também será rejeitada em dois lances. Num primeiro movimento é suposto que a pressuposição da liberdade seria apenas uma desculpa para impor a lei moral, mas, num segundo movimento, mais uma vez é o uso dos dois pontos de vista que resolve a falácia e leva ao descarte dessa petição de princípio.

[...] a saber, a suspeita de que talvez tivéssemos tomado por fundamento a liberdade só por causa da lei moral, a fim de inferi-la por sua vez da liberdade; por conseguinte, de que não teríamos conseguido indicar qualquer razão para essa lei, mas que só poderíamos propô-la como petição de um princípio, que as almas de boa índole de bom grado hão de nos conceder, mas nunca como uma proposição passível de prova (KANT, AAIV, 453).

Este seria um caso de *petitio principii*, pedir que os filósofos aceitassem, pelo menos precariamente, uma premissa frágil, o que, na verdade, enfraqueceria todo o argumento. Mas Kant deixa claro que a pressuposição da liberdade é coerente com os dois pontos de vista destacados; portanto, não ocorre um caso de premissa frágil.

Pois vemos agora que, se nos pensamos como livres, nos transferimos como membros para um mundo inteligível e reconhecemos a autonomia da vontade juntamente com a sua consequência, a moralidade; se, porém, nos pensamos como obrigados, consideramo-nos como pertencentes ao mundo sensível e, no entanto, ao mesmo tempo, ao mundo inteligível (KANT, AAIV, 453).

A solução final contra os erros inferenciais fica sedimentada nessa última citação: os homens são membros de dois mundos, ou atuam segundo dois pontos de vista. Ao reconhecer essa dupla situação temos uma palavra-chave: “obrigação”, relacionada com uma espécie de subordinação do mundo inteligível ao mundo sensível, conforme apresentado. No terreno prático, isso significa que a razão consegue determinar a vontade, sem interferências de fatores empíricos. Antes de passar para a segunda parte desta dissertação, que se concentrará na *Crítica*

da razão prática, é preciso fazer um balanço do que foi conseguido por Kant na *Fundamentação*.

4.2 Situação da relação entre a liberdade e lei moral

Os comentadores que foram estudados nesta primeira parte abrem o caminho para um balanço sobre a relação entre a liberdade e lei moral e permitem o contraponto para a abordagem que está sendo apresentada.

A posição de Schönecker e Wood está centrada na sua Tese da analiticidade e contempla a liberdade como condição necessária para a moralidade. Uma boa síntese dessa posição é apresentada no já referido comentário de Allison, é uma longa citação, mas permite identificar os tipos de relação apresentados no debate entre os três comentadores:

Apesar de neste ponto ele não ser explícito, Schönecker parece assumir que as duas afirmações citadas acima, com respeito à relação entre a liberdade e a lei moral são logicamente equivalentes e, portanto, que a sua Tese da analiticidade e a minha Tese da reciprocidade se sobrepõem completamente. Entretanto, na verdade, elas não são equivalentes pois, dizer que uma vontade livre e uma vontade sob a lei moral são a mesma coisa é dizer mais do que dizer que se a liberdade da vontade é pressuposta, a moralidade e seu princípio se obtém por uma análise do conceito de liberdade. É também afirmar o sentido inverso, ou seja, que se a moralidade for pressuposta o conceito de liberdade segue analiticamente. Em resumo, ela afirma uma bicondicional ou reciprocidade estrita (por isso chamei a tese de Tese da reciprocidade), enquanto a Tese da analiticidade afirma uma simples condicional de um sentido só. Portanto, esta última corresponde meramente à primeira metade da Tese da reciprocidade (ALLISON, 2011, p. 294).

Parece coerente a síntese rápida que Allison faz sobre a posição de Schönecker e Wood. Segundo o autor, só é contemplado, na Tese da analiticidade, o primeiro sentido, da liberdade para a moralidade, que estaria sendo representado por uma relação imediata entre os dois termos. O grande erro, para Allison, é que estaria sendo desprezado o outro caminho, da moralidade para a liberdade, o que exigiria uma outra representação, de duas implicações vinculadas³³, o que, na lógica geral, se denomina bicondicional, ou também implicação recíproca.

³³ A leitura apresentada considera que Kant está se referindo a duas inferências encadeadas que envolvem três elementos. Os comentadores que estão sendo analisados se restringiram apenas a dois elementos, liberdade e lei moral, sem destacar a autonomia. Allison considera uma bicondicional e não duas inferências encadeadas.

Na leitura que está sendo apresentada, as duas posições são consideradas como portas de entrada, mas é possível chegar a uma explicação mais próxima da posição de Kant. Para isto é necessário tratar de duas inferências encadeadas, com o envolvimento de três elementos³⁴. Para entender melhor o argumento de Kant, pode-se resumir o que foi apresentado na *Fundamentação*, quanto ao tipo de relação entre a liberdade e a lei moral, em quatro pontos:

- 1) A relação é fundada pela liberdade, que dá o sentido de percurso para duas inferências.
- 2) A autoatividade pura da razão, que lhe permite ser livre (de causas externas), é também o que lhe garante autonomia, fechando, portanto, a primeira inferência: liberdade para autonomia.
- 3) A autonomia permite o exercício de uma autolegislação própria que determina a vontade de forma necessária e universal e constitui a segunda inferência. Autonomia para a lei moral.
- 4) Os pontos anteriores valem para todos os seres racionais. No caso dos seres humanos, é necessário considerar dois aspectos ou pontos de vista: o mundo sensível e o mundo inteligível. Nesse caso, a lei moral adquire o caráter de um imperativo, a fórmula de um comando, que coloca a vontade sob uma obrigação, num processo de necessitação. Kant, na *Fundamentação*, indica uma preponderância do mundo inteligível sobre o mundo sensível.

Como primeira conclusão, para esta parte da dissertação, pode-se reafirmar a utilidade do conceito ou analogia de **fio condutor**. Segundo a posição de Kant, nas questões que envolvem a razão pura – a determinação da vontade e relações entre o mundo inteligível e o mundo sensível –, não é possível um conhecimento semelhante ao que se obtém com o mundo da matemática e da física. Não se pode substituir um processo da filosofia prática por um modelo puramente lógico, mas trabalhar com semelhanças e analogias. Nesse sentido, o fio condutor ajuda a entender esse complexo sistema que envolve duas faculdades do ânimo, razão e vontade (capacidade de desejar), e harmonizam determinação com obrigação moral.

Uma segunda conclusão explicita o fio condutor, nesse caso como uma dupla encadeada de inferências, o que permitirá, na segunda parte da dissertação, a comparação com um outro fio condutor, as *ratio essendi* e *ratio cognoscendi*. Essa abordagem procura mostrar que Kant muda a sua estratégia na *Crítica da razão prática* usando um novo fio condutor para a sua argumentação.

³⁴ A equação não fecha sem a menção explícita à autonomia. Para Kant são sempre três os elementos envolvidos. Daí o encadeamento de inferências.

II – Liberdade e moral como *ratio essendi* e *ratio cognoscendi*

O foco desta segunda parte da dissertação está na mudança de estratégia utilizada por Kant, tanto na abordagem geral da questão moral quanto no estudo da relação entre a liberdade e a lei moral. Ao invés de uma dupla de inferências encadeadas, como foi considerado na primeira parte, entrará em cena **um novo fio condutor** para a argumentação. Trata-se do emprego de duas *rationes*: *essendi* e *cognoscendi*, e da introdução de um *factum* da razão diretamente ligado com a consciência da lei moral, conforme será apresentado. Um dos principais objetivos desta parte da dissertação é mostrar que, neste uso prático³⁵, as *rationes* têm necessariamente uma dupla característica: são gêmeas e recíprocas.

³⁵ As *rationes* podem ser aplicadas no terreno da física, por exemplo, mas nesse caso não precisam ser gêmeas nem recíprocas.

5 –A passagem para a segunda *Crítica*

Apesar dos importantes resultados conseguidos na *Fundamentação*, ficou claro para Kant que a razão prática ainda carecia de uma profunda crítica. Vivendo sob os efeitos de uma turbulenta recepção da primeira edição de sua *Crítica da razão pura*, o autor começa a se dedicar, a partir de 1785, – logo após a publicação da *Fundamentação* – ao que seria a segunda peça-chave do edifício crítico. Nesta segunda parte da dissertação, a relação entre a liberdade e a moral será, mais uma vez, o ângulo de abordagem da filosofia prática, agora se fundamentando na *Crítica da razão prática*. No entanto, o que está sendo considerado um novo fio condutor não é colocado em grande destaque por Kant; aparece apenas em uma nota da página 4 do Prefácio, sem nenhuma referência posterior. No próximo capítulo será analisado esse posicionamento, aparentemente frágil, da dupla de *rationes*. Antes dessa análise, é necessário identificar algumas características da abordagem de Kant, quando procura exercer a crítica também no terreno prático ou moral. Três temas merecem destaque nesse momento: o **paralelismo** entre as duas críticas; o **paralelismo** nos caminhos entre a liberdade e a lei moral; e a questão do **sentido de percurso** de caminhos paralelos. Esses temas – os dois paralelismos e o sentido de percurso – serão estudados considerando uma analogia proposta por Maurício Cardoso Keinert em sua tese de doutorado³⁶.

A primeira citação dessa tese, a ser analisada, apresenta o tema do paralelismo entre as duas críticas e conclui com o tema do sentido de percurso de caminhos paralelos:

[...] é possível dizer que Kant estabelece um **paralelismo** entre as duas primeiras *Críticas* por meio da ideia da legislação da natureza e da liberdade, respectivamente. Mas tal paralelismo é estabelecido, em primeiro lugar, pela função legislativa que a razão, pensada enquanto uma unidade, exerce em cada uma dessas legislações. É no âmbito formal dessa função que o paralelismo é considerado. Em segundo lugar, na medida em que os objetos dessas duas legislações, a natureza e a liberdade, são objetos radicalmente contraditórios, ou seja, a relação entre eles é diametralmente uma relação de opostos, então tal paralelismo deve ser considerado como aquele que se forma entre duas retas **com a mesma direção, mas com sentidos inversos** (KEINERT, 2006, p. 79, grifo nosso).

³⁶ KEINERT, 2006.

Nessa passagem, Keinert, além de explicitar o paralelismo entre as duas *Críticas*, faz sua justificação através do carácter legislativo que as fundamenta e lhes dá unicidade. Ao mesmo tempo, apesar de paralelos, os sentidos de percurso dessas vias são opostos. Essa comparação com dois percursos e dois sentidos será reforçada por Keinert, na mesma tese, com outra imagem que revela a mesma analogia, dessa vez tratando diretamente da relação entre a liberdade e a moralidade:

[...] Kant realiza uma mudança de enfoque: a relação entre liberdade e lei moral terá de ser compreendida, a princípio, a partir da segunda, ou seja, da lei moral como condição da liberdade para, então, como diz Kant, “tornar-nos conscientes que a liberdade é a consciência da lei moral”. Temos aqui uma **estrutura de mão dupla** que realiza a mediação entre os dois conceitos (*Ibidem*, p. 79, grifo nosso).

O autor está comparando a abordagem utilizada por Kant, na terceira seção da *Fundamentação*, com uma nova estratégia utilizada na segunda *Crítica*, reforçando a analogia de **duas vias e dois percursos**. Nesta segunda parte da dissertação, esses conceitos serão utilizados tanto no paralelismo entre as duas críticas como nas duas formas de percurso da relação entre a liberdade e a moralidade. Pelo aspecto do paralelismo entre as duas críticas será mostrado que o uso de *ratio essendi* e *ratio cognoscendi*, que pode ser feito pela razão teórica, sob legislação da natureza, precisará ser modificado para uma aplicação no terreno da prática (legislação da liberdade). Pelo aspecto do duplo sentido de percurso (estrutura de mão dupla), aplicado à relação entre a liberdade e a moralidade, será analisada a *ratio essendi* como representando um dos sentidos de percurso e a *ratio cognoscendi* será identificada como sentido oposto de percurso.

Mas por que dois caminhos? Por que dois sentidos de percurso? A resposta, segundo as duas citações acima, está na existência de duas legislações e de dois conjuntos de objetos, envolvendo a natureza e a liberdade. Mesmo que a razão seja única, ela apresenta dois usos: o teórico e o prático. O paralelismo indica que há duas trajetórias para passar de um aspecto para o outro, de um uso teórico para um uso prático, ou de um uso prático para um uso teórico. O duplo sentido de percurso indica que essas passagens, mesmo envolvendo os mesmos pontos de partida e chegada, são processos diferentes e de certa forma opostos.

Como foi estudado na primeira parte deste trabalho, a liberdade nos leva a considerar um mundo inteligível, sem carácter ontológico, estabelecendo o que Kant também define como supracensível. Portanto, decorre da analogia que estamos adotando, que o

caminho teórico, que vai do sensível para o suprassensível, é diferente do seu oposto, o caminho prático, que vai do suprassensível para o sensível. Esta analogia será aplicada nos dois “percursos” da relação entre a liberdade e a moralidade – tema principal desta dissertação.

Em meados dos anos 1780, Kant está convencido de que sua filosofia crítica representa um novo passo na história da filosofia, tanto que já se sente preparado para lançar a sua *Metafísica da natureza*. Já a *Metafísica da moral*, tão prometida para seus editores, ainda não estava madura e exigia um trabalho de preparação através da elaboração de uma crítica específica. O autor percebeu que não bastava o tratamento da liberdade na terceira antinomia, ou o da moral no cânone (*Kanon*), feitos na primeira *Crítica*, tampouco bastava o estabelecimento do princípio supremo da moral, concretizado na *Fundamentação* e já analisado na primeira parte deste trabalho. Era necessário um tratamento para a razão prática semelhante ao realizado para a razão teórica ou especulativa.

O paralelismo entre as duas *Críticas* permeia toda a *Crítica da razão prática*. Desde o primeiro parágrafo do Prefácio, Kant ressalta esse paralelismo; no entanto, paralelismo não quer dizer cópia, sempre é necessário marcar e explicitar as diferenças, que não são só de sentido de percurso. O primeiro parágrafo da *Crítica da razão prática* é bem claro:

Este tratado explica suficientemente por que esta *Crítica* não se intitula *Crítica da razão prática pura*, mas simplesmente *Crítica da razão prática em geral*, embora o **paralelismo da razão prática com a razão especulativa** pareça exigir o primeiro título (KANT, AAV, 3, grifo nosso).

São dois, portanto, os movimentos executados pelo autor: buscar, pelo paralelismo, facilitar o entendimento do novo campo prático e, ao mesmo tempo, explicitar as diferenças. Na citação acima, a diferença, aparentemente pequena, entre as duas possibilidades de título, revela uma das principais mudanças de estratégia entre a *Fundamentação* e a *Crítica da razão prática*. Isso pode ser observado em duas passagens do mesmo parágrafo, sempre em referência à segunda *Crítica*: “Ela deve meramente demonstrar que há uma razão prática pura e, em vista disso, critica toda a sua faculdade prática”. A questão se transforma no estabelecimento ou prova da existência de uma faculdade específica do ânimo. Como resolvê-la é resumido ao final do parágrafo: “Pois, se ela, enquanto razão pura, é efetivamente prática, prova sua realidade e a de seus conceitos pelo ato e toda a arguição dessa possibilidade é vã”.

Kant já está preparando o leitor para anunciar, mais adiante, que não será utilizado o mesmo tipo de prova utilizado na *Crítica da razão pura*, ou seja, a dedução transcendental, ali desenvolvida, não poderá ser aplicada da mesma forma no campo prático.

Não só no Prefácio, mas em quase todas as partes e subseções da *Crítica da razão prática*, está em jogo o paralelismo com a primeira *Crítica*. Só essa constatação já indica uma grande diferença em relação à *Fundamentação*, mas também ressalta o aspecto unificador, citado acima na passagem de Keinert, referido pelas duas legislações: natureza e liberdade. Essa unicidade das legislações é referida por Kant numa passagem quase poética, sempre citada pelos comentadores:

Duas coisas enchem o ânimo de admiração e veneração sempre nova e crescente, quanto mais frequente e persistentemente a reflexão ocupa-se com elas: o céu estrelado acima de mim e a lei moral em mim. Não me cabe procurar e simplesmente presumir ambas como envoltas em obscuridade, ou no transcendente além de meu horizonte; vejo-as ante mim e conecto-as imediatamente com a consciência de minha existência (KANT, AAV, 95).

Além de uma bela imagem para as duas legislações, é enfatizado o tema da **consciência** como conexão, até imediata, entre elas. Mas adiante, o próprio *factum*, que desempenha papel relevante na segunda *Crítica*, será vinculado ao tema da consciência.

A divisão da segunda *Crítica* utiliza a mesma estrutura básica da primeira: elementos e método; no entanto, um dos elementos, a Analítica, apresenta uma inversão na sua ordem que reforça a analogia de duas vias com sentidos opostos. Ao invés de: Estética, Analítica dos conceitos e Analítica dos princípios, temos: Analítica dos princípios, Analítica dos conceitos e Estética, devendo a Estética ser entendida num sentido ampliado. Essa inversão mostra que mesmo com a preocupação constante com o paralelismo entre as duas críticas, é sempre necessário marcar bem as diferenças.

A preocupação de Kant em aproveitar o máximo possível do que já foi conseguido arquitetonicamente com a primeira *Crítica* o leva até a criar uma seção especial para comparações sistêmicas, designada como *Elucidação crítica (Beleuchtung)* (KANT, AAV, 89). Trata-se de um instrumento para se utilizar “quando se comparam sistemas, cujos fundamentos sejam faculdades semelhantes”, como define o autor no começo da seção. Outro exemplo de paralelismo é uma ampliação do conceito de esquema, usado na primeira *Crítica*, com a introdução da Típica da capacidade de julgar prática. Trata-se de um mecanismo semelhante ao esquematismo da primeira *Crítica*, mas que não liga a sensibilidade ao entendimento e, sim, a razão ao entendimento. Esses dois breves exemplos, da Elucidação e da Típica, são citados apenas para mostrar que a segunda *Crítica* envolve um esforço de adaptação e criação de novos conceitos para enfrentar o campo prático. Uma das grandes tarefas será **estender a causalidade**

além de seu uso teórico, já estabelecido na *Crítica da razão pura*, para aprofundar o entendimento da própria relação entre a liberdade e a lei moral.

É preciso um cuidado extremo ao ampliar o uso da razão para o campo prático; os métodos e procedimentos, apesar de parecidos, não são os mesmos. Como foi bem detalhado na *Fundamentação*, a liberdade nos leva a pensar num aspecto inteligível, mas qualquer movimentação no âmbito supracensível, envolvendo a coisa em si, carece de autorização da razão teórica. É justamente a causalidade que envolve grande complexidade na sua ampliação para o uso prático. Como tratar esse novo tipo de causalidade, como diferenciar a causalidade pela natureza da causalidade pela liberdade? Kant, logo no Prefácio, já enfrenta este tema.

Pelo contrário, oferece-se agora uma confirmação muito satisfatória, pela qual antes mal se poderia esperar, do modo de pensar consequente da crítica especulativa, pois esta recomendava aceitar os objetos da experiência enquanto tais e, dentre eles, até mesmo nosso próprio sujeito, apenas como fenômenos, e colocar-lhes ao mesmo tempo como fundamento coisas em si mesmas, não considerando como ficção, portanto, o supracensível em seu todo, nem seu conceito como desprovido de conteúdo. Agora a razão prática por si mesma e sem qualquer acerto prévio com a razão especulativa confere realidade a um objeto supracensível da categoria de causalidade, a saber, a liberdade (embora, enquanto conceito prático, também apenas para uso prático), e, portanto, confirma, mediante um fato, aquilo que ali só podia ser pensado (KANT, AAV, 6).

Kant não deixa dúvidas quanto a sua posição: a razão prática obtém por si mesma realidade para um objeto supracensível da categoria da causalidade. Essa realidade é atestada através de um *factum* da razão. Sobre essa questão há grande diversidade entre os comentadores³⁷, alguns a consideram uma recaída na metafísica clássica, outros como um retrocesso em relação ao que Kant já havia conseguido na *Fundamentação*. A posição defendida nesta dissertação considera que o conceito de *factum* da razão traz uma contribuição para a filosofia moral e que uma das prováveis origens das objeções está na subestimação das *rationes essendi* e *cognoscendi*. Neste trabalho, o *factum* será tratado como ligado à *ratio cognoscendi*,

³⁷ Sobre as interpretações do *factum*, há um bom artigo de Pauline Kleingeld (REATH; TIMMERMAN, 2010). A autora considera que há três grandes posições, representadas por: Onora O’Neal, Willaschek e Ian Proops. Segundo Kleingeld, Onora não considera o *factum* como essencial na argumentação de Kant. Leanne Proops o vê como um aspecto técnico e somente a visão de Marcus Willaschek coloca o *factum* como questão central, como uma atividade da razão. Uma posição parecida com a de Willaschek é desenvolvida pela autora. Nesta dissertação, a leitura que está sendo feita também se aproxima bastante, neste tema específico, da posição de Willaschek, como será apresentado nos próximos parágrafos.

na aplicação das duas *rationes*³⁸ pela razão prática pura. Uma das melhores explicações sobre o *factum* se encontra na primeira parte da Analítica.

Pode-se denominar a consciência dessa lei fundamental um fato da razão, porque não se pode inferi-la sutilmente a partir de dados precedentes da razão, por exemplo, da consciência da liberdade (pois esta não nos é dada previamente), mas porque ela se impõe a nós por si mesma como proposição sintética *a priori* que não está fundada em nenhuma intuição, nem pura, nem empírica [...] (KANT, AAV, 31).

Dessa citação serão destacados três elementos fundamentais para compor um novo fio condutor no estudo da relação entre a liberdade e a moralidade. Como primeiro elemento a **consciência**, o *factum* é caracterizado como autoconsciência da lei e da liberdade da vontade. O segundo elemento é a **ordem** dos acontecimentos em relação à consciência, o *factum* não pode ser explicado a partir da consciência da liberdade. E, como terceiro elemento, o caráter ***a priori e sintético***, o *factum* não tem nenhuma conexão direta com a intuição, ou seja, com o mundo sensível, e está vinculado a uma proposição sintética *a priori*.

O **primeiro elemento** (consciência) reforça a importância do sujeito na filosofia de Kant. O conceito de *Ich* (eu), introduzido na Analítica da primeira *Crítica*, a partir de uma apercepção, será incrementado como um eu inteligível, não apenas como resultado de uma autoatividade pura, como na *Fundamentação*, mas ativo e ligado à geração de um *factum*: “[...] este *factum* vincula-se indissolúvelmente à consciência da liberdade da vontade, antes, é idêntico a ela” (KANT, AAV, 42). Ora, como visto na primeira parte deste trabalho, na análise da *Fundamentação* é a liberdade que nos leva à consideração do mundo inteligível e do conseqüente eu inteligível. Só que agora o *factum* traz uma **realidade** para este aspecto, e mais uma vez o papel-chave é desempenhado pela autonomia. É o caráter de legislador autônomo que decide pela máxima universalizável e gera a autoconsciência no processo de determinação da vontade. Pode-se entender, nessa perspectiva, que a lei moral permite o reconhecimento da liberdade.

O **segundo elemento** (ordem) esclarece melhor o papel da lei moral. Apesar de todo este edifício prático ter seu fundamento na liberdade (*ratio essendi*), esta não se torna consciente por si mesma, precisa da lei moral. Isso fica claro no texto kantiano:

³⁸ Em alguns casos será usado o vocábulo *rationes* como nominativo plural de *ratio*.

[...] eu pergunto, ao invés disso, por onde começa o nosso conhecimento do incondicionalmente prático, se a partir da liberdade ou da lei prática. Ele não pode começar pela liberdade, pois nós não podemos nem nos tornar imediatamente conscientes dessa liberdade, porque o seu primeiro conceito é negativo, nem tampouco inferi-la a partir da experiência, pois a experiência nos dá a conhecer apenas a lei dos fenômenos e, portanto, o mecanismo da natureza, que é o exato oposto da liberdade. É, portanto, a lei moral, da qual nos tornamos imediatamente conscientes (assim que nós projetamos para nós máximas da vontade), que se oferece primeiramente a nós e conduz diretamente ao conceito de liberdade na medida em que a razão apresenta essa lei moral como um fundamento de determinação que não deve ser superado por quaisquer condições sensíveis e que é portanto totalmente independente delas (KANT, AAV, 29).

Pode-se considerar que Kant está pensando sempre em *ratio essendi* e *ratio cognoscendi*, mesmo que não o descreva explicitamente. É a lei moral que se “oferece” (*darbietet*), sendo o *factum*, portanto, o momento desta autoconsciência. Se a liberdade, como razão de ser, implica a moral, é esta, por sua vez, como consciência moral, que permite o reconhecimento ou consciência da liberdade. É preciso notar que a suspeita de círculo, ou de raciocínio circular, tão estudada na primeira parte desta dissertação, fica ainda mais afastada quando a estrada de mão dupla é revelada. Também ficará claro, mais adiante, que a reciprocidade, na relação referida, não é entre conceitos, mas, entre rationes, representando uma aplicação específica do campo prático, a qual será designada como reciprocidade forte. Pode ser constatado que todo o conceito de causalidade está sendo transformado por Kant, para seu uso adequado no campo prático.

O **terceiro elemento** (sintético e *a priori*) é um indicador da complexidade do raciocínio que está sendo desenvolvido por Kant. A confirmação de que proposições no campo prático também podem ser sintéticas e *a priori* revela o esforço que está sendo feito para uma ampliação ou adaptação dos conceitos da razão teórica para a razão prática. Nesse caso prático, como nenhum papel é desempenhado pela intuição, o fator tempo não pode ser utilizado, criando uma grande dificuldade para distinguir o que é antecedente e o que é consequente. Como entender uma causalidade que atua sem utilizar o conceito de tempo? Além disso, no campo prático é preciso enfrentar a ausência da precisão e do conhecimento que são normalmente possíveis no campo teórico. Não pode ser esquecido o peso que a física newtoniana e a geometria euclidiana tem para Kant. Estas são consideradas vias seguras, mas no campo prático não podem ser utilizadas. Ao tratar da Analítica dos conceitos, na *Crítica da razão prática*, Kant apresenta um conceito de *modi* das categorias, que não é aprofundado pelo autor, mas aponta para esta referida ampliação da causalidade para o uso prático:

Agora, visto que, enquanto consequências da determinação *a priori* da vontade, os conceitos de bem e mal também pressupõem um princípio prático puro e, por conseguinte, uma causalidade da razão pura, eles não se relacionam originariamente (por exemplo, como as determinações da unidade sintética, em uma consciência, do diverso de intuições dadas) a objetos, como o fazem os conceitos puros do entendimento ou categorias do uso teórico da razão, pelo contrário, eles pressupõem estes como dados; os conceitos de bem e mal são antes, em seu conjunto, modos de uma única categoria, a saber, a de causalidade, na medida em que o fundamento de determinação desta consiste na representação racional de um lei da causalidade, a qual, enquanto lei da liberdade, a razão dá a si mesma e se prova, com isso, *a priori* como prática (KANT, AAV, 65).

Esta citação pertence à Analítica dos conceitos e aprofunda a vinculação entre os conceitos do bem e do mal com o princípio prático puro, mas sua utilização nesse momento se concentra nas referências à causalidade e no esforço que Kant está fazendo para tentar usar essa categoria no campo prático. Procura mostrar que os conceitos de bem e de mal não se igualam aos da razão teórica que sintetizam um múltiplo de intuições e sim representam uma espécie de ampliação, ou da adição de outros **modos** para uma única categoria. O que está em jogo é uma causalidade pela liberdade, como uma propriedade da vontade, a qual, segundo a leitura que está sendo apresentada, se expõe como *rationes essendi e cognoscendi*.

Ao invés da relativa independência que pode ocorrer no uso teórico das *rationes (essendi e cognoscendi)*, no qual a *ratio cognoscendi* é contingente e não fortemente recíproca, teremos, no campo prático, as duas causas umbilicalmente interligadas e com suas características objetivas e subjetivas necessariamente conectadas. Kant se refere a essa causalidade de várias formas diferentes, mas convergentes, como causa intelectual ou causa suprassensível. No Capítulo 8, o tema será tratado em detalhe, objetivando esclarecer como será expandida a categoria da causalidade para o campo prático.

6 – O contexto da *ratio essendi* e da *ratio cognoscendi*

Algumas características da *Crítica da razão prática* chamam a atenção de seus leitores: em primeiro lugar, a fluidez maior de sua leitura, quando comparada com a *Crítica da razão pura*; em segundo lugar, o desenvolvimento, aparentemente simplificado, de alguns temas extremamente complexos, como o da típica e o das molas propulsoras, que parecem exigir um tratamento mais complexo e, como terceiro aspecto, o fato de que temas muito importantes são tratados apenas em notas de rodapé (as *rationes*, por exemplo, só aparecem ao pé da página (KANT, AAV, 4, nota) – se bem que esta última observação pode ser feita para outras obras do autor.

Para o estudo que está sendo feito é importante marcar o clima da recepção que a filosofia moral de Kant está enfrentando, neste momento de final da década de 1780. Podem-se considerar dois grandes motivos para a preocupação de Kant com seus contemporâneos: a dificuldade, ou até mesmo **obscuridade**, atribuída à sua obra e, por outro lado, o caráter de excessiva **formalidade** criticado pelos comentadores.

O primeiro tema, da obscuridade e excessiva complexidade de sua filosofia, está fortemente presente nos comentadores de Kant, já logo após o começo da década de 1780, com a publicação de sua primeira *Crítica*. No Prefácio da *Crítica da razão prática*, Kant vai responder a essa objeção de forma veemente, mas deixando transparecer uma sensibilidade extrema ao tema: "Não me preocupa minimamente a objeção, a respeito deste tratado, de querer introduzir uma nova linguagem, porque o modo de conhecimento aproxima-se aqui, por si, da popularidade". Mas o autor irá também refutar, ainda neste parágrafo, o mesmo tipo de objeção que é feito à sua primeira *Crítica*, e isso num momento de lançamento de sua segunda edição em 1787, "Esta objeção não podia tampouco ocorrer, acerca da primeira *Crítica*, a alguém que não a folheou simplesmente, mas a examinou a fundo". Kant termina esta diatribe julgando como pueril o esforço para criar novas palavras, apenas para aparecer, o que só traria "um trapo novo sobre a veste antiga". Nesse sentido, a reação de Kant é buscar um tratamento menos "técnico" ou intrincado, por exemplo, no caso das *rationes*, deixando apenas uma indicação na nota já referida do Prefácio (KANT, AAV, 4).

A segunda preocupação quanto ao caráter formal e desprovido de conteúdo da filosofia moral de Kant já surge a partir das resenhas feitas pelos comentadores sobre a primeira

Crítica. Pode-se destacar principalmente um debate entre Kant e Christian Garve³⁹, um filósofo muito popular em sua época. Tanto foi relevante esse debate, que pelo relato de contemporâneos e pela análise da correspondência entre eles e entre o próprio Kant e Garve, a *Fundamentação* foi inicialmente arquitetada como um texto anti-Garve. Porém, os editores e filósofos mais próximos de Kant o convenceram de que não valeria a pena afunilar tanto a obra. Esse contexto de crítica ao formalismo e à complexidade levou Kant a desenvolver o tratamento mais simples possível. No caso das *rationes*, por exemplo, ao invés de detalhar, de maneira explícita, o que seria a aplicação das *rationes essendi* e *cognoscendi* no campo prático, o autor descreve os processos envolvidos e apresenta os dois aspectos das *rationes*, sem citá-los nominalmente no decorrer da justificação. Na leitura que está sendo defendida nesta dissertação serão apresentados vários indícios de que o tema está sempre presente e que, implicitamente, Kant realizou uma aplicação das *rationes* no campo prático. Pode-se até considerar que as *rationes* funcionam como uma espécie de **esquema para extensão da categoria da causalidade**⁴⁰.

Para começar a tratar da questão é necessário analisar a referida nota do Prefácio:

Para que não se suponha encontrar aqui inconseqüências, quando denomino agora a liberdade como condição da lei moral e depois, no tratado, afirmo que a lei moral é a condição pela qual nós podemos primeiramente nos tornar conscientes da liberdade, eu quero apenas lembrar que a liberdade é certamente a *ratio essendi* da lei moral, mas a lei moral é a *ratio cognoscendi* da liberdade. Pois se a lei moral não fosse pensada previamente com clareza em nossa razão, nós nunca nos consideraríamos justificados a admitir algo como a liberdade (ainda que esta não se contradiga). Mas se não houvesse liberdade, então a lei moral não poderia de modo algum ser encontrada em nós (KANT, AAV, 4,)

Pode-se dividir esta citação em três partes: a primeira trata de um alerta sobre possíveis contradições na relação entre a liberdade e a lei moral, a segunda apresenta a *ratio*

³⁹ Um bom trabalho de comparação entre Kant e Garve é feito por Howard Williams, no seu artigo WILLIAMS, Howard, 2000. Williams apresenta um resumo das críticas de Garve à filosofia moral de Kant, em quatro grandes objeções: 1- Kant começa com proposições não provadas e desenvolve suas ideias de acordo com objetivos postulados; 2- À sua lei da razão falta motivação; 3- Ao final, Kant acaba juntando de novo virtude com felicidade, em contradição com sua própria teoria, e 4 - A lei moral não tem conteúdo. Essas objeções não refletem apenas a posição de Garve, mas definem bem um quadro geral das objeções principais.

⁴⁰ Este é um tema central para esta dissertação, tanto as *rationes* como o *factum* da razão são elementos-chave para entender a mudança de estratégia de Kant entre a *Fundamentação* e a *Crítica da razão prática*. Além disso, as *rationes* são fundamentais para a compreensão do próprio *factum* da razão.

essendi e a *ratio cognoscendi* e uma terceira parte vai explicar esse tipo de causalidade ou determinação.

Na primeira parte, o alerta de Kant reporta a todo o trabalho apresentado até este momento, voltando ao tema do raciocínio circular e também à analogia de duas vias ou de mão dupla, tratada no Capítulo 5. Afinal, qual termo da relação implica outro, qual é o ponto de origem, qual é o ponto de chegada? Já foi visto que o fio condutor, na *Fundamentação*, é representado por duas inferências: da liberdade para a autonomia e desta para a moralidade; no entanto, essa solução pode ser vista como provisória. Além disso, essa formulação inicial não permite estudar melhor a reciprocidade entre os dois termos da relação; o caminho que vai da lei moral para a liberdade não fica bem definido. Mesmo o conceito de inferência, nesta aplicação, tem alguns problemas, pois está sendo usado de forma ampliada, sem que sua aplicação a um campo prático seja tratada mais sistematicamente. Faltava um novo fio condutor que permitisse enfrentar melhor o problema, aproveitando a analogia da via de mão dupla e identificando melhor os diferentes sentidos de percurso.

Na segunda parte da nota encontra-se seu núcleo, definido com a introdução das duas *rationes*. O tema do paralelismo, que impregna toda a *Crítica da razão prática*, exige que tudo que seja aproveitado a partir da primeira *Crítica*, ou todo o instrumental usado na parte especulativa, passe por um crivo⁴¹ antes de ser autorizado para o uso prático. Kant utiliza as duas *rationes* em todo o desenrolar da obra, em particular na primeira parte da Analítica, sem referência explícita.

A terceira parte da nota representa uma justificação, ainda muito geral e simples, das duas *rationes*, sendo claramente *essendi* a geração da moralidade pela liberdade e *cognoscendi* a consciência da liberdade oferecida pela lei moral. É preciso tomar muito cuidado com a questão dos ordenamentos, pois, quando Kant fala em “antes” para a *ratio cognoscendi*, não está se referindo a um processo temporal. Essa questão do tempo, sempre crucial na filosofia transcendental, requer um tratamento em conjunto com o tema da causalidade.

O objetivo principal desta segunda parte da dissertação é explicitar a aplicação das *rationes* no âmbito prático. Para isso, elas serão analisadas, em primeiro lugar, em seu contexto original na metafísica do século XVIII alemão e, depois, a partir das semelhanças e diferenças, serão especificadas para o uso prático. Para marcar essa distinção será identificado um duplo caráter para as *rationes*, que serão tratadas como *rationes gêmeas* e fortemente **recíprocas**.

⁴¹ Pode-se considerar que para chegar ao terreno prático será necessária uma espécie de duplo crivo: um primeiro que passa as ideias dogmáticas e empiristas pela avaliação da razão pura, no sentido especulativo, e um segundo crivo buscando ampliar os próprios instrumentos e conceitos da razão teórica para uso prático.

6.1A *Metafísica* de Baumgarten

Um dos grandes objetivos perseguidos por Kant, principalmente na sua fase crítica, foi encontrar uma via segura para a metafísica. Satisfeito com o que foi conseguido pela matemática e pela física de sua época, Kant se concentra na metafísica. Sua tarefa é livrá-la do campo conflituoso e confuso em que ela se encontra, mas isso não implica desprezar ou descartar a tradição filosófica; ao contrário, Kant partirá da chamada metafísica escolar (*Schulmethaphysik*), em voga no meio acadêmico alemão do século XVIII. Sua obra procura, constantemente, reinterpretar o conhecimento filosófico acumulado e comporta um sistema de correspondências entre os grandes temas tratados pelos autores de sua época e a sua própria filosofia crítica.

Como figura de grande destaque encontra-se o reconhecido filósofo alemão Alexander Baumgarten, criador de uma metafísica que pode ser considerada paradigmática para a sua época. Dagmar Mirbach, importante comentadora de Baumgarten, exprime uma posição pacífica entre os comentadores: a *Metafísica* de Baumgarten “pode, sem dúvida, ser considerada como um dos manuais mais influentes na segunda metade do século XVIII”⁴².

Quanto às fontes de Baumgarten, Mirbach cita o próprio autor, que no Prefácio da primeira edição presta um tributo ao “pensamento de Leibniz, Wolff, Bilfinger e Reusch”⁴³. Nesse sentido, Georg Meier, tradutor da *Metafísica* de Baumgarten, do latim para o alemão, considera que o grande papel de Baumgarten é o de um sistematizador das obras desses importantes autores.

Kant não nega que teve grande influência de Baumgarten, como explica Mirbach: “Kant assinala um grande valor para Baumgarten como ‘corifeu da Metafísica’⁴⁴, como ‘um analista excepcional’⁴⁵ e se refere à *Metafísica* como um dos ‘manuais mais úteis e fundamentados da sua espécie’”⁴⁶.

Pode-se dizer que o texto da *Metafísica* de Baumgarten foi um dos mais exaustivamente estudados por Kant, como se reflete nas múltiplas anotações que ele fez no seu

⁴² (BAUMGARTEN; MIRBACH; EBERHARD, 2004, p. IX).

⁴³ (*Ibidem*, p. XI).

⁴⁴ *Nova Dilucidatio* (KANT, AAI, 408).

⁴⁵ *Crítica da razão pura* (B 36).

⁴⁶ *Teoria dos ventos* (KANT, AAI, 503).

exemplar da *Metafísica*, além das *Reflexões* correspondentes e dos cursos de metafísica baseados nessa obra. Mesmo assim, ele não escapa de uma ironia de Eberhard, que diz no Prefácio para a tradução de Meier de 1783: “[...] porque estou convencido que o sábio de Königsberg deve mais ao de Frankfurt, no que se refere à *Metafísica*, do que ele mesmo parece acreditar”. Talvez Eberhard tenha sido muito rigoroso, pois a crítica é, naturalmente, uma crítica à metafísica e nesse sentido pode ser estendida a toda a metafísica da época. Kant, ao criticar, está por assim dizer “reciclando” a tradição e demonstrando seu respeito e ao mesmo tempo reconhecimento.

Para poder entender as *rationes essendi e cognoscendi* e como se encaixam nas concepções dos dois autores, é preciso ter uma visão geral das correspondências entre a *Crítica* de Kant e a *Metafísica* de Baumgarten. Ao invés de utilizar o texto original em latim de Baumgarten, toda a referência será traduzida para o português a partir da tradução de Georg Meier⁴⁷, anotada e revisada por Joseph Eberhard em 1783. Como o objetivo em questão é fazer uma breve análise, o texto de Meier tem a vantagem de ser mais enxuto e ainda mais sistematizado.

⁴⁷ BAUMGARTEN *et al.*, 2004. Meier mantém exatamente a mesma estrutura dos títulos e subtítulos, mas comprime o texto, que de 1.000 parágrafos passa a 743 parágrafos. Essa tradução teve grande sucesso e várias reedições e está ligada a um movimento importante, ocorrido em meados do século XVIII, para que a língua filosófica fosse o alemão, e não mais o latim, nos meios acadêmicos. Wolff é um dos líderes desse movimento.

6.2 Correspondências entre a crítica e a metafísica escolar

Há consenso entre os comentadores sobre a tarefa crítica e sua relação com as quatro grandes divisões da obra de Baumgarten; cada uma delas passará pelo crivo da crítica de forma diferenciada. Höffe, em seu comentário sobre a *Crítica da razão pura*, apresenta uma visão geral sobre a relação entre Kant e a *Schulmethaphysik*:

Após a “Analítica” ter reduzido a metafísica geral a uma simples analítica do entendimento puro, pode a “Dialética” riscar do mapa do conhecimento a metafísica especial: a psicologia racional, a cosmologia transcendental e a teologia natural.⁴⁸

Höffe está se referindo aos dois campos principais da metafísica escolar, designados como metafísica geral e metafísica especial. À metafísica geral, também chamada de ontologia ou de filosofia primeira, corresponde a analítica transcendental da *Crítica da razão pura*. À metafísica especial corresponde a dialética transcendental, que também é dividida em três partes: paralogismos (psicologia), antinomias (cosmologia) e ideal (teologia). A citação de Höffe também já anuncia a redução ou reorientação realizada pela analítica transcendental e pela dialética transcendental. No caso da ontologia, Kant estaria procedendo a uma substituição desta pela analítica transcendental, por exemplo, através das categorias. Já ao tratar a dialética como uma lógica da aparência Kant estaria “riscando do mapa” a metafísica especial, no sentido de restringir o conhecimento ao que se respalde na experiência. Para o escopo deste trabalho, a preocupação, neste momento, é com o contexto das *rationes essendi* e *cognoscendi*, que aparecem apenas na metafísica geral, ou seja, na ontologia da *Metafísica* de Baumgarten.

Para a metafísica escolar do século XVIII alemão, a ontologia é a pedra fundamental de todo o edifício metafísico; não é à toa que é designada como filosofia primeira, não apenas pela sua importância, mas também pela sua precedência. As considerações que serão feitas a seguir são baseadas em Baumgarten, mas não se distanciam muito de um conjunto de autores próximos (principalmente Leibniz e Wolff).

Baumgarten define a ontologia como “a ciência dos predicados comuns e abstratos das coisas”⁴⁹ e explica essa definição: “[...] porque o predicado comum das coisas pertence aos

⁴⁸ HÖFFE, 2011, p. 213.

⁴⁹ BAUMGARTEN *et al.*, 2004, p. 7.

primeiros fundamentos do conhecimento humano”, o que garante sua inclusão na ontologia. Para situar as *rationes* é preciso entender as duas divisões da ontologia de Baumgarten. A primeira trata da parte interna das coisas ou dos predicados internos; a segunda trata das relações entre as coisas ou predicados, sendo designada como externa. Como será analisado brevemente, as *rationes essendi* e *cognoscendi* só aparecem na segunda parte da ontologia e não são mais citadas nas partes correspondentes à metafísica especial. O motivo desse posicionamento da questão será vital para entender como Kant utiliza as *rationes* no campo prático. Antes disso, é preciso voltar ao texto de Baumgarten.

O autor dedicou os dois primeiros capítulos ao estudo dos predicados internos, sendo o primeiro para os predicados universais e o segundo para os predicados disjuntivos⁵⁰, deixando o terceiro capítulo da Ontologia, intitulado “Sobre a relação entre as coisas”, para considerar dois tipos de **relações** entre as coisas ou predicados: relações de **coordenação** e relações de **sequência**. Para Baumgarten, as relações de coordenação têm sua origem no conceito de espaço e caracterizam uma simultaneidade com diferentes posições espaciais. O ponto mais importante para esta dissertação, no entanto, está nas relações de sequência, estudadas a partir da quarta seção do Capítulo III, intitulada “Causa e coisas causadas”. É justamente neste contexto, que se apresenta o uso das *rationes*, intimamente ligado ao tema da causalidade.

Esta quarta seção traz, em seu §216, o que pode ser considerado como uma chave para entender o posterior emprego das *rationes* na *Crítica da razão prática*. Vale a pena fazer uma análise mais profunda deste parágrafo:

Aquilo que traz em si o fundamento (*ratio*) de um outro é sua fonte (*principium*), e o que é fundamentado pela fonte é o derivado (*principiatum*). A fonte de uma coisa pode ser: ou a fonte de sua possibilidade (*principium essendi, compositionis*) ou a fonte de sua realização, neste caso se designa como causa (*principium fiendi, generationis, caussa*), e aquilo cuja realidade está fundamentada na causa se designa como causado; ou o conhecimento que uma coisa tem de sua causa, que é chamado de fonte do conhecimento (*principium cognoscendi*). Baumgarten, 2004, p. 62, tradução nossa).

⁵⁰ É preciso tomar cuidado com o termo disjuntivo neste contexto, está sendo aplicado a um predicado e não a um juízo como é mais comum nos tempos atuais. Toda a ontologia não pode ser confundida com uma lógica, todos esses autores do período estudado também escreveram lógicas, tratando de juízos e de inferências. Neste caso o uso de disjuntivo identifica pares mutuamente exclusivos de predicados. Este uso, do ponto de vista formal, é semelhante ao uso dos conceitos de reflexão por Kant na Anfibolia, ou ao uso de correlatos nas categorias dinâmicas.

Esse parágrafo é o único, em todas as quatro partes da *Metafísica*, que trata de *ratio cognoscendi*. Além disso, o conceito aparece relacionado com **causalidade** e dentro de um quadro geral de **relação**. Meier faz, neste parágrafo, uma fusão do § 307 com o § 308 da obra original em latim de Baumgarten; a partir daí, pode-se dividir o parágrafo em duas partes.

A primeira parte define que *principium*, ou, na tradução de Meier, fonte (*Quelle*), é um caso de fundamento ou *ratio* (*Grund*). Portanto, não é estranho que Kant utilize o termo *ratio* para esse tipo de relação; basta observar que **causa** é apresentada como um tipo de *ratio*, princípio ou fundamento. Nesse contexto, o conceito de *ratio* é mais geral do que o conceito de causa⁵¹. A segunda parte do § 216 divide essa fonte e, portanto, essa *ratio*, em três tipos relativos a: **possibilidade, realização e conhecimento**. Respectivamente denominados: *essendi*, *fiendi*⁵² e *cognoscendi*.

No caso do tipo de *rationes*, Kant, ao invés dos três casos usados por Baumgarten, apenas considera, na nota da *Crítica da razão prática*, que estão sendo consideradas duas *rationes*, de certa forma englobando, sob a designação de *essendi*, tanto os aspectos de fonte da possibilidade como de realização, ou seja, tanto o *essendi* como o *fiendi* sendo a fonte do ser, e o *cognoscendi*, como fonte do conhecer.

O objetivo desta breve passagem pela *Metafísica* de Baumgarten é apenas salientar alguns pontos principais em comum e reconhecer que este é o material que será elaborado, ou melhor, transformado por Kant. Essa adaptação será estudada a partir da *Crítica da razão prática*⁵³, com breve passagem pela *Crítica da razão pura*, analisando as modificações que Kant faz tanto no tema da causalidade no campo teórico como na sua ampliação para o uso prático. Antes de passar para este estudo podem-se resumir os pontos que também estarão na análise de Kant e que serão estudados: possibilidade⁵⁴ e realização, causalidade, a classe de

⁵¹ Sofre muito o tradutor neste momento, pois em alguns casos mais gerais a tradução de *ratio* pode ser feita como razão, como é o caso de razão suficiente, que ficou tradicional na literatura filosófica em português. No entanto, devido à complexidade dessa instância de *ratio* como raiz de causa e pelo fato de que na filosofia de Kant o termo razão tem grande carga conceitual, optou-se por utilizar o termo latino *ratio*, sem tradução. O plural de *ratio* em latim é *rationes*.

⁵² A tradução de *essendi* (ser) e de *cognoscendi* (conhecer) é bastante simples. Já *fiendi* requer algum cuidado: pode ser traduzido como “transformar”, “fazer acontecer” ou “gerar”. Os alemães traduzem por *gemacht werden* os ingleses por *becoming*. Quanto ao final em **endi** dos três termos, trata-se de um derivado do gerúndio, com função de genitivo.

⁵³ Não se trata aqui de procurar um extenso tratamento teórico da causalidade, tema que em si justificaria todo um trabalho dedicado, mas, sim, de tratar do tema, brevemente, da forma como Kant o faz na *Crítica da razão prática*.

⁵⁴ É importante lembrar que toda a *Metafísica* de Baumgarten, e também a de suas fontes principais, é alicerçada na questão do possível, definida logo no começo da ontologia pela lei da contradição. Sendo, pois, uma construção intelectual. Já para Kant a experiência possível, e não o possível abstrato, será reguladora do conhecimento. Nesse contexto de causalidade inicial, Kant está preocupado com o mundo sensível e com os

Relação, a questão da sequência e o fator tempo. Esses temas sofrerão diretamente os efeitos da chamada “revolução copernicana”.

efeitos que realmente ocorrem. Aliás, é por isso mesmo que a ampliação da causalidade para o campo prático será uma tarefa extremamente difícil.

7 – A causalidade sob o crivo da crítica

Na filosofia crítica kantiana, a causalidade recebe um tratamento radicalmente diferente do recebido pela metafísica escolar e também diferente da posição de Hume. Kant parte dessas duas grandes linhas de pensamento e as transforma numa nova e complexa teoria. No caso em estudo, o que mais interessa é o tratamento dado ao tema na *Crítica da razão prática*. No entanto, para poder entender as diferenças entre o uso teórico e o uso prático da causalidade, é necessário destacar algumas características que são apresentadas na *Crítica da razão pura*.

Nessa obra, Kant apresenta uma visão abrangente dos aspectos envolvidos com a causalidade. Um dos pontos centrais⁵⁵ da leitura que está sendo apresentada, está na análise de todos os elementos ligados à causalidade, considerados como necessários para entender como Kant faz a ampliação desta para o campo prático.

⁵⁵ O que será enfatizado é necessário para ultrapassar o conceito de causalidade e chegar a algo mais geral que, a seguir na argumentação, será apresentado como *Konsequenz*. Pela leitura apresentada, tanto causa como *ratio* envolvem algum tipo de *Konsequenz*.

7.1 Os quatro títulos das tábuas usadas por Kant

São quatro os elementos essenciais e heterogêneos que se relacionam com a ideia de causalidade: os **juízos hipotéticos**, a **categoria da causalidade** (especificada pelo par de correlatos: causalidade-dependência), o **esquema**, que permite a ligação da sensibilidade com o entendimento, designado como o real (*das Real*) e o chamado **princípio da causalidade** ou segunda analogia da experiência. Não está no escopo deste trabalho entrar profundamente neste terreno⁵⁶, mas apenas mostrar alguns pontos que serão necessários, tanto para separar a visão de Kant da metafísica escolar e do pensamento de Hume, como para permitir a ampliação da causalidade para o campo prático.

A primeira grande dificuldade para a abordagem dos quatro elementos do parágrafo anterior é a sua aparente heterogeneidade: afinal, o que há de comum entre eles? A maioria dos comentadores, quando pensa nas tábuas de juízos e de categorias, não enfatiza que há também, de forma implícita na *Crítica da razão pura*, uma tábua de esquemas e uma tábua de princípios. Mesmo que Kant não denomine como tábuas, a estrutura envolvida é a mesma. Mas persiste a pergunta: o que há de comum entre as quatro tábuas?

As tábuas (*Taffel*) que Kant utiliza na *Crítica da razão pura*⁵⁷ são estruturadas em quatro grandes títulos ou classes⁵⁸: Quantidade, Qualidade, Relação e Modalidade. Essa é a unidade estrutural que permite o funcionamento do sistema de maneira integrada. Pode-se considerar que Kant está pensando em algum conceito geral que, por trás de cada título, representaria uma espécie de generalização de cada caso específico. Essa ideia de um conceito amplo para as posições de cada título ou classe será explorada no caso do título Relação, na segunda posição.

O estudo da causalidade, no contexto kantiano, se insere na classe de Relação. Como visto, Baumgarten também trata a causalidade dentro de um tema geral de Relação: no entanto, Relação tem características diferentes para os dois autores⁵⁹. Kant considera a Relação

⁵⁶ Para uma leitura simples e bem argumentada, pode ser recomendado o comentário de HÖFFE, 2011, no Capítulo 14. Já um trabalho mais profundo e completo se encontra em LONGUENESSE, 2005.

⁵⁷ O mesmo sistema também será utilizado na *Crítica da razão prática*, com as categorias da liberdade, por exemplo.

⁵⁸ A subdivisão dessas classes pode ser ternária ou não. É ternária no caso dos juízos, por exemplo, mas unária no caso da tábua dos conceitos de reflexão. No caso em estudo é fundamental o caráter ternário, e está sendo particularmente destacada a segunda posição.

⁵⁹ Como já foi salientado, Baumgarten pensa numa relação entre coisas ou predicados, sempre supondo coisas em geral, bastando que sejam obedientes à lei da contradição. Para o autor, tudo que não seja o Nada é possível e, portanto, tem alguma *ratio* (que está sendo traduzida como fundamento). A esfera sensível não tem

como um dos quatro grandes títulos que agrupam as formas lógicas⁶⁰, tanto para os juízos como para os conceitos puros, para os esquemas e até mesmo para os princípios do entendimento puro. Todos os títulos apresentam, nesses casos, três instâncias, ou posições, sendo, por exemplo, a categoria, no caso do título Relação, a segunda posição, que é ocupada pelo par correlato **causalidade-dependência**. Essa posição na tábua das categorias irá ter um correspondente na tábua dos juízos: os juízos hipotéticos, que também compõem a segunda posição do título Relação, só que na tábua dos juízos. O mesmo ocorre com a segunda analogia da experiência, que se apresenta como segunda posição no terceiro título da tábua dos princípios⁶¹. O importante neste momento é perceber que o conceito de Relação (que, de alguma forma, já está na metafísica escolar⁶²) tem presença determinante para a compreensão da causalidade e é o que dá unidade aos quatro aspectos citados: juízo, categoria, esquema e princípio. É preciso salientar que também para o próprio conceito de Relação será necessária uma ampliação ao estudar a passagem de seu uso teórico para seu uso prático. Pelo apresentado acima, fica claro que a abordagem de Kant é bem diferente da abordagem da metafísica escolar, mas qual a essência deste *omnipresente* conceito de Relação nesta segunda posição do terceiro título das tábuas?

nenhum status específico. Como se trata apenas de relações entre coisas, não se configura a complexa passagem kantiana sobre os quatro elementos citados: juízos, esquemas, categorias e princípios.

⁶⁰ É preciso tomar cuidado para não identificar formas lógicas com formas dos juízos, pois essa seria uma interpretação muito limitada. Na leitura que está sendo apresentada, formas lógicas são consideradas num sentido bem amplo e envolvem, além de juízos, os conceitos e as inferências. Todas as quatro tábuas estão envolvidas no terreno da lógica transcendental.

⁶¹ Apesar de não denominar o terceiro título dos princípios do entendimento puro de “Relação”, Kant informa em B200 que a tábua dos princípios segue a das categorias, “já que estes nada mais são do que regras para o uso objetivo delas (categorias)”.

⁶² Como visto no citado AUMGARTEN *et al.*, 2004, § 216

7.2 Um conceito geral para compreender a causalidade

Uma forma de facilitar o estudo da causalidade é introduzir um conceito mais amplo e geral que abranja os quatro elementos citados e, além disso, permita uma passagem mais suave para o terreno prático. A proposta é utilizar um conceito de “consequência (*Konsequenz*)” que permitirá distinguir entre uma simples ou geral “sequência” e uma “consequência”. Pode-se observar, ou perceber pelos sentidos, uma sequência de sensações ou um diverso da intuição; no entanto, uma sequência dessas pode, ou não, ter um nexos causal. Longuenesse apresenta uma boa explicação para este conceito ampliado de consequência, no caso dos juízos hipotéticos, comparando-o com a visão da lógica formal atual:

Primeiro, sobre o conector. Em nosso condicional material, o significado do conector é dado por sua tábua de verdade: o condicional (se p, então q) é falso só no caso de seu antecedente ser verdadeiro e seu consequente falso; ele é verdadeiro em todos os outros casos. Não é isso que acontece no juízo hipotético, que Kant chama de *Konsequenz* (não confundir com orações do tipo “então...”, que em inglês são chamadas de consequentes, *die Folge* em alemão). O valor de verdade do juízo hipotético não depende do valor de verdade de seus componentes, mas na verdade da própria *Konsequenz*: o juízo hipotético é verdadeiro somente no caso em que exista uma relação de *Konsequenz* entre o antecedente e o consequente, ou seja, uma relação de **fundamento para consequência**.⁶³

Mais adiante, Longuenesse cita uma passagem da *Lógica* de Jäsche que traz mais um elemento importante e completa a explicação para esta posição da tábua dos juízos:

Um destes juízos, que contém o fundamento, é o antecedente (*antecedens, prius*), o outro, que a este é relacionado como consequência, é o consequente (*consequens, posterius*), e a representação deste tipo de conexão entre dois juízos para a unidade da consciência é chamado *consequentia*, a qual constitui a forma dos juízos hipotéticos.⁶⁴

Nessa citação, além da apresentação de um conceito de *Konsequenz*⁶⁵, tema central da citação anterior da Longuenesse, aparecem dois temas que serão importantes mais

⁶³ LONGUENESSE, 2005, p. 152, grifo nosso, tradução nossa.

⁶⁴ Lógica de Jäsche, § 25 citada em *Ibidem*, p. 152.

⁶⁵ Para evitar a polissemia de “consequência” na língua portuguesa, será utilizado o vocábulo em alemão *Konsequenz*. Nesse sentido, *Konsequenz* é um conceito mais amplo, que pode englobar uma causa ou uma *ratio*.

adiante, a **unidade da consciência**, que estará acompanhando todas as representações e terá um novo papel no caso da filosofia prática, e o tema das **formas dos juízos**. Relembrando que, na posição que está sendo apresentada, as formas lógicas não se encontram apenas nos juízos

No caso dos esquemas, a Relação correspondente à segunda posição na tábua traz uma importante contribuição para o estudo da causalidade e da *Konsequenz*: a questão da regra. Como apresenta Kant, no capítulo sobre o esquematismo, da Analítica dos princípios, na *Crítica da razão pura*:

O esquema da causa e da causalidade de uma coisa em geral é o real (das Real), ao qual, uma vez posto ele ao acaso, **sempre se segue algo**. Ele permanece na sucessão do diverso, assim, na medida em que está submetido a uma **regra**.⁶⁶

Pode-se considerar que essa definição é uma verdadeira síntese do tema da causalidade, quando empregado pelo entendimento e dentro dos marcos da razão teórica. O ponto central está na diferença entre os diversos que estão sendo “processados” pelo entendimento a partir da intuição: a palavra “acaso”, que está sempre no começo de uma determinada sucessão, pode ou não ter sentido para os próximos termos desta sucessão. O que **define uma causalidade é a existência de uma regra**; portanto, de algo que de alguma forma é preexistente no conhecimento e determina a sequência, transformando-a numa *Konsequenz*. **Se nenhuma regra submete o antecedente, o consequente também será contingente**. Ao mesmo tempo, a preexistência de regras, anteriores à experiência e até independentes desta, portanto, derruba os argumentos de Hume sobre a impossibilidade de estabelecer uma conexão necessária entre antecedente e consequente. Para ele, só chegamos a conexões através da indução, ou seja, após várias experiências, que nos levariam ao hábito. Outra consequência da preexistência de regras é reforçar o aspecto da consciência, como já visto na citação acima da Lógica de Jäsche: “[...] a representação deste tipo de conexão entre dois juízos para a unidade da consciência”. Ainda uma última observação sobre a citação do esquema, quanto à expressão “permanece na sucessão”, esse sentido de permanência remete ao tempo como fator fundamental nessa fase de análise da causalidade; daí a ideia de “real”, apontada no esquema da causalidade, como algo que permanece.

Após o breve tratamento dos juízos hipotéticos e do real, seria natural tratar da própria categoria da causalidade; no entanto, ao apresentá-la, Kant é bastante breve, limitando-

⁶⁶ Kant, 2012, B183, grifo nosso.

se a enunciar o par correlato **causalidade-dependência** ou causa e efeito. Essa análise passa a ser necessária quando a causalidade é ampliada na *Crítica da razão prática* e o tema, portanto, será discutido no próximo capítulo.

Um último elemento que requer uma consideração especial se encontra na Analítica dos princípios, cuja definição geral tem como enunciado “a experiência só é possível por meio da representação de uma conexão das percepções”. Pode-se constatar, mais uma vez, que a palavra conexão está presente nas três posições que a Relação apresenta quando retrata os princípios do entendimento puro. Kant fará corresponder a divisão da tábua aos três *modi* (modos) do tempo: permanência, sucessão e simultaneidade. As relações darão origem a três analogias da experiência. A causalidade, como aconteceu em todas as três tábuas já mencionadas, aparece na segunda posição, como definido por Kant em B232: “B) Segunda Analogia. Princípio da sucessão temporal segundo a lei da causalidade: todas as modificações acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito”.

Kant apresenta uma boa síntese do que está entendendo, neste momento, por causalidade, logo no começo da prova do enunciado acima:

Eu percebo que os fenômenos se seguem uns aos outros, i.e., que em um momento se verifica um estado da coisa cujo oposto se verificava no momento anterior. Eu efetivamente conecto, portanto, duas percepções no tempo. Agora, a conexão não é fruto do mero sentido e da intuição, mas sim o produto de uma faculdade sintética⁶⁷ da imaginação que determina o sentido interno que concerne à relação temporal (B233).

Essa explicação reforça a importância da interpretação da sucessão, como bem observado na obra citada de Longuenesse. De uma forma simples pode-se pensar na sequência do clássico exemplo de Kant: o sol aquece a pedra. Nada impede, no plano puramente lógico, de se pensar na sequência oposta: a pedra aquece o sol. No entanto, a partir de regras oriundas da física é estabelecida a sequência: sol aquece a pedra, como uma conexão necessária, ou como uma ocorrência de uma *Konsequenz* (tema central da segunda posição do título Relação).

Não se trata aqui de fazer uma análise profunda da causalidade em seu uso teórico, tema tão vasto e desafiador o objetivo é bem mais restrito: mostrar as características principais dos quatro elementos que aparecem na segunda posição do título Relação nas quatro tábuas mencionadas, para poder estudar a ampliação do tema para o uso prático.

⁶⁷ Esta ligação com o sentido interno e sua relação temporal não poderá ser utilizada no campo prático.

Ao mesmo tempo que a segunda analogia da experiência traz um poderoso argumento contra Hume, não deixa de apresentar um obstáculo sério para a ampliação prática, pois, justamente o fator tempo, como já mencionado várias vezes, não poderá atuar na realidade supracensível.

Pode-se ressaltar uma dificuldade adicional que será enfrentada pela *Crítica da razão prática*. Em todo o desenvolvimento da questão da causalidade, no uso teórico, Kant não trata, em nenhum momento, dos conceitos de *ratio essendi* e de *ratio cognoscendi*. Então, por que esses conceitos aparecem na *Crítica da razão prática* e logo nas primeiras páginas do Prefácio? Isso não poderia alimentar alguns de seus críticos, que o acusavam de uma recaída no dogmatismo nas questões morais? E as proposições sintéticas *a priori*? Será que podem ser concebidas no campo prático, sem a interferência da experiência? Todos esses temas indicam a extrema necessidade de mais uma profunda crítica da razão pura, quando esta se aplica ao campo prático.

8 – A causalidade na *Crítica da razão prática*

É a mesma razão que opera no campo teórico e no campo prático, o que leva naturalmente a uma busca da unidade de seus processos e métodos. No entanto, a tarefa não é fácil. Está sempre presente uma tensão entre o paralelismo das críticas e suas profundas diferenças, que parecem, às vezes, detonar a busca de unidade. O tema do par númeno-fenômeno, que já foi central na terceira seção da *Fundamentação*, volta à cena com importância ainda maior. O caráter de uma certa subordinação entre o mundo sensível e o mundo inteligível, conforme apresentado no Capítulo 4 (discutido a partir da expressão alemã *zum Grunde liegt*), estará fortemente articulado à lei moral e não apenas, ou diretamente, à liberdade. Para possibilitar a ampliação da causalidade para um uso prático, é necessário estudar algumas particularidades dos conceitos de fenômeno e de coisa em si. Para isso será utilizada, como introdução, uma parte da tese de doutorado de Monique Hulshof, em particular a Seção 4.2.1, intitulada “Realidade objetiva e significado prático da categoria de causalidade”, além dos textos da *Crítica da razão prática*. Hulshof apresenta uma boa síntese das tarefas necessárias para a ampliação da causalidade:

Como procuramos mostrar na primeira parte deste capítulo, é na diferenciação do uso prático da razão em relação ao uso teórico que Kant encontra uma possibilidade de determinação, mediante o conceito de causalidade, a qual não consiste na determinação de nenhum objeto. Em seu uso prático, a razão pura não se relaciona com objetos para conhecê-los, mas com a vontade para a produção de um efeito mediante a mera representação da lei. Não há, portanto, uma tentativa de aplicação da categoria de causalidade para um objeto supracensível. A vontade é determinada pela mera representação de uma lei prática incondicionada ou, o que é o mesmo, pela representação de um mundo inteligível, a produzir efeitos no mundo sensível [...] Nesses termos constitui-se uma nova concepção de realidade objetiva e de significação prática da categoria de causalidade, que não é mais identificada à referência a objetos determinados.⁶⁸

A importância dessa citação para o escopo deste trabalho leva a um comentário mais detalhado de cinco trechos principais:

⁶⁸ HULSHOF, 2011, p. 167.

1 - “Kant encontra uma possibilidade de determinação, mediante o conceito de causalidade, a qual não consiste na determinação de nenhum objeto. ”

A palavra-chave neste trecho é “determinação”; para poder ampliar o conceito de causalidade, Kant precisa também ampliar o conceito de determinação. Não será mais apenas o caso da determinação de um objeto, tal como feito no caso da afecção, intuição e síntese, referidos aos objetos da experiência. É importante salientar que está em jogo uma determinação de um fundamento, conceito este já apresentado na breve passagem pela *Metafísica* de Baumgarten, lembrando que fundamento é traduzido do latim *ratio* para o alemão como *Grund* (para não confundir com a palavra “causa” será

mantida a denominação em latim). Essa espécie de retomada de um termo da metafísica escolar permite compreender por que Kant está usando o conceito de *ratio essendi* e *ratio cognoscendi* nesse contexto de uma determinação, mas, como ficará bem claro, se distanciando do uso genérico dado por Baumgarten. O fato de que não há determinação de objetos não significa que estes estão ausentes, mas, como será adiante analisado, haverá uma outra relação com a realidade objetiva.

2 - “Em seu uso prático, a razão pura não se relaciona com objetos para conhecê-los, mas com a vontade para a produção de um efeito mediante a mera representação da lei. ”

No início da fase crítica, logo no sexto parágrafo do Prefácio da primeira edição da *Crítica da razão pura*, Kant já baliza claramente o seu método crítico filosófico, marcando sua diferença com outros autores: “Eu entendo aqui, contudo, não uma crítica dos livros e sistemas, mas sim da faculdade da razão em geral, com vistas a todos os conhecimentos que ela pode tentar atingir independentemente de toda experiência [...]”. Ao colocar a análise da razão, enquanto faculdade, no centro de sua filosofia, Kant precisa analisar também as outras faculdades da mente ou do ânimo. Essa questão das faculdades é essencial para entender a possível expansão da categoria da causalidade. A vontade de produzir um efeito é uma questão-chave bem definida neste segundo trecho da citação da tese de Hulshof. Trata-se, nas duas *Críticas*, de um relacionamento totalmente diferente entre faculdades: na primeira há uma relação entre a sensibilidade e o entendimento; já na *Crítica da razão prática*, o foco está na relação entre a razão e a vontade. Como é salientado neste trecho, essa vontade produz efeitos – não se trata de **conhecer**, mas de **produzir** um efeito. Mais que isso: esse efeito é produzido por uma lei, ou melhor, é a representação da lei que determina a vontade. Isso terá sérias implicações para o novo tipo de causalidade. No primeiro caso, no campo do conhecimento

teórico, trata-se da afecção ou, mais especificamente, da **recepção de objetos**; no segundo caso, trata-se da **produção⁶⁹ de objetos**.

3 -“Não há, portanto, uma tentativa de aplicação da categoria de causalidade para um objeto suprassensível.”

A autora chama a atenção para uma característica que tem intrigado alguns comentadores: não se trata de construir um *analogon*⁷⁰ no mundo suprassensível do que acontece no sensível. Não se trata de uma relação de causa e efeito entre dois objetos suprassensíveis, mas de uma determinação, não empírica, uma forma de causalidade. Sendo que, por esse motivo, essa causalidade, determinada dessa forma, pode ser entendida como uma causa suprassensível, ou uma causa sensível cujo fundamento é determinado por uma lei incondicionada. Uma forma de sintetizar tudo isso é usar o conceito de *ratio essendi* (ainda que por enquanto no terreno das possibilidades, pois só a *ratio cognoscendi* sinalizará a efetividade).

4-“A vontade é determinada pela mera representação de uma lei prática incondicionada ou, o que é o mesmo, pela representação de um mundo inteligível a produzir efeitos no mundo sensível.”

Neste trecho é importante ressaltar que a lei moral está de certa forma revelando o mundo inteligível; nesse sentido, o que foi papel preponderante da liberdade na terceira seção da *Fundamentação*, como reveladora do mundo inteligível, é agora desempenhado pela lei moral. Como destaca a autora em vários trechos de sua tese, essa mudança é uma das sinalizações da mudança de estratégia de Kant entre as duas obras. Ao mesmo tempo, e dentro da perspectiva levantada por esta dissertação, além de produzir efeitos no mundo sensível, a atuação moral produz efeitos no próprio mundo inteligível. Essa nova realidade apresentada por Kant leva ao aprofundamento do conceito de reciprocidade⁷¹ na relação entre a liberdade e a

⁶⁹ Não se trata da produção de objetos diretamente pela razão pura prática, mas indiretamente através da determinação da lei moral. Essa concepção de externo para interno na primeira *Crítica* e de interno para externo na segunda leva às diferenças na estruturação dos temas, já discutida ao se apresentar a analogia de duas vias e de dois sentidos (via de mão dupla), além do paralelismo entre as duas críticas.

⁷⁰ A palavra *analogon* tem grande importância no século XVIII e serve como diferenciador das três posições: Baumgarten, com sua *Estética*, procura construir o mundo sensível como um *analogon* do mundo inteligível. Hume, de certa forma, considera o mundo inteligível como um *analogon* do mundo sensível. A posição de Kant, conforme está sendo apresentada, foge dessas duas posições, representando, nesse sentido, uma espécie de terceira via.

⁷¹ Mais uma vez lembrando que o tema da reciprocidade é mais complexo do que um simples caso de conceitos recíprocos.

moral. Essa espécie de “retorno” da ação moral sobre o próprio sujeito está fundamentada pelo *factum* da razão e justifica o uso do conceito de *ratio cognoscendi*.

5-“nova concepção de realidade objetiva e de significação prática da categoria de causalidade [...]”

Sem dúvida há uma ampliação do conceito de realidade objetiva a partir do uso prático puro da razão. Aparecem objetos que, mesmo classificados como objetos do mundo sensível, foram originados por um processo diferente de “produção”, ou seja, foram produzidos sob a determinação de uma razão não condicionada pelas inclinações – portanto, não condicionada empiricamente. Seria melhor dizer, não condicionada apenas empiricamente, já que a possível produção de objetos tem sempre que utilizar também a razão empírica. Ora, naturalmente, essa ampliação leva diretamente à ampliação da própria categoria da causalidade; além da causalidade sensível, analisada nesta seção e na seção anterior, há uma causalidade supracensível que continua sendo uma causalidade com efeitos possíveis no mundo sensível, mas com o fundamento de sua determinação na lei moral

Após esta breve introdução do tema é necessário aprofundar, a partir do texto de Kant, dois pontos principais: as faculdades do ânimo em jogo na filosofia prática e o próprio tema da causalidade e legislação moral, o que será feito nas próximas duas seções. Essa abordagem permitirá, no próximo capítulo, o tratamento específico das *rationes essendi e cognoscendi* como gêmeas e recíprocas.

8.1 Faculdade de desejar, sentimento de prazer e vontade

É difícil subestimar o papel da vontade na filosofia prática de Kant, uma vez que é no jogo entre a vontade e a razão que reside toda a questão moral. No fundo do problema está o querer ou desejar como determinante ou determinado da ação ou decisão do sujeito. Mas há um terceiro elemento que participa do processo com papel importante: o prazer. No final da década de 1780, Kant já tem claro que prazer e vontade se articulam em duas faculdades ou capacidades bem distintas, o que marca profundamente a filosofia prática. É verdade que só na *Crítica da capacidade de julgar* será feita uma análise profunda do sentimento de prazer e desprazer; no entanto, os elementos fundamentais já estão em aplicação na segunda *Crítica*. Uma primeira manifestação da maturidade desse tema já aparece em extensa nota do Prefácio:

Vida é a faculdade de um ser agir segundo leis da faculdade de desejar. A faculdade de desejar é a sua faculdade de ser, mediante suas representações, a causa da efetividade dos objetos dessas representações. Prazer é a representação do acordo do objeto ou da ação com as condições subjetivas da vida, isto é, com a **faculdade da causalidade de uma representação** em vista da efetividade de seu objeto (ou em vista da determinação das forças do sujeito para a ação de produzir o objeto) (KANT, AAV, 9, grifo nosso).

A própria definição de vida, não se atendo apenas aos aspectos biológicos, consiste na ação determinada pelo desejo. O segundo aspecto importante, para a análise que está sendo feita, presente na segunda frase da citação acima, é o termo “efetividade”, que implica algum efeito ou efetividade no mundo sensível e sempre ligado a algum objeto. Também é preciso destacar que, por se tratar o tempo todo de representações, estas se transformarão em objetos ou não. Nesse momento, Kant define, ainda de maneira muito simples, o prazer como um “acordo”. Mas quais são as partes desse acordo?

O centro desse acordo se configura na relação entre algo que foi **causado** (ou pelo menos forças foram determinadas para a ação de produzir o objeto) pela capacidade de desejar (que é nesse momento explicada como faculdade da causalidade) e condições subjetivas da vida. No Teorema II do § 3 da Analítica, Kant detalha e aprofunda o conceito de prazer, o que permitirá entender o que são as condições subjetivas referidas na citação acima:

O prazer proveniente da **representação** da existência de uma coisa, na medida em que ele deve ser um **fundamento de determinação** do desejar dessa coisa, funda-se na **receptividade** do sujeito, porque ele depende da existência de um objeto; ele pertence, portanto, ao sentido (sentimento) e não ao entendimento, que expressa uma relação da representação com um objeto segundo conceitos, mas não com o sujeito segundo sentimentos. O prazer é, portanto, prático apenas na medida em que a sensação de agrado que o sujeito espera da efetividade do objeto determina a faculdade de desejar (KANT, AAV, 22, grifo nosso).

Essa citação, apesar de bem compacta, apresenta uma boa síntese sobre o prazer na filosofia prática. Na primeira parte do texto, três elementos definem o que está sendo tratado como prazer, nesse caso da prática: a origem como **representação**, a fundamentação de uma **determinação** e, finalmente, a **receptividade** do sujeito. Esses três elementos permitirão classificar esse tipo de prazer como um sentimento, sendo, portanto, totalmente independente das operações do entendimento.

Pelo primeiro elemento, seu caráter de **representação** poderia levar a uma concepção discursiva e conceitual, mas não está em jogo o conhecimento de um objeto e sim uma **sensação de agrado**⁷², como aparece, no final da citação, decorrente da realização ou produção de um objeto pela capacidade de desejar. De acordo com o segundo elemento, o prazer é a fundamentação da **determinação** do desejar alguma coisa; portanto, esse tipo de prazer está indissolúvelmente ligado à capacidade de desejar. A definição da classificação como sentimento fica completa com o terceiro elemento, a **receptividade** do sujeito, mas não se trata de uma afecção do sujeito por um objeto, que a partir das operações da intuição e do entendimento se transformam em conceitos. Trata-se de uma condição subjetiva que expressa uma relação da representação não com “um objeto segundo conceitos”, mas “com o sujeito segundo sentimentos”. Todas essas definições de Kant se aplicam a um tipo de sentimento de prazer, o que não exclui outros tipos, em particular o sentimento de respeito pela lei moral, que será tratado com mais detalhes na análise de reciprocidade, na próxima seção. Também deve ser lembrado que Kant só desenvolve um tratamento mais profundo do prazer na *Crítica da capacidade de julgar*, ao considerar detalhadamente a faculdade do sentimento de prazer e desprazer e tendo a capacidade de julgar como seu par correspondente na esfera das faculdades do conhecimento (superiores). Nesse momento da segunda Crítica, o que interessa no que

⁷² O termo “sensação de agrado” é muito importante, pois, mesmo quando é o prazer que determina a vontade, esta exerce sua causalidade não só ao tentar produzir um objeto desejado, mas ao desencadear o sentimento que está sendo analisado neste trecho. Portanto, é compreensível que Kant, às vezes, trata vontade como a faculdade da causalidade (vide citação no começo desta seção).

concerne ao processo de determinação ou, melhor dizendo, ao fundamento do processo de determinação da vontade é a relação entre a vontade e o prazer

Fica claro, após os argumentos apresentados até agora e com o material já tratado na primeira parte da dissertação, que a vontade humana, ou finita, pode ser determinada basicamente de duas formas (que podem, naturalmente, atuar de maneira combinada nas mais variadas situações práticas): diretamente pela razão prática pura, através de uma lei incondicionada, ou não tão diretamente pelo prazer, ou seja, por condições subjetivas. Temos, de um lado, a lei moral como uma determinação objetiva e, do outro, máximas que exprimem condições subjetivas. Essa situação mais uma vez reforça o ponto central da moralidade para Kant: o processo de universalização das máximas, que também poderia ser chamado de processo de objetivação quando se pensa na transformação de condições subjetivas em condições objetivas.

Antes de partir para o tema da ampliação da causalidade, ainda falta um breve comentário sobre a capacidade de desejar e sua divisão principal. O tema é sintetizado por Kant em um corolário do Teorema II:

Corolário

Todas as regras práticas materiais colocam o fundamento de determinação da vontade na faculdade de desejar inferior e, se não houvesse leis meramente formais da vontade que a determinassem suficientemente, então não poderia ser admitida nenhuma faculdade de desejar superior (KANT, AAV, 22).

Mais uma vez Kant vai beber nas águas da metafísica escolar, na qual esta divisão (superior e inferior) é clássica. Baumgarten, por exemplo, trata do tema também o integrando ao sentimento de prazer e desprazer. Na sua *Metafísica*, ele dedica a Seção 15 da primeira parte da Psicologia (um dos três elementos da metafísica especial) ao prazer e desprazer; as seções 16, 17 e 18 à faculdade de desejar em geral; e, por fim, à divisão da faculdade de desejar em faculdade inferior e faculdade superior. A grande diferença está no critério de separação entre as duas, que Kant caracteriza pelas leis meramente formais da vontade, ao contrário de Baumgarten, que divide as faculdades a partir de sensibilidade e força da alma, chegando a chamar a faculdade inferior de “carne”⁷³.

⁷³ A visão de Baumgarten é decorrente da ideia de sensibilidade como algo impreciso ou obscuro e da força da alma como mais próxima à perfeição. As faculdades superiores, por estarem, de certa forma, distantes da sensibilidade direta, têm condições de se aproximar da perfeição conceitual.

As relações analisadas por Kant entre a vontade livre, associada à faculdade superior, e o livre-arbítrio, associado à faculdade inferior ocupam bastante espaço entre os comentadores e terão grande peso na *Metafísica dos costumes*. Fica claro ao concluir esta seção que, no caso da determinação da vontade que envolva o prazer, torna-se fácil identificar uma causalidade da vontade e sua influência no mundo sensível, além de sua relação com o sentimento de agrado. No entanto, que tipo de causalidade ocorre quando a razão pura prática, mediante a simples forma da lei, sem influência do prazer, fundamenta a determinação da vontade?

8.2 Causalidade e legislação moral

Esta análise será desenvolvida, a partir da *Crítica da razão prática*, em dois lances principais: uma introdução a partir do Prefácio e um detalhamento baseado no fecho da Analítica, a Elucidação da *Analítica da razão prática pura*. Sempre estará em foco a relação entre a liberdade e a lei moral, em especial o caráter *essendi* da liberdade e o caráter *cognoscendi* da lei moral. Se tomarmos o conceito de *Konsequenz*⁷⁴ como mais amplo do que causa e *ratio*, pode-se dizer que a relação entre a liberdade e a lei moral é um tipo de *Konsequenz* que em algumas passagens Kant nomeia como causa suprassensível.

Para a introdução foram escolhidas três passagens do Prefácio. A **primeira** define qual é o grande enigma da *Crítica da razão prática*, a **segunda** esclarece e soluciona o enigma e, finalmente, a **terceira** reafirma a existência de duas legislações. Ao final da introdução, destaca-se o conceito de tempo como fator que dificulta e, ao mesmo tempo, diferencia a aplicação prática da categoria da causalidade. Começando pela **primeira** citação:

Aqui também se explica, **pela primeira vez**, o enigma da crítica: como se pode negar realidade objetiva ao uso das categorias na especulação e conceder-lhes essa realidade em vista dos objetos da razão prática pura? [...]. Mas agora se percebe, mediante uma análise completa deste uso, que aqui a realidade pensada não implica nenhuma determinação teórica das categorias e nenhuma ampliação do conhecimento até o suprassensível [...] (KANT, AAV, 5, grifo nosso).

Como sempre, Kant é muito cuidadoso com os prefácios de suas *Críticas*, apresentando um resumo compacto de suas intenções, resultados e métodos. Na citação acima, não é apenas revelado um enigma (entendido como uma dúvida central ou um movimento argumentativo que gera uma interrogação dos seus leitores), mas afirmado também que esse enigma se explica “**pela primeira vez**”. Essa afirmação leva necessariamente à conclusão de que a *Crítica da razão prática* é a primeira obra da filosofia de Kant que consegue chegar a uma explicação sobre o funcionamento das faculdades do ânimo em sua ampliação para o uso prático. Com este argumento fica claro que a *Fundamentação* cumpriu alguns objetivos básicos,

⁷⁴ Conforme apresentado no capítulo anterior, a complexidade de relacionamento entre a vontade e a razão pura é de certa forma subordinada ao relacionamento entre a liberdade e a lei moral. Esse é um dos motivos para descrever essa relação como *essendi* e *cognoscendi*, já que o efeito é apresentado pela lei moral, mas também pode ter efeitos no aspecto sensível pela atuação da vontade.

mas não respondeu ao principal enigma do campo prático. Kant indica que precisa mudar de estratégia, mas, afinal, qual é o enigma e qual solução pode resolvê-lo?

O enigma se expressa no tema da realidade objetiva. Será investigado se esse conceito, que é tão claro para o entendimento, na primeira *Crítica*, pode ser transportado para objetos da razão pura. O autor avisa que não será ampliado o conhecimento, mas qual, então, a vantagem desse esforço? Para responder a essa questão é preciso lembrar que o termo “conhecimento” está sendo usado com um rigor mais técnico, ligado à palavra determinação e a um processo de afecção por objetos da experiência. Esse movimento, com certeza, não poderá ser estendido para a razão pura prática.

A **segunda** citação apresenta uma solução, para o enigma e indica como deve ser interpretado o aspecto objetivo dessa solução:

Agora a razão prática por si mesma e sem qualquer acerto prévio com a razão especulativa confere realidade a um objeto suprassensível da categoria da causalidade, a saber, a liberdade (embora, enquanto conceito prático, também apenas para o uso prático), e, portanto, confirma, mediante um fato, aquilo que ali só podia ser pensado (KANT, AAV, 6).

Aí temos, de forma extremamente compacta, o roteiro da solução. Três elementos, encadeados de forma complexa, vão atuar na ação moral: a **liberdade**, a categoria da **causalidade** e a **realização** de um objeto suprassensível, culminando um processo que determina a vontade. A liberdade aparece como a razão de ser de todo o processo, que é tratado pela razão pura de forma totalmente independente da razão teórica. A liberdade também aparece como um objeto suprassensível da categoria da causalidade. Esta, por sua vez, determina o fundamento da vontade, o que está embutido na restrição rigorosa ao uso prático, ou seja, válido apenas para procedimentos que envolvam a vontade, e não o entendimento. Surge o *factum* como um *gran finale* para esse processo, efetivando ou confirmando uma ação que antes só podia ser pensada como problemática.

A **terceira** citação indica que os dois tipos de causalidade podem ocorrer no mesmo sujeito. É reafirmada a existência de duas legislações e a necessidade de sua harmonização: natureza e liberdade, ou mecanismo e lei moral.

A união da causalidade como liberdade com a causalidade como mecanismo da natureza, a primeira sendo estabelecida pela lei moral, a segunda pela lei

da natureza, e certamente em um e o mesmo sujeito, o homem, é impossível sem representar esse homem como ser em si mesmo, em relação à lei moral, mas como fenômeno, em relação à lei da natureza, e sem representar aquela na consciência pura, esta na consciência empírica. Sem isso, a contradição da razão consigo mesma é inevitável (KANT, AAV, 6, nota).

Essa citação é uma espécie de repetição e aprofundamento das teses discutidas na primeira parte desta dissertação. Repetição porque já ficou claro na *Fundamentação* que os dois aspectos, sensível e suprassensível, são concomitantes no mesmo homem e, além disso, é a liberdade que gera as condições para a consideração do suprassensível. Mas também há um aprofundamento: a ênfase, nesta segunda *Crítica* e como já se anuncia desde o Prefácio, está na lei moral, e o aspecto legislativo-jurídico⁷⁵ da argumentação de Kant é relevante. O homem passa a ser representado como ser em si mesmo com relação à lei moral e sua representação. Ao mesmo tempo, mantém seu assentamento no mundo sensível, em cujo aspecto só tem acesso a uma consciência empírica. A ação moral tem efeitos no mundo sensível, mas não sincronizada, necessariamente, com a decisão moral tomada em nível racional. A própria consciência vai se comportar de forma dupla: consciência de que há uma afecção na sensibilidade (tratada pela intuição e pelo entendimento) e consciência da determinação da vontade pela lei moral. Mais uma vez surge o mesmo problema: como entender algum tipo de causalidade se não está envolvida nenhuma operação necessariamente sincronizada no tempo? Como etapa final, antes de estudar o caráter gêmeo e recíproco das *rationes* no próximo capítulo, é preciso responder a essa pergunta.

Após esta breve introdução, feita a partir do Prefácio da *Crítica da razão prática*, é necessário aprofundar e de certa forma concluir o raciocínio para enfrentar o tema de uma causalidade sem o fator tempo. Este detalhamento da argumentação será dividido em seis passos fundamentais, com base na Elucidação⁷⁶ da *Crítica da razão prática*, que funciona para Kant como um fecho de toda a Analítica da *Crítica da razão prática*.

A - A realização da liberdade pela lei moral

Pois, como é a razão pura que é considerada aqui em seu uso prático e, portanto, partindo de princípios *a priori* e não de fundamentos empíricos de determinação, a divisão da

⁷⁵ Mais uma vez deve ser referido o trabalho importante de Diego Trevisan na análise das metáforas jurídicas de Kant (Trevisan, 2015).

⁷⁶ Não será feito um comentário linha por linha. A ideia é levantar as citações-chave para a questão da causalidade e de sua exposição como duas *rationes*.

Analítica da razão prática pura teria de se assemelhar à divisão de um silogismo, a saber, prosseguindo do universal na premissa maior (no princípio moral), mediante a subsunção, empreendida em uma premissa menor, das ações possíveis (como boas ou más) sob essa maior, para a conclusão, a saber, a determinação subjetiva da vontade (a um interesse pelo bem praticamente possível e pela máxima fundada sobre ele) (KANT, AAV, 90).

Essa comparação com um silogismo representa um dos maiores esforços didáticos de Kant para explicar o funcionamento de uma decisão moral. Ele sabe que é um exemplo arriscado, pois pode levar ao que ele sempre se opôs com veemência: uma logicização da moral, já que grande parte de seu esforço, nas duas obras sobre a moral que estão sob análise, é mostrar que não é pela lógica puramente formal, nem por demonstrações matemáticas, como a de Espinosa, por exemplo, que o princípio moral pode ser justificado. A moral também não pode ser explicada por uma causalidade do tipo da física, daí a necessidade de outra forma para a exposição do conceito. As *rationes* são uma boa alternativa para nos aproximar do tema.

Apesar de o autor, nesse momento, estar se referindo à divisão da Analítica da razão prática pura, em comparação com à da primeira *Crítica*, pode-se tomar a analogia lógica apresentada como uma síntese da decisão moral. Tendo todo o cuidado com a analogia (confirmada pela palavra “assemelhar”), vale a pena fazer uma consideração sobre os três “termos” apresentados. O princípio moral está em exercício na **premissa maior** do silogismo; isso quer dizer que essa proposição exige que todas as máximas que passem por escrutínio da razão prática pura sejam universalizáveis. Essa premissa é totalmente incondicionada e não depende de nenhum fator empírico. O segundo termo da semelhança com um silogismo é sua **premissa menor**, que contém uma ação boa ou má, ou seja, universalizável ou não. Finalmente, o terceiro termo é a **conclusão**; caso seja uma ação universalizável, a vontade é determinada, nesse contexto, pela razão pura, num processo que pode ser chamado de decisão moral. Mas pode parecer que essa estrutura apresentada é a estrutura de uma decisão puramente lógica. Não é o que ocorre: não se trata apenas de uma lógica geral, com algoritmos de inferência estritamente formais; trata-se da “determinação subjetiva da vontade” e, portanto, funciona apenas no caso prático; num relacionamento direto entre a razão prática pura e a vontade. Está em jogo o fundamento (*Grund* ou *ratio*) da determinação da vontade. Kant ressalta ainda mais a influência sobre o sujeito com a explicação entre parênteses, que por si só é uma boa síntese do que está acontecendo: “[...] (a um interesse pelo bem praticamente possível e pela máxima fundada sobre ele)”.

B - O tempo não está nas coisas em si

O conceito de causalidade como necessidade natural diferentemente da causalidade como liberdade concerne apenas à existência das coisas na medida em que ela é determinável no tempo, por conseguinte, enquanto fenômenos, em contraposição à sua causalidade enquanto coisas em si mesmas. Agora, se tomarmos as determinações da existência das coisas no tempo como determinações das coisas em si mesmas (o que é o modo de representação mais habitual), então a necessidade causal não se deixa unir de modo algum com a liberdade, mas são opostas entre si contraditoriamente. Pois da primeira segue-se que cada evento, conseqüentemente também cada ação que precede um determinado momento, está necessariamente sob a condição daquilo que era no tempo precedente. Ora, visto que o tempo passado não está mais em meu poder, cada ação que pratico tem que ser necessária mediante fundamentos determinantes que não estão em meu poder, isto é, jamais sou livre no momento em que ajo (KANT, AAV, 94).

Esse passo da argumentação é sem dúvida um dos mais importantes, a visão kantiana do tempo e do espaço é um dos divisores de águas entre Kant e seus contemporâneos. O tempo irá permitir uma clara separação entre a causalidade como necessidade natural e a causalidade como liberdade; no entanto, isso só é possível se o tempo não for considerado como determinação de coisas em si e, sim, como parte do sujeito, ou das faculdades desse sujeito afetado pelas coisas em si enquanto fenômenos. Aí está um dos pilares da filosofia de Kant: se o tempo for identificado com as coisas em si, não será possível estabelecer o conceito de liberdade como autonomia de uma legislação. A justificação dada pelo autor é relativamente simples: se uma ação está sob dependência de uma ação anterior (causalidade da natureza) e essa ação anterior está num tempo que já passou, então já não está mais sob o controle daquele sujeito. Como explica Kant: “O tempo passado não está mais em meu poder”, ou seja, se os fundamentos determinantes de uma ação dependem do tempo, então “jamais sou livre no momento em que ajo”.

Essa relação excludente, entre a autonomia e o tempo, leva necessariamente ao supracensível e ao início de uma ação ou, melhor dizendo, de uma determinação da vontade a partir da própria razão prática pura, escapando de uma sequência infinita de causas e efeitos da legislação natural. É preciso lembrar o que foi tratado na Seção 7.2 sobre o conceito de *Konsequenz*: a causalidade supracensível, ou causalidade sensivelmente incondicionada, mesmo não tendo o nexos causal da física, por exemplo, terá mesmo assim uma conexão extremamente complexa (um tipo de *Konsequenz*) que pode ser exposta pelas *rationes*. Mas é

preciso esclarecer como posso ampliar o conceito de categoria e, posteriormente, verificar como as duas legislações (natureza e liberdade) poderão se constituir no mesmo sujeito.

C - A homogeneidade das categorias matemáticas

Ora, todas as categorias são divididas em duas classes: as categorias matemáticas, que se referem meramente à unidade da síntese na representação dos objetos, e as categorias dinâmicas, que se referem à unidade da síntese na representação da existência dos objetos. As primeiras (as categorias de quantidade e qualidade) contêm sempre uma síntese do homogêneo, na qual não pode ser de modo algum encontrado o incondicionado para o condicionado dado na intuição sensível, no espaço e no tempo, pois esse incondicionado teria ele próprio de pertencer, por sua vez, ao espaço e ao tempo e, portanto, teria de ser, por sua vez, sempre condicionado [...] (KANT, AAV, 104).

Os passos argumentativos C e D trazem a chave para a concomitância das legislações. Kant retoma um tema já apresentado na *Crítica da razão pura*⁷⁷, a divisão das categorias em duas classes: matemáticas (quantidade e qualidade) e dinâmicas (relação e modalidade). As duas classes tratam da unidade da síntese de uma representação e nesse aspecto são semelhantes; no entanto, as matemáticas tratam diretamente da representação dos objetos, enquanto as dinâmicas tratam da “representação da existência dos objetos”. Só a palavra “existência” já modifica completamente a aplicação das categorias dinâmicas. Deixando essa particularidade para o próximo passo, é necessário, antes disso, tratar um pouco mais das matemáticas e de seu caráter homogêneo.

Essas classes matemáticas “contêm sempre uma síntese do homogêneo” e isso se explica por sua relação direta com a intuição e a experiência. Como afirma Kant na passagem citada da *Crítica da razão prática*, a classe matemática “está dirigida a objetos da intuição (pura ou empírica)”. E, por estar sempre diretamente ligada à intuição, está mergulhada no mundo sensível, no qual não consegue achar um incondicionado. Uma forma de auxílio para a intuição nesse caso das matemáticas é pensar numa série numérica com regressão infinita, cujo início não se pode encontrar mesmo que haja o conhecimento da razão que une dois termos quaisquer da sequência. O que origina essa homogeneidade é a característica central das categorias

⁷⁷ B110.

matemáticas - de serem aplicadas diretamente na síntese dos diversos da intuição. O comportamento das categorias dinâmicas, entre as quais a causalidade-dependência, que está sendo analisada, é radicalmente diferente, será caracterizado pela heterogeneidade. Segundo a leitura que está sendo apresentada, a heterogeneidade, quando for reconhecida no campo prático, terá um duplo efeito, podendo até ser entendida como uma heterogeneidade de segunda ordem⁷⁸.

D - A dupla heterogeneidade das categorias dinâmicas no uso prático

As categorias da segunda classe (as de causalidade e necessidade de uma coisa) não exigiam de modo algum essa homogeneidade (do condicionado e da condição na síntese), porque aqui se deveria representar não a intuição como composta a partir de um diverso nela, mas apenas de que modo a existência do objeto condicionado, correspondente a essa intuição, se acrescenta à existência da condição (no entendimento, enquanto conectado a ela); e nesse caso era permitido, para aquilo que é sempre condicionado no mundo sensível (tanto em vista da causalidade quanto em vista da existência contingente das próprias coisas), colocar o incondicionado, ainda que de resto indeterminado, no mundo inteligível, e tornar a síntese transcendente; por isso também, na Dialética da razão especulativa pura, descobriu-se que as duas maneiras, aparentemente opostas entre si, de encontrar o incondicionado para o condicionado – por exemplo, a de pensar, na síntese da causalidade, para o condicionado na série das causas e efeitos do mundo sensível, a causalidade que não é mais sensivelmente condicionada –, não se contradizem de fato, e descobriu-se que a mesma ação que, enquanto pertencente ao mundo sensível, é sempre condicionada sensivelmente, ou seja, é mecanicamente necessária, pode ainda, enquanto causalidade do ser agente, na medida em que ele pertence ao mundo inteligível, ter ao mesmo tempo como fundamento uma causalidade sensivelmente incondicionada e pode, portanto, ser pensada como livre (KANT, AAV, 104).

O conceito de heterogeneidade, mesmo que o termo não seja citado nominalmente na explicação das classes dinâmicas, é a chave para a exposição da causalidade suprassensível. Não é a primeira vez que o conceito de heterogeneidade joga um papel tão importante na crítica kantiana, pois, como já foi também destacado no Capítulo 2, a heterogeneidade é um conceito central para estabelecer os juízos sintéticos. No caso da causalidade, o conceito de heterogeneidade permite causas não homogêneas com seus efeitos, pois as classes dinâmicas “não exigiam de modo algum essa homogeneidade (do condicionado

⁷⁸ Pois, como já há heterogeneidade das categorias dinâmicas no uso teórico, será, no caso da ampliação da categoria de causalidade, atingido um grau adicional de heterogeneidade.

e da condição na síntese)”. Mais adiante, Kant explica a diferença com as classes matemáticas, reafirmando que se trata de uma reflexão sobre a existência: “[...] mas apenas de que modo a existência do objeto condicionado, correspondente a essa intuição, se acrescenta à existência da condição [...]”. Nesse ponto da análise, o importante é que o entendimento participe desse processo não apenas por ligações diretas com a intuição. Como a homogeneidade entre causa e efeito não é mandatória para a causalidade, Kant conclui que podem ocorrer causas não sensíveis misturadas com sensíveis; pode-se “[...] pensar, na síntese da causalidade, para o condicionado na série das causas e efeitos do mundo sensível, a causalidade que não é mais sensivelmente condicionada [...]”. Ou seja, as sequências de causas podem envolver os dois tipos de causalidade.

Mas há uma nuance nessa possibilidade que precisa ser respeitada, como Kant apresenta no final da citação: “[...] na medida em que ele pertence ao mundo inteligível, ter ao mesmo tempo como fundamento uma causalidade sensivelmente incondicionada e pode, portanto, ser pensada como livre”. É preciso observar com rigor a expressão “ter como fundamento”. Trata-se, portanto, de uma *ratio* ou **fundamento**⁷⁹, e assim de um fundamento para a determinação da vontade. Mas esse fundamento só pode operar se estiver completamente livre das sequências anteriores de causas e efeitos do mundo sensível; portanto, dentro de um quadro de autonomia e de universalização das máximas por um sujeito legislador moral.

Ainda vale apresentar um comentário adicional para a plausibilidade da atuação dos dois aspectos, sensível e inteligível, neste caso. Apesar de Kant não usar esse argumento, ou pelo menos não da forma que está sendo proposto, tem a heterogeneidade, nesse caso, uma dupla significação. A **primeira significação** permite não apenas que causa e efeito sejam heterogêneos, mas que várias causas, físicas, por exemplo, atuem ao mesmo tempo, originando um efeito determinado. No caso da ação moral, há uma **segunda significação** que é uma espécie de segundo grau de heterogeneidade, pois podem ocorrer no mesmo processo causas sensíveis e uma causa suprassensível. A importância de ressaltar esse duplo aspecto da heterogeneidade, neste caso, é reforçar um tratamento especial para a causa suprassensível. Ela é na verdade mais o fundamento de uma determinação da vontade do que uma causalidade direta no mundo

⁷⁹ Essa é uma questão muito complexa. Kant está fazendo um grande esforço para a ampliação da causalidade; às vezes, chega a falar em causalidade da causalidade, no sentido em que uma vontade está, no seu funcionamento normal, atuando empiricamente, com ou sem atuação direta da razão prática pura. Mas a forma mais adequada, e que é utilizada na maior parte da obra, é o conceito de um fundamento de determinação da vontade. A razão empírica está normalmente dando apoio para a atuação direta da vontade no mundo sensível, mas em determinadas situações a ação é subordinada a uma decisão moral e passa para o comando da razão prática pura, entrando no campo do dever.

sensível. Também é importante destacar que a liberdade, ao permitir que o sujeito inicie uma série de causas e consequências, independentemente de condições sensíveis, atua certamente como *ratio essendi* da moralidade. Por outro lado, essas possibilidades da heterogeneidade, discutidas neste passo D, estão, por enquanto, no âmbito do possível, na esfera do pensar.

E - O *factum* da razão e a causalidade (*cognoscendi*)

Ora, tratava-se apenas de transformar esse verbo poder em um verbo ser, isto é, de poder provar em um caso efetivo, por assim dizer, mediante um fato, que certas ações pressupõem uma tal causalidade (a causalidade intelectual, sensivelmente incondicionada), sejam essas ações efetivas ou mesmo apenas comandadas, isto é, objetivas e praticamente necessárias. Nós não pudemos encontrar essa conexão nas ações dadas efetivamente na experiência, como acontecimentos do mundo sensível, porque a causalidade por liberdade tem de ser procurada sempre fora do mundo sensível, no mundo inteligível (KANT, AAV, 104, grifo nosso).

Aqui, o tema central do *factum* da razão é colocado como uma prova efetiva da existência dessa causalidade ampliada. Nas outras passagens sobre esse *factum*, foi enfatizado o caráter de fundamento da consciência da lei moral, mas, neste passo argumentativo, o *factum* é uma espécie de prova da passagem modal de algo problemático para algo necessário. **Nesse sentido**, três termos em negrito atestam o movimento argumentativo desse importante passo: o verbo “**poder**”, o verbo “**ser**” e a expressão “**praticamente necessárias**”. Essa reflexão do autor é um processo de modalização (um movimento dentro da classe dinâmica das categorias da modalidade) que parte do correlato Possibilidade/Impossibilidade, passa com o *factum* para o correlato Existência/Não-Existência, chegando pela lei moral ao correlato Necessidade/Contingência. Sempre considerando a sequência da autonomia pelos primeiros termos dos correlatos, a **possibilidade** da liberdade, que já era admitida desde a *Crítica da razão pura*, se transforma pelo *factum* em **existência**, mas, como esta foi resultado de um ato moral autônomo, está sob a égide do dever e manifesta uma **necessidade** no terreno prático. Pode-se afirmar que há uma sequência, mediada pelo *factum*, que parte do **poder ser** para o **ser** e finalmente para o **dever ser**.

No último trecho desta citação, Kant reafirma que não se pode achar essa causalidade pela liberdade nas séries de acontecimentos do mundo sensível; somente considerando o aspecto inteligível é possível estabelecer essa **conexão**. Dois pontos merecem

comentário: em primeiro lugar, o uso da palavra “conexão” remete ao estudo sobre a causalidade apresentado no capítulo anterior, no qual foi destacado o conceito de *Konsequenz* para possibilitar a compreensão das *rationes*. A *ratio essendi* estabelece uma conexão entre a liberdade e a moral, mas, ao mesmo tempo, a ação moral determina a vontade e propicia um *factum*, estabelecendo uma conexão com a liberdade, semelhante ao conceito de causa e efeito, permitindo a **consciência** da própria liberdade. O mais complexo ainda é que esse jogo entre as *rationes* é o processo que fundamenta a determinação da vontade.

O segundo ponto que merece um comentário nessa última parte da citação de Kant está na própria noção de **acontecimento**. Por tudo que já foi apresentado sobre o tempo no mundo sensível, a determinação da vontade não gera, sincronizadamente, um efeito no mundo sensível. Esse efeito pode até não ocorrer, pois muitas vezes a vontade não encontra os meios necessários para conseguir o que foi determinado. Nesse caso, não só a causa supracensível mas também o próprio acontecimento citado são abordados sob o aspecto inteligível (não temporal). Mas todo esse edifício prático não precisa de algum princípio? Afinal, o que garante uma base para a ação moral e lhe aponta um caminho de justificação?

F - O princípio moral não precisa ser inventado

Mas esse princípio não precisa de nenhuma busca, nem de invenção; ele já está há muito tempo na razão de todos os homens, incorporado em seu ser, e é o princípio da moralidade. Portanto, aquela causalidade incondicionada e a sua faculdade, a liberdade, e com ela um ser (eu mesmo) que pertence ao mundo sensível, pertencendo todavia ao mesmo tempo ao mundo inteligível, não foram apenas pensados de maneira indeterminada e problemática (o que a razão especulativa já podia constatar como factível), mas foram até mesmo determinados e assertoricamente conhecidos em vista da lei de sua causalidade; e assim nos foi dada a efetivação do mundo inteligível e, certamente, de maneira determinada no modo de consideração prático [...] (KANT, AAV, 105, grifo nosso).

Não deixa de ser curioso que Kant dedica a *Fundamentação* à busca do princípio moral e, nesse momento crucial da *Crítica da razão prática*, bem ao fecho da Analítica, afirma que não há necessidade de nenhuma busca. Essa constatação de Kant é uma das provas de sua mudança de estratégia para o entendimento da questão moral. Não há, necessariamente, uma contradição entre as duas estratégias, pois ao ter efetuado uma busca e uma investigação encontrou e estabeleceu um princípio, mas agora, com uma profunda *Crítica da razão prática*,

o autor percebe que não há necessidade de uma busca. Mas de nenhuma forma o princípio moral – por exemplo, em sua fórmula principal da autonomia – deixa de ser válido.

A grande mudança está na base de todo o sistema moral erigido por Kant e sintetizado, na citação acima, na afirmação: “[...] **já está há muito tempo na razão de todos os homens, incorporado em seu ser [...]**”. Kant passa a ter como ponto fundamental da sua filosofia prática, a ideia de que a racionalidade humana, necessariamente, incorpora o comportamento moral, ou seja, o homem é naturalmente capacitado a tomar decisões morais e pode fazê-lo absolutamente sem interferência de fatores empíricos⁸⁰.

Nem todos os comentadores têm essa consciência, mas Lewis White Beck, responsável por um dos pioneiros e mais importantes comentários sobre a *Crítica da razão prática* na segunda metade do século XX, apresenta uma visão bem clara: “O ‘juízo moral de todos os homens’ é o verdadeiro ponto de partida da filosofia moral de Kant, e este fato não pode ser esquecido”⁸¹. Também é muito clara a visão de Beck sobre a relação da liberdade com a lei moral:

Mas qual a origem da própria lei? A descoberta mais importante de Kant é que a lei não é apenas uma restrição à liberdade, mas, ela mesma, um produto da liberdade. É precisamente esta concepção que marca o avanço da segunda *Crítica* sobre a primeira. Esta é a Revolução Copernicana na filosofia moral.⁸²

Justamente essa revolução copernicana, usando a boa sugestão de Beck, é revelada através do *factum* da razão, a partir da decisão moral do agente como legislador autônomo. Como diz Kant: “[...] mas foram até mesmo determinados e assertoricamente conhecidos em vista da lei de sua causalidade”. Portanto, nesse momento de conclusões finais da Analítica, Kant amplia o conceito de causalidade e até mesmo o conceito de determinação; no entanto, tudo se passa sempre sob dois aspectos diferentes: o inteligível e o sensível.

Essa diferença entre as duas legislações (natureza e liberdade) traz um bom motivo para o uso dos conceitos das *rationes*. No plano do sensível, a vontade irá produzir ou tentar produzir objetos e, no plano do inteligível, a vontade será determinada pela razão prática pura. A lei moral, a única que garante uma determinação não empírica e não subjetiva da vontade, é,

⁸⁰ Como foi apresentado essa posição decorre da pressuposição da liberdade e de sua expressão como autonomia.

⁸¹ BECK, L. W, 1996, p. 164.

⁸² *Ibidem*, p. 179.

através do *factum*, uma *ratio cognoscendi* da liberdade, mas esta, ao ter no seu sentido positivo a autonomia como fundamento de seu poder legislador, é a razão de ser da lei moral.

Após essas passagens sobre a causalidade e sobre a determinação da vontade, já é possível, no próximo capítulo, tratar das *rationes* e suas características específicas no campo prático. Como resumo até agora, pode-se concluir que a relação entre a liberdade e a moralidade não tem por base, na *Crítica da razão prática*, nem o fio condutor das inferências apresentado na primeira parte desta dissertação nem uma simples relação de causa e efeito (ampliada ou não). O fio condutor para a compreensão dessa relação está nas *rationes essendi e cognoscendi*, que expõem um caso complexo e específico para o uso prático de uma *Konsequenz*.

9 – O novo fio condutor: *rationes* gêmeas e recíprocas

Este último capítulo volta-se para o estudo das características específicas das *rationes*, quando aplicadas ao campo prático. A análise segue os mesmos princípios de paralelismo entre as duas críticas e de mão dupla na relação entre a liberdade e a lei moral, utilizados em toda esta segunda parte da dissertação. Antes do detalhamento do uso prático das *rationes* é necessário fazer uma breve referência ao seu uso teórico, para compará-lo com as características específicas que surgem no caso prático.

Em seu constante combate ao ceticismo, e ao empirismo de Hume, Kant se refere muitas vezes ao tema da causalidade, especialmente no terreno do conhecimento teórico. O ponto central está na conexão, ou necessária, ou apenas habitual, entre causa e consequência. Em um dos momentos importantes desse debate, na *Crítica da razão pura*, Kant utiliza o exemplo da radiação solar para construir seus argumentos em favor do caráter **necessário**, e não apenas habitual, da conexão causal.

Na *Crítica da razão pura*, em B794, na parte final do capítulo sobre disciplina, no livro sobre o método, Kant se refere a dois possíveis efeitos da radiação solar: “Que a luz do sol que ilumina a cera a derreta ao mesmo tempo, ao passo que à argila endureça...”. Note-se que, nesse exemplo, a mesma causa pode produzir diferentes efeitos, tanto no mesmo material, como efeitos diferentes em materiais diferentes. Este é um bom exemplo de típica contingência, que ocorre no funcionamento da causalidade no campo teórico. O efeito da radiação solar tanto pode iluminar como derreter, podendo também ressecar, como acontece no caso da argila.

Não se trata aqui de entrar no mérito do frutífero debate entre Kant e Hume, mas apenas ressaltar que Kant, quando pensa em causalidade, em especial no terreno da física, leva em conta que a mesma causa pode gerar vários efeitos. Também é importante destacar que, nesta análise, apenas está em jogo um caso geral de *ratio essendi*, ou que pode ser tratado como tal. Pode-se afirmar que a luz ou energia solar é a *ratio essendi* do derretimento da cera, se for emprestada a essa expressão uma ampliação conceitual. Mas por que não há referência, nesses exemplos de Kant, ao que seria comparável a uma possível *ratio cognoscendi*? Teria sentido ampliar conceitualmente também essa característica?

No caso do uso teórico, não estão em jogo coisas em si, apenas fenômenos, e, apesar de haver a heterogeneidade, discutida no capítulo anterior, ela não tem o duplo caráter de envolvimento entre o mundo inteligível e o mundo sensível. No entanto, é possível considerar

que, mesmo sendo implícito no exemplo da energia solar, o **reconhecimento** do derretimento da cera seja tratado como uma *ratio cognoscendi*. Em outro exemplo utilizado por Kant, no qual o sol aquece uma pedra⁸³, o sol entra como *ratio essendi* e a simples verificação desse efeito, pelo contato das mãos, por exemplo, com a sensação do tato, funcionaria como uma *ratio cognoscendi*. Mas, como nesse caso todos os aspectos envolvidos se referem ao mundo sensível (tanto o *essendi* como o *cognoscendi*), não há necessidade de usar explicitamente as *rationes*; basta o conceito clássico de causalidade do mundo sensível.

A partir desta breve introdução, já é possível aprofundar as importantes características específicas do uso da *rationes* na filosofia prática de Kant. Em primeiro lugar procura-se argumentar que as *rationes* no campo prático são gêmeas, ou seja, aparecem necessariamente juntas e ligadas **originariamente**. Em segundo lugar será apresentada a mais importante característica das *rationes* práticas: seu caráter **fortemente recíproco**, que estabelece um par dual de correlatos causalidade-dependência⁸⁴. No primeiro correlato, a liberdade desempenha o papel de causalidade ampliada e, no segundo correlato, cabe à lei moral esse papel. Para manter a abordagem utilizada no Capítulo 7, pode-se considerar que o tipo de *Konsequenz* que atuará no campo prático pode ser explicado por dois pares gêmeos e recíprocos de correlatos, conforme será detalhado a seguir.

⁸³ *Prolegômenos*, § 29.

⁸⁴ Lembrando mais uma vez que, na tábua das categorias, na Analítica da *Crítica da razão pura*, a segunda posição da classe de Relação é constituída pelo par correlato causalidade-dependência, que seria, na abordagem utilizada, um tipo de *Konsequenz*.

9.1 A caracterização como *rationes* gêmeas

As *rationes* podem ser tratadas como gêmeas ou indissolúveis, no caso prático, porque “nascem” no mesmo processo de decisão moral ou de determinação da vontade. A liberdade é a razão (*ratio*) de ser da lei moral, e **somente** desta. A lei moral é a razão de conhecer da liberdade e a **única** que tem esse poder. É nesse sentido que a analogia biológica pode ser aplicada com o objetivo de facilitar o entendimento de uma propriedade tão importante da relação que está sendo estudada. Sempre lembrando que, no caso do uso teórico, várias *rationes cognoscendi* diferentes podem representar uma razão de conhecimento para uma determinada *ratio essendi*. Já no campo prático, apenas a lei moral define uma *ratio cognoscendi*, segundo a posição de Kant. Algumas passagens da segunda *Crítica* serão úteis para fundamentar um pouco mais o caráter gêmeo e mostrar que, apesar de não ser utilizada por Kant, a analogia biológica pode ajudar no estudo das *rationes*.

A preocupação de Kant com uma ordenação específica entre a lei moral e a liberdade se manifesta em vários momentos da *Crítica da razão prática*, como já foi visto no Capítulo 5 em: “[...] e sim pergunto onde começa o nosso conhecimento do incondicionalmente prático, se pela liberdade ou pela lei prática” (KANT, AAV, 29): mais adiante, no mesmo parágrafo, fica mais claro um ordenamento específico: “Logo é a lei moral, da qual nos tornamos imediatamente conscientes (tão logo projetamos para nós máximas da vontade), que se oferece **primeiramente** a nós [...]”. É muito importante neste texto a palavra “primeiramente”, mas é preciso cuidado com os argumentos que envolvem ordenação no campo do supracensível, como acontece na filosofia prática. Neste caso, “primeiramente” não se refere a uma antecedência no tempo e sim a um processo no qual o *factum* da razão, de certa forma, se vincula com a consciência da liberdade, no processo de universalização das máximas.

Este “oferecer” ou descobrir, exercido pela lei moral, é referido, sempre com o mesmo sentido, em vários momentos da obra. Um bom exemplo aparece na *Elucidação crítica*: “[...] a esplêndida abertura que a razão prática pura nos propicia mediante a lei moral, a saber, a abertura a um mundo inteligível pela realização do conceito transcendente de liberdade...”. Na *Fundamentação* foi visto que a liberdade nos leva a **considerar** o mundo inteligível, como já citado em várias partes desta dissertação, mas, nesta última citação Kant explicita a lei moral como o **despertar** para o supracensível. Beck, importante comentador da segunda *Crítica*, já citado na seção anterior, apresenta uma boa síntese desta situação: “Não percebemos

diretamente a liberdade, mas percebemos diretamente a qualidade de obrigação de uma lei universal, pois ela se apresenta a nós pela nossa consciência da lei moral” (BECK, 1996, p. 73).

O caráter indissolúvel da relação entre a liberdade e a moralidade, explicitado pelas duas *rationes*, pode ser ainda mais reforçado se for feita a pergunta: poderia haver alguma outra fonte para a lei moral? Kant é bem explícito ao eliminar essa possibilidade: “Já que propriamente apenas o conceito de liberdade, entre todas as ideias da razão especulativa pura, alcança tão grande ampliação no campo do supracensível, se bem que somente em relação ao conhecimento prático” (KANT, AAV, 103). Essa posição, que se mostra coerente em vários momentos da *Crítica da razão prática*, tem fortes implicações nas questões religiosas da época. As ideias referidas por Kant são três: a imortalidade da alma, a liberdade e Deus. O fato de que a liberdade irá gerar a lei moral leva a uma relativização da importância de Deus no tema moral. No entanto, essa questão não deve ser mais desenvolvida aqui, e só vale a pena registrar que até a ideia de Deus, para Kant, só adquire objetividade através da liberdade. Pode-se concluir que há uma ligação indissolúvel entre a liberdade e a lei moral, não havendo possibilidade de outra *ratio essendi* para a lei moral que não seja a liberdade.

Mas outra pergunta ainda poderia ser formulada, pois, afinal, trata-se de uma via de mão dupla: poderia a consciência da liberdade não ser originada pela consciência da lei? A resposta a essa questão ajuda a ressaltar o papel da autonomia e a indicar, neste caso, uma continuidade entre a *Fundamentação* e a *Crítica da razão prática*. Na análise da primeira parte da dissertação ficou bem claro o papel central da autonomia não apenas como aspecto positivo do conceito transcendental de liberdade, mas como mediadora das duas inferências que cumpriam o papel de um fio condutor para o estudo da relação liberdade-moralidade. Agora, na segunda *Crítica*, é ainda maior o papel da autonomia, principalmente quando reconhecida a partir do *factum*. O Teorema IV, apresentado no oitavo parágrafo da Analítica, reafirma o papel da autonomia:

A autonomia da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres conformes a elas: contrariamente, toda heteronomia do arbítrio não só não funda obrigação alguma, mas, antes, contraria o princípio da mesma e da moralidade da vontade. Ou seja, o único princípio da moralidade consiste na independência de toda a matéria da lei (a saber, de um objeto apetecido) e, pois, ao mesmo na determinação do arbítrio pela simples forma legislativa universal, da qual uma máxima tem que ser capaz (KANT, AAV, 33).⁸⁵

⁸⁵ As citações do Capítulo 9 são de: Immanuel Kant e Valério Martins Rohden, 2008.

Portanto, a consciência da lei moral, que se manifesta pelo *factum* da razão, é uma espécie de efeito da autonomia e do momento em que a legislação universal enquadra a máxima. Esse efeito corresponde a uma atividade específica da razão, a de determinação da vontade; no entanto, como será analisado na próxima seção, não se trata diretamente de efeitos no mundo sensível. Essa difícil questão do *factum*, que já foi aqui parcialmente explorada, suscita grandes diferenças entre os comentadores. Willaschek apresenta uma explicação convincente:

Aqui é a razão que determina a vontade. E esta determinação da vontade é o seu “ato” ou mesmo, “*Factum*”. Estas posições deixam sem dúvida que o “*Factum* da razão pura” não pode apenas ser considerado como um acontecimento independente da razão, mas como uma atividade ou performance “da razão”[...] A razão pura é prática, enquanto ela “faz” alguma coisa, logo através de um “*Factum*”.⁸⁶

Willaschek, logo adiante, nos avisa que “a expressão de um ‘ato da razão’ é naturalmente metafórica”, ou seja, uma analogia com o mundo sensível, apenas para fins didáticos, pois “o *factum* da razão não é nem um conhecimento teórico, nem um discernimento moral, mas o processamento da determinação da vontade pela razão”. Ora, se é o *factum* resultado de uma autoatividade da razão oferecida pela lei moral, ele é um resultado do exercício legislante da autonomia. Portanto, a consciência da moralidade, através do *factum*, comprova a autonomia, que é o aspecto positivo da liberdade. As causas são gêmeas porque nascem num mesmo processo e não poderiam ter outra origem. Com essa argumentação fica claro que só podemos chegar à consciência da liberdade através da consciência da lei moral. Mais uma vez fica caracterizado que há uma ligação indissolúvel entre as duas *rationes*; também fica claro que isso não acontece nos exemplos de aplicação dessas *rationes* no caso teórico, como ficou comprovado no exemplo da radiação solar.

Além de gêmeas, também está sendo proposto que as causas são fortemente recíprocas, o tema é talvez o mais complexo de todos já tratados e merece uma seção própria.

⁸⁶ WILLASCHEK, 1992, p. 180.

9.2 A caracterização como *rationes* fortemente recíprocas

Na primeira parte deste trabalho foi comentada a Tese da reciprocidade de Allison, que tanta divulgação e interesse despertou no mundo acadêmico. Pode-se dizer que há, no tratamento do autor, uma mistura entre conceitos utilizados por Kant na *Fundamentação* e conceitos da segunda *Crítica*, principalmente na questão da reciprocidade. Na leitura que está sendo apresentada, é considerado que Kant consegue tratar a reciprocidade com mais profundidade, após introduzir as *rationes* duplas e o *factum* da razão na *Crítica da razão prática*.

Trata-se de uma reciprocidade forte e complexa que, de certa forma, completa o trajeto da via de mão dupla, citada no Capítulo 5, com base nas analogias propostas por Keinert. Na *Fundamentação*, Kant esclareceu bem o sentido que corresponderia à *ratio essendi*, sem explicitá-lo como tal, argumentando com duas inferências, da liberdade para a autonomia e desta para a lei moral. Essa explicação está sendo designada, nesta dissertação, como fio condutor para o estudo da relação entre a liberdade e a moralidade. No entanto, na *Fundamentação*, o sentido contrário, ou seja, da lei moral para a liberdade, ainda não tem a força esclarecedora trazida pelo *factum* e pela consciência da lei moral, utilizados na segunda *Crítica*.

Essa propriedade da relação será tratada como reciprocidade forte, para distingui-la de outras reciprocidades, pois não envolve apenas uma análise ou decomposição de conceitos, ou um estudo de conceitos recíprocos, mas a caracterização de **efeitos** que a lei moral provoca, através do *factum*, sobre as condições subjetivas presentes na decisão moral.

Toda esta seção se alimenta principalmente do capítulo sobre as molas propulsoras⁸⁷, que compõem a terceira parte da Analítica da *Crítica da razão prática*. Seu conteúdo é assim definido por Kant: “[...] e somente então o último capítulo, concernente à relação da razão prática pura com a sensibilidade e a sua influência necessária (cognoscível *a priori*) sobre a mesma, isto é, concernente ao sentimento moral” (KANT, AAV, 90). Kant chama a atenção para um **efeito** e não apenas para uma representação ou análise conceitual.

⁸⁷ Há uma divergência na tradução de Triebfeder. Hulshof optou por móbil, Valério Rohden por motivo, mas será utilizada, por esta dissertação, o termo composto, mola propulsora. Nestes casos será usada a tradução de Valério Rohden, apenas substituindo motivo por mola propulsora.

Justamente esse **efeito necessário** da razão prática sobre a sensibilidade é o que permite designar essa reciprocidade como forte e caracterizar o uso prático da razão pura.

Kant entende a mola propulsora como “o fundamento determinante subjetivo da vontade de um ente, cuja razão não é, já por sua natureza, necessariamente conforme a lei objetiva”. Trata-se do problema bastante conhecido da motivação moral, um terreno perigoso que gerou uma saraivada de críticas e até hoje é muito comentado, em parte pela sua complexidade e aparente formalidade. Nesse capítulo da Analítica, Kant passa um bom tempo explicando a diferença entre o agir **conforme** a lei e o dever e o agir **pelo** dever, como já havia feito na *Fundamentação* – apenas o agir pelo dever tem valor como ação verdadeiramente moral. Para entender melhor o que isso significa, é apresentada uma comparação entre a “letra da lei”, no caso de pura conformidade, e o “espírito da lei”, no segundo caso. A essência desse mecanismo na ação moral está na articulação entre o aspecto subjetivo e o aspecto objetivo, que também abre o caminho para uma reciprocidade forte, como será apresentado.

[...] então disto se seguirá, primeiramente, que não se pode atribuir à vontade divina nenhuma mola propulsora, mas que a mola propulsora para a vontade humana (e da vontade de todo ente racional criado) jamais pode ser algo diverso da lei moral, por conseguinte que o fundamento determinante objetivo tem de ser **sempre e unicamente** o fundamento determinante ao mesmo tempo subjetivamente suficiente da ação (KANT, AAV, 72, grifo nosso).

Para que a ação seja moralmente válida, a concordância entre os dois fundamentos determinantes é indispensável (“sempre e unicamente”). Mas é preciso tomar muito cuidado com esse sentimento, explicitando suas origens e características, pois, “enquanto consciência da imediata necessidade da vontade pela lei, ele não é nem sequer um *analogon* do sentimento de prazer” (KANT, AAV, 117). Por outro lado, “enquanto, em relação com a faculdade de apetição, ele produz exatamente o mesmo resultado, mas a partir de outras fontes”. Kant está tratando de um caso único de sentimento que é originado na razão, apesar de ter efeitos semelhantes aos dos sentimentos em geral. Portanto, trata-se de um efeito da razão, que terá comprovação prática pela geração do *factum* no processamento da ação moral. É preciso destacar que todos os fatores em jogo não ocorrem **antes** da ação moral e que, nesse campo do conhecimento envolvendo o suprassensível, não está diretamente em jogo o fator tempo. Fica claro que a *ratio cognoscendi* exerce, no caso prático, um **efeito** sobre a consciência, demonstrando um tipo forte de reciprocidade. Uma compreensão mais profunda dessa

reciprocidade, ou o que é o mesmo, desse efeito da consciência da lei sobre o sujeito, exige estudar alguns aspectos do capítulo sobre as molas propulsoras.

Kant apresenta dois aspectos, positivo e negativo, exercidos pelo sentimento moral, como se fossem molas propulsoras duais, apresentando no mesmo processo um efeito negativo e um efeito positivo. Em vários momentos de sua obra, Kant considera pares de conceitos com semelhantes características; a própria crítica como método é apresentada como negativa, no sentido de policiar a razão e impedir um salto dogmático, mas tem também o lado positivo de tornar segura a via da metafísica. Também a ideia transcendental da liberdade é apresentada de um ponto de vista negativo na primeira *Crítica*, mas tem na autonomia o seu lado positivo, como ficou claro na *Fundamentação*. Aqui, na análise do efeito da consciência na lei moral, se encontra um argumento semelhante.

O aspecto negativo é colocado quando a lei moral está determinando a vontade pelo afastamento das inclinações:

Nessa medida, portanto, o efeito da lei moral como motivo é apenas negativo e esse motivo, enquanto tal, pode ser conhecido *a priori*. Pois toda a inclinação e cada impulso sensível é fundado sobre um sentimento, e o efeito negativo sobre o sentimento (pela ruptura com as inclinações) é ele mesmo um sentimento (KANT, AAV, 72).

Esse efeito negativo, que também gera um sentimento, tem um efeito parecido com uma dor, pois abate toda a presunção de conduzir a razão para o amor-próprio, Kant vai considerar que o amor-próprio, quando se transforma em legislante, ou seja, é tomado como se fosse uma lei ou critério para todas as máximas, gera um estado de **presunção**. O bloqueio dessa presunção causa esse sentimento que parece uma dor e será designado como **humilhação**. Mas no mesmo momento da decisão moral também atua um aspecto positivo, pois o abate da presunção traz um sentimento positivo que é designado como **respeito**:

[...] por conseguinte também o fundamento de um sentimento positivo que não possui origem empírica e será conhecido *a priori*. Logo o respeito pela lei moral é um sentimento produzido por um fundamento intelectual, e esse sentimento é o único que conhecemos de modo inteiramente *a priori* e cuja necessidade podemos discernir (KANT, AAV, 75).

Pode-se considerar a ordem de acontecimentos, que não é temporal, da seguinte forma: a determinação da vontade pela universalização de uma máxima é gerada pela

autonomia, como autoatividade legislante da razão (*ratio essendi*). Essa determinação resulta num *factum* da razão, que implica, por sua vez, a consciência da lei moral e causa um efeito que pode ser representado pelo par **humilhação-respeito**, o que funciona como uma mola propulsora e propicia o reconhecimento da consciência da liberdade (*ratio cognoscendi*). Como já apresentado no começo desta seção, as condições objetivas (universalização) são tratadas em concordância com as condições subjetivas (molas propulsoras).

Com todos esses elementos Kant, numa passagem bastante citada, define o seu conceito de sentimento moral, que de certa forma resume o que foi visto até este ponto:

O efeito negativo sobre o sentimento (de desagrado) é, como toda a influência sobre o mesmo e como cada sentimento em geral, patológico. Mas, como efeito da consciência da lei moral, consequentemente em relação a uma causa inteligível, a saber, o sujeito da razão prática pura, enquanto legisladora suprema, esse sentimento de um sujeito racional afetado por inclinações chama-se em verdade humilhação (desdém intelectual), porém em relação ao fundamento positivo da mesma, a lei, chama-se ao mesmo tempo respeito pela lei; para com esta lei não se encontra absolutamente sentimento algum, mas no juízo da razão o afastamento de um obstáculo, na medida em que remove uma resistência, é igualmente estimado como uma promoção positiva da causalidade. Por isso este sentimento pode também denominar-se sentimento de respeito pela lei moral, porém, a partir de ambos os fundamentos em conjunto, sentimento moral (KANT, AAV, 75).

Sem dúvida, esse é um dos pontos centrais da filosofia prática de Kant, a afirmação de que há um impacto da ação moral sobre os sentimentos e que esse impacto é interno à razão e não antecedente da ação moral. Nessa perspectiva, além de a lei moral ser o fundamento determinante formal da ação, “ela também é fundamento determinante subjetivo, isto é, motivo para essa ação, na medida em que ela tem influência sobre a moralidade do sujeito e provoca um sentimento que é favorável à influência da lei sobre a vontade”(KANT, AAV, 75).

O processo de motivação em jogo na decisão moral é um dos pontos mais controversos na literatura acadêmica, principalmente num ambiente onde o pragmatismo é dominante e sempre vincula a moralidade à consecução de objetivos ou à obtenção de resultados. Foge ao escopo perseguido entrar nesse debate; apenas se procura destacar a *ratio cognoscendi* como um efeito real sobre o sujeito, o que reforça o que está sendo designado como reciprocidade forte.

Considerações finais

As duas partes desta dissertação se concentraram no estudo da relação entre a liberdade e a lei moral, a partir da escolha de duas obras de Kant, decisivas para o estudo da crítica da razão no campo prático. A primeira parte pode ser considerada como uma preparação para o tratamento complexo dado por Kant na *Crítica da Razão Prática*, pois, conforme foi apresentado, a *Fundamentação*, é vista pelo seu próprio autor como algo provisório ou preparatório.

Pode-se destacar três conclusões principais como um resumo da segunda parte: em primeiro lugar, que a utilização das *rationes essendi* e *cognoscendi* representa uma boa forma de explicar a relação entre a liberdade e a lei moral; em segundo lugar, que as *rationes* podem ser compreendidas como um caso de causalidade ampliada a partir de um conceito geral de *Konsequenz*, o qual funciona como generalização de causalidade; e, finalmente, em terceiro lugar, que as *rationes*, ao se aplicarem ao campo prático, têm, necessariamente, como especificidade, um duplo caráter: gêmeo e recíproco.

Pelo menos duas formas podem ser escolhidas para a investigação filosófica: concentrar-se em uma obra principal e tratar de seus temas mais importantes, no que poderia se constituir num comentário, por exemplo. Ou escolher um tema específico e segui-lo, através de algumas obras de determinado autor, que foi a alternativa escolhida. Uma das vantagens desta focalização é que o próprio estudo dos comentadores fica facilitado.

O foco na relação entre a liberdade e a lei moral se justificou pela importância do tema na obra de Kant e pela sua riqueza e atualidade. O próprio Kant considera a liberdade como pedra angular em seu sistema e sempre a vincula com a lei moral; portanto, não pairam dúvidas quanto à importância do tema.

Outro elemento que estrutura esta investigação, o uso da metáfora do fio condutor, deriva do caráter extremamente complexo da relação estudada e da consideração de que neste terreno prático não se aplicam os métodos de justificação da matemática, nem, puramente, as deduções da lógica geral. Há necessidade de metáforas e analogias que auxiliem na explicação da relação estudada, já que, no campo da metafísica, Kant não considera possível um conhecimento semelhante ao que se obtém na física.

O fio condutor permite identificar um encadeamento complexo de argumentos, facilitando a compreensão da justificação utilizada pelo autor. Note-se que a abordagem dos

comentadores, apresentada na primeira parte deste trabalho, procurou entender a relação entre a liberdade e a lei moral através das características de uma implicação lógica (condicional ou bicondicional), o que pode ser considerado como uma espécie de fio condutor para as teses desses autores.

É preciso considerar que a escolha da *Fundamentação* e da *Crítica da razão prática*, circunscreve o tema da razão prática na esfera da crítica, sem avançar no terreno da *Metafísica dos Costumes*, que estabelece o campo da doutrina. Procura-se identificar o movimento do pensamento do autor no momento-chave da ampliação da revolução copernicana para o terreno prático.

Apesar da completitude e autossuficiência da *Crítica da razão prática*, como já citado, a *Fundamentação* tem o mérito de introduzir a autonomia, como mediadora necessária entre a liberdade e a lei moral. Só essa realização já garante para a *Fundamentação* um papel histórico decisivo na arena filosófica. O próprio Kant avisa no Prefácio da obra que ainda lhe faltam alguns elementos para fazer uma crítica da razão prática. Com a ajuda da metáfora do fio condutor, que nessa obra se exprime por duas inferências encadeadas, pode-se perceber que a explicação ainda tem muitas limitações. Como foi apresentado, a segunda *Crítica*, utilizando as *rationes* como fio condutor, ultrapassa essas limitações e permite, sempre em paralelismo com a primeira *Crítica*, estabelecer uma via de duas mãos entre a liberdade, a autonomia e a lei moral.

O tema da unidade da razão, que deve ser reforçado em qualquer estudo sobre o pensamento de Kant, a partir da fase crítica, sempre esteve presente na dissertação. Kant tem como objetivo importante confirmar a unidade da razão. Nesse sentido, o paralelismo entre as duas críticas tem o peso de um fundamento, sendo, portanto, necessário salientar as semelhanças e diferenças entre as duas críticas, sem desfigurar sua unidade. É nesta perspectiva que muitos conceitos, fortemente presentes na primeira *Crítica*, devem, de alguma forma, ser aproveitados na segunda, como foi feito com a categoria da causalidade. Sua ampliação foi explicada, nesta dissertação, considerando dois movimentos: o primeiro pela busca de um conceito mais abrangente de causalidade (*Konsequenz*), ainda nos marcos da primeira crítica, e o segundo como a ampliação ou aplicação desse conceito mais geral ao campo prático.

Na análise das quatro tábuas que aparecem na Analítica transcendental da primeira *Crítica*, encontra-se, na segunda posição da terceira coluna (Relação) de cada uma, sempre algo relacionado com a ideia de uma consequência ou causa; esse conceito mais geral do que a

categoria de causalidade foi designado por uma palavra alemã, *Konsequenz*, para chamar a atenção para uma generalização conceitual.

Um dos objetivos desse movimento argumentativo é destacar a importância das quatro tábuas e não se restringir apenas a uma relação entre os juízos e as categorias. A posição defendida neste trabalho considera que, apesar da utilidade em se comparar horizontalmente as quatro tábuas, sua verdadeira geração parte, verticalmente, dos quatro grandes títulos ou classes: Quantidade, Qualidade, Relação e Modalidade. O conceito de *Konsequenz* busca estruturar o título Relação, em sua segunda posição. O segundo movimento argumentativo busca ampliar ou aplicar o conceito de *Konsequenz* ao caso da razão prática, o que se dá com as *rationes essendi* e *cognoscendi*. Há neste caso uma complexa interação entre duas causas ampliadas e duas consequências.

Ao final da investigação, foi possível dar mais um passo para a ampliação prática da causalidade através da caracterização mais detalhada das *rationes*. Dessa análise surgem duas características para as *rationes* que são necessárias para sua aplicação prática: seu caráter gêmeo e sua forte reciprocidade.

São gêmeas porque nascem obrigatoriamente juntas: sem a *essendi* não é possível a lei moral, sem a *cognoscendi*, não se chega à consciência da liberdade. O contrário ocorre no caso teórico, a mesma *essendi* pode gerar várias *cognoscendi*. Como ficou claro no exemplo do sol e da pedra.

São fortemente recíprocas porque não só a autonomia exerce a legislação moral, mas a própria decisão moral, a partir do *factum* da razão, gera a consciência da decisão moral, ou seja, da determinação da vontade pela razão pura, causando um efeito, traduzido pelo respeito à lei. Foi explicado, a partir do par humilhação-respeito, que a decisão moral tem um efeito sobre a consciência da própria liberdade. É nesse sentido que as *rationes* são fortemente recíprocas. Estas caracterizações adicionais não foram explicitamente realizadas por Kant, mas foram desenvolvidas nesta dissertação, como uma contribuição para facilitar o estudo da *Crítica da razão prática*.

É importante deixar registrada uma breve referência aos filósofos brasileiros que influenciaram este trabalho, mais diretamente, através de aulas, reuniões e conversas :

Ricardo Terra, na questão da capacidade que o homem comum possui, de tomar decisões morais, ponto importante na filosofia moral de Kant.

Monique Hulshof, pela relação entre fenômeno e coisa em si e pela exposição do tema da objetividade no campo prático.

Diego Trevisan, na questão do método em Kant e nas discussões sobre o conceito de respeito.

Pedro Paulo Pimenta, na relevância da lógica de Port Royal e especialmente de Arnauld e Nicole.

Maurício Keinert, na questão do paralelismo entre as críticas, no tema do duplo sentido de percurso, na compreensão da riqueza dos prefácios e textos introdutórios e, finalmente, pela sugestão da utilização da metáfora de fio condutor.

Bibliografia

ALLISON, H. E. **Kant's theory of freedom**. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Kant's Groundwork for the Metaphysics of Morals: A Commentary**. Oxford: OUP, 2011.

ALMEIDA, G. A. D. Crítica, dedução e facto da razão. **Analytica -Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 1999

AMERIKS, K. **Interpreting Kant's Critiques**. Oxford : Oxford ; New York: Clarendon ; Oxford University Press, 2003

ARNAULD, A; NICOLE, P. **Logique ou l'art de penser**. Paris: Gallimard, 1992

BAUMGARTEN, A. G; MIRBACH, D; EBERHARD, J. A. **Metaphysik** (1. Aufl., nach dem Text der 2., von Joh. Aug. Eberhard besorgten Ausg, 1783). Jena: Scheglmann, 2004.

BECK, L. W. **A commentary on Kant's Critique of practical reason** Chicago: Univ. of Chicago Press, 1996

LAËRCE, Diogène. **Vies et doctrines des stoïciens**. Paris: LGF, 2006.

ESPÍRITO SANTO, M. L. F. **Autonomia da vontade e dedução transcendental na Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Porto Alegre: UFRGS, 2012

FERRY, L. **Kant: une lecture des trois "critiques"**. Paris: Grasset, 2006

HENRICH, D. (1995). **Aesthetic judgment and the moral image of the world: studies in Kant**. Stanford, Calif: Stanford Univ. Press, 1995

_____; VELKLEY, R. L. **The unity of reason: essays on Kant's philosophy**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1994.

HÖFFE, O. **Kants Kritik der reinen Vernunft: die Grundlegung der modernen Philosophie**. C.H.Beck, 2011.

_____. **Kants Kritik der praktischen Vernunft: eine Philosophie der Freiheit** (Originalausgabe). München: Verlag C.H. Beck, 2012.

HULSHOF, M. A **“coisa em si” entre teoria e prática**: uma exigência crítica. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KANT; FUSSLER, J.-P. **Critique de la raison pratique**. Paris: Flammarion, 2003.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. (F. C. Mattos, Trad.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

_____; ALMEIDA, G. A. D. **Fundamentação da metafísica dos costumes**: edição bilingue-português/alemão. São Paulo: Barcarolla, 2009.

_____; DELBOS, V; PHILONENKO, A. **Fondements de la métaphysique des mœurs**. Paris: Vrin, 1992.

_____; GIORDANETTI, P. **Kritik der Urteilskraft**. (H. F. Klemme, Org.) (2. Aufl.). Hamburg: Meiner, 2009.

_____; KLEMME, H; BRANDT, H. D. **Kritik der praktischen Vernunft**. Hamburg: F. Meiner, 2003.

_____; SCHÖNECKER, D.; KRAFT, B. **Grundlegung zur Metaphysik der Sitten**. Hamburg: Meiner, 1999.

_____; TIMMERMANN, J. **Kritik der reinen Vernunft**. Hamburg: F. Meiner, 1998.

_____; ROHDEN, VALÉRIO MARTINS. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KEINERT, M. C. **Crítica e autonomia em Kant**: a forma legislativa entre determinação e reflexão. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEBRUN, G; MOURA, C. A. R. **Kant e o fim da Metafísica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LONGUENESSE, B. **Kant on the human standpoint**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2005.

MEIER, G. FRIEDRICH. **Auszug aus dem Vernunftlehre**. Halle: Akademie Ausgabe XVI, 1752

MOHR, G; WILLASCHEK, M. **Immanuel Kant**: Kritik der reinen Vernunft. München: Oldenbourg Verlag, 1998

O'NEILL, O. **Constructions of reason**: explorations of Kant's practical philosophy. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1989.

PRIEN, B. **Kants Logik der Begriffe**: die Begriffslehre der formalen und transzendentalen Logik Kants. Berlin: De Gruyter, 2006.

REATH, A. **Agency and autonomy in Kant's moral theory**. Oxford: Oxford; New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 2006.

SCHÖNECKER, D; WOOD, A. W. **Kants "Grundlegungen zur Metaphysik der Sitten"**: Ein einführender Kommentar. Paderborn: UTB/BRO, 2011.

SPINOZA, B; BARTUSCHAT, W. **Ethik in geometrischer Ordnung dargestellt: lateinisch - deutsch** (3., Aufl). Hamburg: Meiner, 2010.

TERRA, R. R.). **Passagens: estudos sobre a filosofia de Kant**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade UFRJ, 2003

VAIHINGER, H. **Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft**. Stuttgart: Von W. Spemann, 1881

WILLASCHEK, M.). **Praktische Vernunft: Handlungstheorie und Moralbegründung bei Kant**. Stuttgart: J.B. Metzler, 1992.

WILLIAMS, HOWARD. Christian Garve and Immanuel Kant: Theory and Practice in the German Enlightenment. **Enlightenment and dissent**, London, n.19, p.171–192, 2000.

WOLFF, C. von; KREIMENDAHL, L. **Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen**. (G. Gawlick, Org.). Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2006.

ZIMMERMANN, S. **Kants "Kategorien der Freiheit"** (Kants Studien Ergänzungshefte). Berlin: Walter de Gruyter, 2011